



**RONALDO DOS SANTOS TRAVASSOS**

**O FETICHE NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR  
EM SAÚDE:  
a constituição histórica da relação trabalho e educação**

**CAMPINAS  
2013**





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RONALDO DOS SANTOS TRAVASSOS

**O FETICHE NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR EM SAÚDE:  
a constituição histórica da relação trabalho e educação**

**Orientador(a): Profa. Dra. Olinda Maria Noronha**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação na área de concentração Filosofia e História da Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE  
DEFENDIDA PELO ALUNO RONALDO DOS SANTOS TRAVASSOS  
E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. OLINDA MARIA NORONHA

Assinatura do Orientador

CAMPINAS  
2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

T697f	<p>Travassos, Ronaldo dos Santos, 1955- O fetiche na formação do trabalhador em saúde: a constituição histórica da relação trabalho e educação / Ronaldo dos Santos Travassos. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.</p> <p>Orientador: Olinda Maria Noronha. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação profissional. 2. História da educação. 3. Saúde. 4. Trabalho. I. Noronha, Olinda Maria, 1946- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>13-071/BFE</p>
-------	--

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The fetish around the formation of health workers: the historical constitution of the work-education relationship

**Palavras-chave em inglês:**

Professional education

History of education

Health

Work

**Área de concentração:** Filosofia e História da Educação

**Titulação:** Doutor em Educação

**Banca examinadora:**

Olinda Maria Noronha (Orientador)

José Luís Sanfelice

Carlos Alberto Lucena

Luiz Bezerra Neto

Maria Isabel Moura Nascimento

**Data da defesa:** 20-02-2013

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** [rstravassos@bol.com.br](mailto:rstravassos@bol.com.br)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**O FETICHE NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR  
EM SAÚDE:  
a constituição histórica da relação trabalho e educação.**

Autor: Ronaldo dos Santos Travassos  
Orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Olinda Maria Noronha

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida  
por Ronaldo dos Santos Travassos e aprovada pela Comissão  
Julgadora.

Data: 20/02/2013

Assinatura:.....

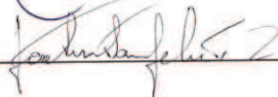
Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

  
\_\_\_\_\_

M<sup>o</sup>: João M. Nascimento  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

CAMPINAS

2013



Dedico esta tese aos homens e mulheres, que durante toda a vida, nos oferecem o conhecimento de todas as coisas construídas nesta Terra: os trabalhadores.

Agradeço a todos os professores que me conduziram do Jardim de Infância até este momento.



*Filosofia*

Noel Rosa

O mundo me condena  
E ninguém tem pena  
Falando sempre mal do meu nome  
Deixando de saber  
Se eu vou morrer de sede  
Ou se vou morrer de fome

Mas a filosofia  
Hoje me auxilia  
A viver indiferente assim  
Nesta prontidão sem fim  
Vou fingindo que sou rico  
Pra ninguém zombar de mim

Não incomodo que você me diga  
Que a sociedade é minha inimiga  
Pois cantando nesse mundo  
Vivo escravo do meu samba  
Mundo embora vagabundo

Quanto a você  
Da aristocracia  
Que tem dinheiro  
Mas não compra alegria  
Há de viver eternamente  
Sendo escrava dessa gente  
Que cultiva a hipocrisia

“Esta vontade de  
ter cada vez mais,  
de ter mais poder,  
de nada oferecer,  
nada perder, o desejo  
incontrolável de subjugar as  
pessoas,  
é para ser estudado  
clinicamente.”

Milton Santos  
*Jornal do Brasil*, Caderno B,  
abril/1998.

“Sentir profundamente qualquer injustiça contra  
qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo,  
é a qualidade mais bonita de um revolucionário.”

Che Guevara

“Mestre não é aquele que tudo ensina, mas aquele que de repente aprende.”

Guimarães Rosa



## RESUMO

Esta tese percorre a constituição histórica da relação trabalho e educação como o caminho da investigação que nos leva à compreensão da forma pela qual o homem produz e reproduz sua existência, enfatizando que a indissociabilidade dessa relação está na práxis do homem como ser prático e social – logo, sujeito da sua própria história. A tese compreende que o processo histórico deve ser investigado de forma científica e objetiva, e o conhecimento é produzido pelo homem comprometido com sua classe e com seu tempo, considerando as determinações sociais. Entende, ainda, que os estudos da relação trabalho e educação, voltados, especificamente, para o posto de trabalho, ocultam o processo de formação da subjetividade e descaracterizam a identidade do trabalhador, pois estão permeados pelos mecanismos ideológicos do capitalismo na contemporaneidade. Somente a análise das fontes diretas caracterizadas pela **fala** do trabalhador, presente em todos os atos de compreensão e de interpretação da realidade por ele exposta, pode desvelar todo esse processo. Nesta investigação, a saúde, o trabalho e a educação se definem num contexto histórico, de acordo com as formas de organização social da produção. As alterações na configuração do trabalho, com a introdução de novas tecnologias no setor produtivo se refletem também no setor de serviços e, indiretamente, na gestão e na organização do processo de trabalho em saúde. Novos conceitos operacionais, criados pela sociedade do conhecimento – como flexibilidade, trabalho em equipe, empregabilidade, formação flexível e polivalente –, estabelecem um novo elo na relação trabalho e educação. Por isso, a urgência de acumular competências para valorizar a força de trabalho, o que transforma a educação em mercadoria com todos os atributos de um fetiche, pois ela vislumbra a mobilidade social sem reconhecer a condição de classe. Este estudo considera que a formação politécnica compreendida como a aquisição dos conhecimentos técnico-científicos do processo produtivo, amplia o domínio intelectual do trabalhador para uma ação transformadora.

Palavras-chave: educação profissional, história da educação, saúde e trabalho.



## ABSTRACT

This thesis work pervades the historical constitution of the relationship between work and education, and it serves as a path to the investigation which leads us to the understanding of how human beings are capable of producing and reproducing their own existence. It stresses the idea that the indissociability of this relationship resides in the praxis of humans as practical and social beings and hence subject to their own history. The thesis understands that the historical process occurs in a scientific and objective way and, also, that knowledge is produced by a mankind committed to their class and to their time in observance of social willpower. It also understands that the studies on the relationship between work and education that are purely aimed at job posts omit the subjectivity process and then override worker's identity once these studies are permeated by the ideological mechanisms of capitalism in contemporaneity. Only the analysis of direct sources, characterized by the worker's speech which is part of all his/her acts of reality comprehension and interpretation, allows us to disclose the whole process. In this investigation, health as long as work and education are defined within a historical context according to the social organization of production. The changes to work configuration by means of the insertion of new technologies into the production segment are reflected in the services segment; and, indirectly, in the management and organization of health work processes. New operational concepts, created by the "knowledge society" – such as: flexibility, teamwork, employability, multitasked graduation – have established a new bond to the relationship between work and education. This explains the urgency in gathering competencies in order to improve the workforce, causing education to turn into goods with all the features of a fetish as it catches a glimpse of the social mobility, without acknowledging class condition. This study reckons that the polytechnic graduation, understood here as the acquisition of the technical-scientific knowledge of the productive process, enlarges worker's intellectual dominion towards transforming action.

Keywords: professional education, history of education health and work.

**O FETICHE NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR EM SAÚDE:  
a constituição histórica da relação trabalho e educação**

**Sumário**

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Parte I – A investigação histórica da relação trabalho e educação.....</b>	<b>09</b>
<b>1 – Primeiros passos: a origem do problema.....</b>	<b>09</b>
<b>2 – Por onde caminhar: a perspectiva teórico-metodológica .....</b>	<b>15</b>
<b>3 – Em busca das fontes da relação trabalho e educação.....</b>	<b>19</b>
<b>Parte II – A relação trabalho e educação e o modo do homem de produzir sua existência .....</b>	<b>22</b>
<b>1– O caráter histórico da relação trabalho e educação.....</b>	<b>22</b>
<b>2 – A relação trabalho e educação e a divisão social do trabalho.....</b>	<b>26</b>
<b>3- A relação trabalho e educação: a produção social da consciência e da linguagem.....</b>	<b>29</b>
<b>Parte III – Formação econômico-social da relação trabalho e educação .....</b>	<b>32</b>
<b>1 – Trabalho e educação na comunidade primitiva.....</b>	<b>32</b>
<b>2 – Trabalho e educação nas formações escravistas.....</b>	<b>48</b>
<b>3 – Trabalho e educação nas formações feudais.....</b>	<b>63</b>
<b>4 – Trabalho e educação na sociedade de classes.....</b>	<b>74</b>
<b>Parte IV – A relação trabalho e educação no campo da saúde.....</b>	<b>82</b>
<b>1 – Uma síntese da constituição histórica da relação trabalho e educação no Brasil.....</b>	<b>82</b>
<b>2 – O processo de investigação na sua concretude.....</b>	<b>91</b>
<b>3 – A relação trabalho e educação e a mobilidade social.....</b>	<b>140</b>
<b>4 – O novo elo da relação trabalho e educação.....</b>	<b>145</b>
<b>5 – A formação politécnica como ação transformadora.....</b>	<b>157</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>162</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>168</b>

## Introdução

*Pensar e ser são, portanto, certamente diferentes,  
mas estão ao mesmo tempo  
em unidade mútua.*  
(Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*)

A configuração do objeto desta investigação partiu do pressuposto de que trabalho e educação são, originariamente, práticas sociais da ação do homem no ato de produzir e reproduzir sua existência. Portanto, a constituição histórica da relação trabalho e educação é inerente ao modo de produção.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a produzir seus meios de vida (MARX & ENGELS, 2007, p. 87).

Nesse processo histórico, a relação trabalho e educação está intrinsecamente associada às mudanças ocasionadas pelas diversas formas de produção da existência humana, que, por sua vez, alteram de maneira substancial o processo de transformação do modo de produção em cada momento histórico.

Considerando, nesta pesquisa, que trabalho e educação estão estreitamente ligados à práxis humana, foi feito todo o esforço na busca de uma síntese do processo histórico que os une, por serem práticas sociais vitais ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a formação do indivíduo, ao identificar sua condição de classe, mediante a formação econômico-social que estabelece a relação trabalho e educação na comunidade primitiva, no escravismo, na sociedade feudal e na sociedade capitalista; e como objetivo específico, compreender a natureza do fetiche na formação do trabalhador em saúde no modo de produção capitalista.

A sequência definida para estudo do objeto de pesquisa – que se inicia na comunidade primitiva, passa pelo escravismo e pelo feudalismo, culminando na sociedade capitalista – tem a pretensão de compreender a relação trabalho e educação no tempo e no espaço, em que as relações sociais de produção são tecidas entre os homens na busca da

produção. No processo de produção, as relações sociais é que determinam as condições do trabalho, ou seja, se o vínculo do trabalhador é livre ou não, tendo em vista a produção na formação econômica e social, juntamente com a finalidade e o tipo de educação do trabalhador.

Os fundamentos teórico-metodológicos que orientaram a pesquisa compreendem que processo histórico se dá de forma científica e objetiva, levando em consideração todas as determinações sociais. Na perspectiva do materialismo histórico, o conhecimento é produzido por um sujeito social comprometido com sua classe e com o seu tempo. No entanto, tal conhecimento não é uma atividade abstrata, mas concreta, sustentada numa práxis que é resultado da atividade humana.

Esta pesquisa procura ir além dos estudos acerca da relação trabalho e educação, os quais enfatizam o domínio do conhecimento técnico-científico sobre o posto de trabalho, no sistema produtivo, sem levar em consideração o processo de formação da subjetividade, da relação intersubjetiva, a desfiguração da identidade do trabalhador, assim como os sutis mecanismos ideológicos, subterfúgios do capitalismo na contemporaneidade, que só podem ser identificados pela **fala** do trabalhador.

Para desvelar todo esse processo, somente a pesquisa empírica leva às fontes diretas caracterizadas pela palavra, presente em todos os atos de compreensão e interpretação da realidade e expostos pelo trabalhador. Desse modo, toda a análise se edifica sobre o conhecimento real do objeto pesquisado, que, relacionado com os estudos teóricos, resulta na síntese desta investigação.

Diferente dos estudos da relação trabalho e educação, voltados para o sistema produtivo, esta pesquisa empírica foi realizada no setor de serviços, especificamente numa instituição pública de assistência à saúde, com técnicos de nível médio, visto que o setor saúde sofre mudanças que ocorrem no setor industrial, sem que haja uma relação direta do processo de trabalho de um setor com o outro.

A saúde não é um conceito abstrato; define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (MS, VIII CNS, 1986, p. 12). Assim como o trabalho e a educação, a saúde resulta das condições sociais em que as pessoas vivem, mas, numa sociedade de classes, cada indivíduo tem a saúde de acordo com a sua condição classe. A

outra razão pela qual a área de saúde foi definida como campo de observação se deve ao envolvimento do pesquisador na atividade de educação profissional de nível técnico em saúde.

Ao decidir que a saúde seria o *locus* para o estudo do objeto, o pesquisador parte da compreensão de saúde como um estado pleno de bem-estar físico e social, para além de um enfoque na doença, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e assim entendido pela VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986, marco na política nacional de saúde. A partir da Constituição de 1988, definiu-se que a saúde, no seu sentido mais amplo, é direito de todos.

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar desigualdades nos níveis de vida (MS, VIII CNS, 1986, p. 12). Em resumo, o sentido mais abrangente é associar as dimensões social, biológica, psicológica, espiritual e ambiental da vida humana, para superar a concepção hegemônica do modelo biomédico, em que o homem é um conjunto de partes com função mecânica particular, como se fosse uma máquina, tendo seus especialistas em cada modalidade médica, resultado da segmentação do conhecimento e da divisão do corpo humano.

A compreensão do processo de trabalho em saúde requer a análise das tarefas realizadas pelos diversos profissionais que, nesta pesquisa, serão os técnicos de enfermagem da Clínica Médica A, em razão da diversidade de situações de trabalho com diferentes enfermidades, o que exige determinados requisitos técnicos.

O outro setor indicado foi o laboratório de análise clínicas onde o trabalho está totalmente automatizado com equipamentos de última geração, trazendo novos elementos para investigação. Independentemente do lugar onde se realiza todo o procedimento do processo de trabalho, a técnica representa uma norma social, um modo construído nas relações de produção, legitimada pela realização de cada trabalho especializado, mas a sua execução se fundamenta no saber técnico e no saber prático no ato do cuidado. Além das máquinas e do conhecimento técnico, há algo nuclear no trabalho em saúde, que são as relações entre os sujeitos e o seu agir no cotidiano.

Aprofundada pelas inovações tecnológicas, que alteraram a configuração do trabalho no sistema capitalista de produção, no setor de serviços em especial, a saúde sofreu os impactos dessas mudanças. Os pressupostos necessários para enfrentar o impacto dessas transformações serão, naturalmente, incorporados na formação do novo trabalhador em saúde. A questão que se apresenta para os setores produtivos e de serviços, inclusive no campo da saúde, é esta: *de que maneira o trabalhador pode transformar o conhecimento técnico em consciência sobre o mundo do trabalho e da vida social?*

Essas transformações no sistema capitalista de produção criaram mecanismos de exploração para ampliar o capital morto em detrimento da força de trabalho, o capital vivo. O conhecimento e a informação, ao se incorporarem ao capital, tornaram-se forças produtivas, passando a ser indispensáveis para sua acumulação e reprodução. Daí emergiu a sociedade do conhecimento, trazendo novos conceitos operacionais que vieram interferir diretamente na relação trabalho e educação, como flexibilidade, trabalho em equipe, empregabilidade, formação flexível e polivalente.

O caráter ideológico da sociedade do conhecimento incutiu nos trabalhadores que os princípios da educação devem estar voltados para uma sociedade em constante mutação, porque as transformações acontecem a todo instante. Os conhecimentos, a cada dia, tornam-se obsoletos, por isso devem ser substituídos em pouco tempo, pois já não correspondem à atualidade. Os trabalhadores que não o fizerem irão engrossar a fila dos desempregados.

A tese de que a educação é imprescindível à formação do trabalhador, ao ser incorporada à força de trabalho como uma forma de valorizá-la, torna-se um fetiche com todos os atributos de uma mercadoria, ao iludir o trabalhador com a possibilidade de mobilidade social, sem considerar sua condição de classe.

A exposição deste trabalho está estruturada em quatro partes, conclusão e referências bibliográficas. A primeira parte expõe os primeiros passos da investigação histórica da relação trabalho e educação, demonstrando sua indissociabilidade, gerada na práxis do homem como ser prático e social, portanto sujeito de sua própria história. Os fundamentos da dialética marxiana orientam o caminho da investigação a penetrar na realidade histórica, social e pedagógica para fazer emergir as contradições das relações sociais de produção. Daí a busca pelas fontes diretas trazidas pela **fala** dos trabalhadores,

fruto da pesquisa empírica, da observação *in loco* do processo de trabalho que abre o universo do objeto pesquisado.

A segunda parte apresenta o trabalho e a educação como práticas sociais permanentes da vida humana, do processo histórico em que os homens produzem e reproduzem sua vida material. Esclarece que o modo de produção não é a simples satisfação das necessidades orgânicas ou econômicas, mas sim um modo de vida determinado numa rede de relações sociais estabelecidas entre os homens e destes com a natureza. Em seguida, aborda a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual com a sua divisão técnica e social, à medida que a vida se torna mais complexa, alterando formas e conteúdos divididos entre novos produtores, condição necessária para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das forças produtivas.

Ainda nessa parte, um novo horizonte se abre para a investigação histórica da relação educação e trabalho, com a consciência e a linguagem que se apresentam como outro aspecto da base material, o que possibilita a ampliação do domínio do conhecimento sobre o processo formativo do indivíduo. A produção social da consciência e da linguagem, tal como a relação trabalho e educação, nasce da satisfação das necessidades humanas, da interação material e do aperfeiçoamento das relações sociais de produção, pois todas elas têm sua origem numa base material sobre a qual se elevam a superestrutura jurídica, política, social e cultural, correspondentes às formas determinadas de consciência e de linguagem.

A formação econômico-social, entendida como o conjunto das relações de produção que expressa as especificidades das esferas econômica, política, social e cultural da vida de uma determinada sociedade, direciona toda a formulação da terceira parte da pesquisa. A sequência do estudo da relação trabalho e educação na comunidade primitiva, no escravismo, no feudalismo e na sociedade de classes compreende o processo histórico, pela forma como o homem produz e reproduz em cada momento sua vida material, ocasionando mudanças na organização do trabalho e novas formas de educação, o que interfere direta e indiretamente na vida social.

Para uma primeira aproximação com o processo histórico da relação trabalho e educação, cabe um pequeno resumo desse item da exposição do trabalho.

Na comunidade primitiva, a produção era comum a todos; só se produzia para a subsistência, e todo o produto do trabalho era propriedade coletiva. A relação trabalho e educação se estabelecia na convivência diária entre os membros da comunidade, cujas práticas sociais eram compartilhadas, e se aprendia no ato de produzir a existência da tribo. Não havia uma educação sistemática e intencional; o processo educativo era espontâneo e informal, com a intenção de preservar os bens econômicos, culturais, materiais e sociais pertencentes à comunidade.

Já nas formações escravistas típicas da sociedade greco-romana, em que a divisão de classe estava estabelecida pela relação entre cidadãos livres e escravos, a relação trabalho e educação correspondia à divisão de classe, isto é, uma educação para os homens livres, preparados para serem homens cultos, cuja formação não incluía qualquer disciplina que tivesse aprendizado manual. Este ficava para os escravos, cujo aprendizado era o trabalho duro que levaria até a morte.

O ideário da educação na antiguidade era a formação da classe dominante, e as classes subalternas – que asseguravam o bem-estar das elites – com o passar do tempo iam percebendo que o aprendizado teórico jamais seria alcançado. A edificação da sociedade de classes e o aparecimento do Estado greco-romano no mundo antigo, sustendo pelo trabalho escravo, garantiram o ócio dos senhores e originaram a escola destinada àqueles que tinham o tempo livre.

O predomínio da Igreja, no feudalismo, estruturou o sistema de ensino com dois tipos de escola: uma – orientada pela religião – era destinada aos nobres que desejavam ingressar na vida religiosa; e a outra – sob a tutela do Estado e de caráter puramente doutrinário – era para os leigos, localizando-se nas periferias das cidades.

A relação trabalho e educação sofreu uma transfiguração com a passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista. As relações feudais foram se transformando com o desenvolvimento das forças produtivas, da propriedade privada e da divisão do trabalho como consequência ficou estruturada em duas classes antagônicas: os proprietários dos meios de produção, das condições e instrumentos de trabalho e os únicos donos do produto do trabalho; e os não proprietários, os trabalhadores que, para sobreviver, tinham de vender sua força de trabalho como mercadoria ao proprietário do capital.

A divisão da sociedade em classes também dividiu a educação: para os trabalhadores, escolas profissionais onde desenvolveriam habilidades técnicas; e para os futuros dirigentes, escolas de formação geral de ensino intelectual e científico. Num sistema de ensino dual, os indivíduos foram distribuídos conforme sua função social e condição de classe.

A quarta parte se refere à pesquisa empírica, o contato com o real, um real desconhecido, um real distante da realidade do pesquisador, mas do qual ele se “apropria do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1978, p. 122).

Nesta fase do trabalho de campo, o objeto pesquisado entra em contradição com a realidade, por ter sido elaborado em outro ambiente, mas isso não o faz perder sua importância para a elaboração teórica do pesquisador. São exatamente essas contradições que mantêm a relação dialética teoria e prática, ao investigar o objeto na sua totalidade, num movimento intenso entre as singularidades do campo observado e o seu caráter universal, diante de suas implicações nas relações subjetivas e intersubjetivas de uma realidade essencialmente contraditória, que se renova a cada dia pela ação dos trabalhadores. Esse movimento reflete a realidade partindo do empírico, da realidade dada, do real aparente, da maneira pela qual o objeto se apresenta por meio das reflexões, ou seja, parte-se da teoria e chega-se à compreensão mais elaborada, à essência do objeto, à síntese de múltiplas determinações.

A relação trabalho e educação na área da saúde inicia-se com um breve panorama nos diferentes períodos históricos da organização social brasileira. O intuito é demonstrar a vinculação entre eles a partir das mudanças que ocorrem na formação dos trabalhadores em razão do modelo econômico e da divisão de classe. Logo após, vem a trajetória da pesquisa com destaque para as falas dos trabalhadores preservadas em sua íntegra, as quais, pelo olhar do pesquisador, dão substância à análise teórica e à investigação.

Em seguida, são analisadas a mobilidade social e a empregabilidade, assim como outras variantes produzidas pela ideologia da competência, que faz com que os trabalhadores se tornem flexíveis, com as qualidades de um indivíduo empregável, sempre à disposição dos interesses do capital. Para combater esses interesses a formação politécnica compreendida como ação transformadora, proporcionou aos trabalhadores uma formação integral, com o domínio dos conhecimentos técnico-científicos do processo

produtivo, fortalecendo sua individualidade ao ampliar o domínio intelectual, visando assumir seu lugar como sujeito de transformação.

Concluindo, constata-se que, nesta investigação, a relação trabalho e educação, embora seja tratada nas especificidades do campo da saúde, só tem sentido como produção social da totalidade que é histórica e socialmente determinada. Sustentado em bases históricas, o capital cria mecanismos ideológicos que levam os trabalhadores à busca desenfreada por melhor qualificação para se tornarem empregáveis e, envolvidos pela ideologia da competência, corresponderem aos anseios do capital ao alcançarem alto nível de produtividade, com maior exploração da força de trabalho.

## **Parte I – A investigação histórica da relação trabalho e educação**

### **1 – Primeiros passos: a origem do problema**

A relação trabalho e educação como objeto de investigação ganhou relevância na pesquisa educacional com a incorporação do conhecimento e de novas técnicas de produção, desenvolvidas pelo avanço do capitalismo, ao tornar a ciência potência material das forças produtivas. A sociedade moderna de economia capitalista dos grandes centros produtores gerou novas necessidades por meio das relações sociais estabelecidas na sua própria organização interna e externa.

A partir desse momento, a universalização da escola tornou-se importante para o progresso dos meios de produção, para que todos os indivíduos pudessem dominar os conhecimentos básicos direcionados pelo processo de trabalho, compreendido como o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto do trabalho.

A investigação histórica da relação trabalho e educação tem sua origem no ato do homem de produzir sua existência transformando a natureza, criando normas de conduta e de convivência, que determinam as formas pelas quais constituem a sociedade no processo histórico, uma vez que os homens, ao transformarem a natureza, se relacionam com os outros homens potencializando suas ações.

Nesse processo histórico, a “concepção de homem como ser prático e social vem da centralidade do trabalho como forma de o homem modelar sua práxis, vale dizer, o único modo de criação. É precisamente a partir dessa concepção que Marx elabora sua teoria da história” (NETO, 2006, p. 54) – uma práxis, no sentido lato, estabelecida pela união dialética da teoria e da prática. Ou seja, ao mesmo tempo que a consciência é determinada pelo modo como os homens produzem a sua existência, também a ação humana é projetada, refletida e consciente.

Pela práxis, o homem conquista e humaniza a natureza, modifica e cria objetos, as distintas formas e instituições da vida humana. “A luta pela sobrevivência leva à transformação das condições sociais da vida humana que é ao mesmo tempo autocriação e criação coletiva do homem” (NORONHA, 2007, p. 13). Isso significa que a relação

trabalho e educação está contida na práxis humana. Daí a afirmação de que trabalho e educação se confundem com a própria existência do homem.

Ao conceber o homem como ser criativo, um ser da práxis no seu sentido “positivo ou negativo”, este último como crítica à autoalienação humana, enquanto que no sentido “positivo”, Marx (2004, p.84) afirma que homem faz da sua atividade vital, o trabalho, um objeto de sua vontade e da sua consciência. Essa atividade vital objeto da vontade e da consciência do homem distingue-se da atividade vital animal por ser uma atividade determinada. Tal distinção entre a produção humana e a produção animal dá-se, justamente, pelo fato de o homem existir como um ser genérico, um ser consciente, pois sua própria vida se lhe apresenta como seu objeto.

Na atividade vital ou na vida produtiva está o caráter permanente de uma espécie, com seu caráter genérico, em que a atividade consciente e livre é o caráter genérico do homem. Esse é o motivo pelo qual se torna a atividade humana uma atividade livre.<sup>1</sup> No sentido “negativo” da autoalienação, o produto, objeto do trabalho, se coloca diante daquele que o produz como um ser estranho, com um poder independente do seu produtor. Isso porque o produto do trabalho está fixado num objeto que se fez coisa, é a própria objetivação do trabalho.

Nesse processo da efetivação ou da realização do trabalho é que se dá a objetivação do trabalho, que ocorre de maneira inversa para o estado nacional—econômico,<sup>2</sup> precisamente como a desefetivação do trabalhador; assim, a objetivação do trabalho como a perda do objeto e a com a submissão ao objeto procede-se à apropriação, ao estranhamento, à alienação (MARX, 2004).

---

<sup>1</sup> Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx concebe o “homem como ser genérico, não somente quando prático e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como um ser *universal*, e por isso livre” (MARX, 2004, p. 83-84, grifo do autor).

<sup>2</sup> Para Marx (2004, p. 82), o estado nacional-econômico refere-se a um estado primitivo imaginário como faz o economista nacional, com destaque para Adam Smith, que nada explica e empurra a questão para a obscuridade. “A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e fazem da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador” (MARX, 2004, p. 82).

Marx indica uma forma de práxis do indivíduo, o ser social, pois “a consciência universal se apresenta como uma figura teórica daquilo que a coletividade real, o ser social, é uma figura viva, ao passo que hoje em dia a consciência universal é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela” (MARX, 2004, p. 107).

Marx acentua ainda que, acima de tudo, é preciso evitar a sociedade como abstração ante o indivíduo. O indivíduo é o ser social. Como indivíduo particular, o homem na sua particularidade se faz indivíduo da coletividade; sua atitude individual é também totalidade da existência da sociedade pensada e sentida por ele. Do mesmo modo, na efetividade, tanto a intuição e a fruição são da existência social, assim como numa totalidade da vida humana externada. “Pensar e ser são, portanto, certamente diferentes, mas estão ao mesmo tempo em unidade mútua” (MARX, 2004, p. 108).

A universalidade do homem se estabelece nas suas relações teóricas e práticas num processo histórico, como sujeito da sua própria história como criador de várias formas de conhecimento, que tem seu alcance e seu sentido na atividade prática, conforme Marx apresenta na tese II sobre Feuerbach:

A questão de saber se o pensamento humano pode atingir uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. Na prática que o homem deve provar a verdade, isto é, a realidade, a precisão e o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento, isolada da prática, é uma questão puramente de escolástica (MARX & ENGELS, 2007, p. 537).

À medida que a sociedade moderna avança, a vida social fica mais complexa; assim, o trabalho torna-se mais especializado na forma e no conteúdo, diferenciando os diversos produtores. Esta é a exigência primeira para aperfeiçoar e desenvolver as forças produtivas. Porém, para Marx, isso envolve a alienação com que a ação humana é realizada de maneira unilateral.

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce de cooperação dos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma

potência, portanto, que não pode mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir (MARX, 2008, p. 38).

A divisão do trabalho constitui a separação, na sociedade de classes, entre o individual e o universal, à medida que o potencial humano do ser genérico se reduz a alguma função única, limitada, tal como o trabalho numa linha de montagem. Instaurada a divisão do trabalho, cada indivíduo tem uma parcela de atividade exclusiva e determinada que lhe é imposta e da qual não pode escapar. Portanto, é nas relações capitalistas que o homem se individualiza como trabalhador, independentemente da classe a que pertence.

Uma vez definidas as tarefas, cabe aos trabalhadores, pela divisão do trabalho, a aquisição de conhecimentos mínimos específicos para a função desenvolvida na produção. De outro modo, o domínio do conjunto do conhecimento é apropriado por aqueles que detêm os meios de produção ou seus representantes – os trabalhadores intelectuais – no processo produtivo. Assim, é dado ao trabalhador apenas o conhecimento parcelado, relativo ao trabalho a ser realizado.

Da fragmentação do trabalho originou-se a formação de trabalhadores que correspondam às exigências requeridas pelo processo de trabalho, a fim de que executem com eficiência as tarefas determinadas pela função exercida. A formação profissional, baseada no domínio das técnicas, fica destinada àqueles responsáveis por sua execução, enquanto o domínio dos conhecimentos técnico-científicos e intelectuais se destina àqueles que devem controlar o processo produtivo. Esse quadro nos remete ao pensamento de Gramsci: “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens” (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Entretanto, essa fragmentação do processo de trabalho implica um conhecimento específico incorporado à força de trabalho sempre em constante mutação, em razão das constantes mudanças na forma de organização do modo de produção capitalista. Assim, a busca incessante do trabalhador pela especialização, para valorizar sua força de trabalho, faz da educação uma mercadoria necessária à vida social. “A educação torna-se reificada, como uma coisa fixa para a realidade objetiva, passa a ser considerada como um poder sobre e acima dos homens, impossibilitando qualquer tentativa para sua modificação”

(SARUP, 1980, p. 125). Com a transformação da educação em mercadoria, ela ganha atributos de um produto. A educação deixa de ser uma relação entre pessoas e assume uma “forma de relação social entre produtos do trabalho” (MARX, 2001, p. 94). A educação é transformada num fetiche, e a ela são atribuídos poderes sobrenaturais.

Diante do exposto, a investigação histórica da relação trabalho e educação está subordinada à forma pela qual o homem produz sua existência. E o seu primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação das necessidades para viver, isto é, a produção da própria vida material (MARX & ENGELS, 2007, p. 33), independentemente do tempo histórico.

Portanto, a investigação da relação trabalho e educação, numa perspectiva histórico-materialista, vai além de desvendar as diversas formas que o capital cria, no processo de trabalho, para aumentar a produtividade explorando essa força de trabalho. O problema que se apresenta é: saber como se constitui a relação trabalho e educação no modo de produção capitalista em cada momento histórico.

Hoje, as mudanças no mundo do trabalho, com a introdução das novas tecnologias no sistema de produção capitalista, colocam a relação trabalho e educação sob o domínio das diversas formas de acumulação do capital. A estrutura produtiva nacional teve que se adequar a novos parâmetros de competitividade, já que o sistema produtivo taylor-fordista dava sinais de absorvência pelo mercado internacional diante da produção capitalista nos países centrais, no momento em que, naquelas economias, a busca pela competitividade já pressionava as indústrias pela introdução de novas tecnologias e de fundamentos flexíveis de organização do trabalho em todos os setores da economia.

A passagem da rigidez do trabalho especializado da produção em massa para a operação das máquinas, que caracterizava a produção em série, colocava o trabalhador como agente passivo, dominado pelo ritmo de trabalho estandardizado. A reestruturação produtiva com base na acumulação flexível busca a obtenção de maior lucro, ao diversificar a produção com baixo custo na produção de produtos em pequena escala. Na lógica do capital, a acumulação flexível permite ao trabalhador maior autonomia, visto que lhe seria facultativo intervir no ritmo e na organização do processo de trabalho. Segundo Harvey (2006), a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a

rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.

A acumulação flexível, considerada como um novo sistema de organização no sistema capitalista de produção, tende a especializar o trabalho complexo<sup>3</sup> à medida que a produção material incorpora a ciência no processo de trabalho, em que a operacionalização das máquinas modernas necessita de uma nova força de trabalho qualificada, com um nível de escolaridade mais elevado. As pequenas distinções entre trabalho manual e intelectual generalizam as funções sem distinguir as tarefas, em que todos os trabalhadores estarão preparados para desempenhar qualquer atividade no sistema produtivo, descaracterizando a identidade do trabalhador e extinguindo várias profissões com a eliminação de postos de trabalho.

A acumulação flexível impôs mudanças qualitativas na formação dos trabalhadores, com a finalidade de adequar as instituições formadoras aos princípios da nova configuração técnica do trabalho, cujo objetivo é atender às demandas do processo de acumulação capitalista e da inserção do país em uma nova divisão internacional do trabalho.

O aumento da produtividade se realiza sob o fetiche de que a força de trabalho qualificada se valoriza ao adquirir elevado nível de conhecimento, e acirra a competição entre os trabalhadores em busca de melhores salários, com o engodo da mobilidade profissional e social sem distinção de classe.

---

<sup>3</sup> “O trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples potenciado, ou antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples” (MARX, 2001, p. 66).

## **2 – Por onde caminhar: a perspectiva teórico-metodológica**

Para o estudo do problema, recorre-se aos fundamentos da dialética marxiana, como alicerces epistemológicos e metodológicos desta investigação, para identificar de que forma a organização do processo de trabalho determina e regulamenta a formação técnico-pedagógica dos trabalhadores.

De modo a delinear o caminho da investigação, colocamos em cena as palavras de um crítico de Marx que, contraditoriamente, expressou o fundamento materialista do seu método:

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga à relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta essa lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. (...) Em consequência, todo o esforço de Marx visa demonstrar, através de escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar, de maneira irreprensível, os fatos que lhe servem de base e de ponto de partida. (...) O valor científico dessa pesquisa é patente: ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e sua substituição por outro de mais alto nível. Esse é o mérito do livro de Marx (MARX, 2001, p. 26-28).

Ao orientar-se pelos fundamentos da dialética marxiana, busca-se penetrar na realidade no plano histórico, social e pedagógico, para fazer emergir as relações contraditórias das relações sociais, conflitantes nas formas de construção dos fatos, no seu desenvolvimento em cada etapa e na sua transformação, o que, na perspectiva do materialismo histórico, nos leva a distinguir o método de exposição do método de investigação da pesquisa. Na investigação histórica da relação trabalho e educação, o estudo do objeto consiste no fato de o trabalho e a educação estarem intimamente ligados à própria existência humana, de serem práticas sociais voltadas para a preservação da espécie, que modulam formas de comportamentos, valores individuais e coletivos de uma

sociedade. Considera-se essa íntima relação entre trabalho e educação como princípio pedagógico, que só é possível pela reciprocidade das atividades realizadas pelo homem. Penetrar nessa relação significa desvelar diferentes movimentos até então desconhecidos. Isso permite elevar a investigação ao ponto culminante de várias possibilidades, que foram analisadas no percurso da investigação.

Para isso, torna-se imprescindível distinguir de maneira clara o método de exposição do método de investigação da pesquisa. Na investigação faz-se necessário o domínio do objeto em estudo diante da análise profunda das diversas formas de seu desenvolvimento e pesquisar a ligação íntima entre elas. A descrição do trabalho só poderá ser realizada depois de percorridos os caminhos determinados para a investigação, pois dessa maneira é que se descreve o movimento real. Sem este percurso a vida da realidade da pesquisa fica no plano ideal, o que pode parecer uma construção *a priori* (MARX, 2001, p. 28).

Na investigação o caminho é determinado à medida que o objeto dá sinais que levam à compreensão da força atrativa entre ideal e real, e é somente na exposição do trabalho que será descrito o movimento real. Neste momento de exposição da pesquisa, o objeto se concretiza pelo aprofundamento das diversas formas de sua constituição, que estão conectadas em sua origem pela relação entre o particular e o universal.

Talvez no momento da investigação do objeto as dificuldades não se mostrem tão grandes, mas no momento da exposição, torna-se complicada a apresentação dos elementos constitutivos do objeto, uma vez que as relações entre particular e universal não foram consideradas no processo de investigação (NORONHA, 2006, p. 79).

Porém, tanto na investigação como na exposição, a relação sujeito-objeto preserva sempre a noção de que o objeto sobre o qual se trabalha é um objeto produzido pelos homens. Segundo Neto (2006, p. 50), “a objetividade particular desse objeto que se impõe aos homens mais além da representação de que dele façam, isso não retira o caráter de não ser natural. Daí pensarmos que a categoria fundante em Marx é a categoria de classes. Isso significa que inevitavelmente o sujeito está autoimplicado no objeto”.

Para descrever “o movimento real, vislumbram-se as paisagens da verdade e a autonomia da ciência” (LÖWY, 2000, p. 212) Quem está descrevendo torna-se o pintor da paisagem, e a imagem de sua obra depende do lugar de que ele observa, ou seja, do observatório onde ele está fixado.

(...) [quanto mais] um “mirante” ou “observatório” (isto é, um ponto de vista de classe) é elevado, mais ele permite ampliar o horizonte e perceber a paisagem em toda a sua extensão; as cadeias de montanhas, os vales, os rios não conhecidos dos observatórios inferiores não se tornam visíveis senão do cume. É evidente que a paisagem como painel não depende somente do observatório, mas também do próprio pintor, tal sua forma de olhar e de sua arte de pintar (LÖWY, 2000, p. 212-213).

Para a investigação, o mirante possibilita a definição objetiva da realidade. É crucial para a investigação ultrapassar a zona de consenso (LÖWY, 2000, p. 212), na qual se encontram os diversos pontos de vista, limitados ao nível mais imediato e rasteiro do conhecimento. Na imagem do mirante, o observatório mais alto é o ponto de vista de onde os trabalhadores podem ter uma visibilidade para transformação social, conforme Löwy (2000, p. 211):

(...) o ponto de vista dos trabalhadores não é exclusividade de um único grupo ou corrente, mas representa, em cada momento histórico, o horizonte comum a um conjunto de forças políticas e intelectuais, sociais e culturais que reivindicam a visão proletária – isto é, de sua utopia revolucionária.

O que se espera com esta investigação é contribuir com a utopia revolucionária, propondo mudanças substanciais na estrutura social para a construção de uma nova ordem social. “A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente. O papel da educação, orientado pela perspectiva efetivamente viável de ir além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito” (MÉSZAROS, 2005, p. 71). Estão nas contradições do sistema capitalista as alternativas concretas para a regulação metabólica social, pois, sem o controle dessa regulação, não há a possibilidade de se oferecerem as condições mínimas de sobrevivência humana.

O reconhecimento da relação trabalho e educação como um domínio da investigação histórica corresponde a uma escolha mais específica e orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos investigados; a dimensão da história implica um tipo de enfoque ou um modo ver – são macrocampos com diversos ambientes internos que produzem várias interfaces, em que são produzidas significativas obras historiográficas (BARROS, 2008, p. 182). Entretanto, vale ressaltar que as dimensões, quando definidas como instâncias da realidade social, são, em todos os casos, construções do historiador, e contêm a sua parcela de arbitrariedade e a possibilidade de flutuações ao longo do desenvolvimento da história do pensamento historiográfico (BARROS, 2008, p. 21).

A investigação histórica da relação trabalho e educação constitui um domínio dessa dimensão na História da Educação, porém a construção desse domínio está condicionada ao conhecimento histórico, produzido pela historiografia educacional, orientada pela perspectiva teórico-metodológica, que, no caso da relação educação e trabalho, se caracteriza por “descobrir as leis dos fenômenos que estabelecem essa relação, mas não apenas as leis que as regem enquanto forma definida e os liga à relação observada em um dado período histórico” (MARX, 2001, p. 26-28).

Descoberta essa lei<sup>4</sup> na investigação histórica da relação educação e trabalho, detalham-se os efeitos com quais ela se manifesta na vida social. A relação trabalho e educação é identificada como um conjunto de campos de práticas sociais articulados na dinâmica da sociedade.

A análise do material coletado será dividida em três etapas: a primeira consiste em organizar o material para uma leitura preliminar; é o início da interação do pesquisador com o objeto de estudo pelas falas e observações realizadas no trabalho de campo a serem agrupadas em unidades temáticas. A etapa seguinte exige uma análise minuciosa para identificar o material coletado com o objetivo de agrupar as informações após serem codificadas. Definidos os agrupamentos relativos ao objeto de estudo, começa a fase de

---

<sup>4</sup> “Nas *Reminiscências* de Marx, Lafargue descreve como esse autor desenvolvia suas pesquisas: “Vico disse: ‘A coisa é um corpo apenas para Deus, que tudo sabe; para o homem, que só conhece o exterior, ela é apenas a superfície’. Marx apreendia as coisas à maneira do Deus de Vico. Não via apenas a superfície, mas o que estava por baixo. Examinava todas as partes componentes em sua mútua ação e reação; isolava cada uma dessas partes e descobria a história que a rodeava e observava a reação de um sobre o outro. Pesquisava a origem do objeto, as mudanças, evoluções por que passara, e dirigia-se, afinal, a seus efeitos mais remotos. Ele não via uma coisa, singularmente, em si e para si, separada do meio, via um mundo altamente complexo em contínuo movimento” (FROMM, 1983, p. 197).

interpretação das informações obtidas com as entrevistas, de observações e de levantamento bibliográfico. A última etapa estabelece um diálogo entre as falas dos trabalhadores e os autores das obras que orientam a fundamentação teórica da investigação e com o pesquisador. Nesse momento, o pintor, de seu observatório, começa a definir a sua obra, como destaca Löwy (2000) começa a pintar a paisagem com sua forma de olhar e com sua arte de pintar.

### **3 - Em busca das fontes da relação trabalho e educação**

Considerar que as fontes têm historicidade por serem representativas da concretude da vida humana, ou seja, da produção material da existência do homem, implica o tratamento de tais fontes, examinadas de forma qualitativa, em conexão com a abordagem na qual a investigação histórica é concebida em sua totalidade. Visto que as fontes, na história da educação, podem ser de inúmeras modalidades, conforme o problema histórico definido e investigado pelo pesquisador, isso exige do investigador

o olhar analítico-sintético no trato com as fontes, que implica o levantamento e exame atento das informações disponíveis, abrangendo as suas diversas modalidades e articulando-as sincrônica e diacronicamente de modo que não deixe escapar as características e o significado do fenômeno investigado (SAVIANI, 2007, p. 4).

Ao examinar as fontes, busca-se a articulação do singular com o universal com a finalidade de chegar à justa relação entre o local, o nacional e o internacional (SAVIANI, 2007, p. 4). Onde encontrar os dados para a investigação histórica da relação trabalho e educação? A resposta seria: nas fontes constitutivas e empíricas, que estabelecem a relação trabalho e educação na vida produtiva.

O estudo das fontes inicia-se nas observações do processo de trabalho e na análise dos documentos que definem o conteúdo do trabalho de acordo com a sua divisão no sistema de produção capitalista, que implica o nível de formação do trabalhador. Esse estudo também inclui os documentos oficiais da política educacional, que contêm os

fundamentos político-pedagógicos da modalidade e do nível de ensino do sistema educacional. Outras fontes são as documentações bibliográficas, que analisam a relação trabalho e educação, selecionadas segundo o período histórico estudado.

A utilização da entrevista semiestruturada como fonte merece um tratamento especial. Com ela busca-se uma interpretação que os trabalhadores dão à realidade que os cerca, considerando que “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (BAKHTIN, 2002, p. 38), pois a fala dos trabalhadores traz uma visão de mundo, uma concepção de educação e de trabalho. Ao transformar a entrevista em documento, por meio de sua transcrição, deve-se não perder de vista as demais fontes selecionadas e analisadas pelo investigador, pois cabe a ele avaliar em que medida elas estão relacionadas com o objeto da investigação.

A análise do conteúdo da entrevista com o trabalho simultâneo das outras fontes está condicionada às categorias de análise, pelo fato de os entrevistados serem os sujeitos da investigação, daí a importância de sua visão de mundo e não da narrativa individual da sua vida privada. As fontes constitutivas são os materiais empíricos coletados das análises do processo de trabalho e das falas dos profissionais, conservadas na sua íntegra, que atuam nos serviços de assistência à saúde – hospitais, postos de saúde, serviços especializados – do setor público.

O questionário, com perguntas abertas e fechadas, respondido pelos sujeitos da pesquisa tem como finalidade fazer uma coleta de dados para traçar o perfil desses sujeitos. Já o material recolhido pelas entrevistas semiestruturadas contém um significado do processo de trabalho na visão do trabalhador, por isso sua importância para a análise do objeto investigado. As entrevistas foram individuais, de acordo com questões agrupadas em torno da relação trabalho e educação com especificidades dos seguintes temas: a articulação entre o saber técnico e o conhecimento adquirido no trabalho; a formação dos trabalhadores em saúde; o processo de trabalho em saúde; a introdução das novas tecnologias; o cuidado na saúde; a relação com os demais profissionais da saúde. Pelas falas dos trabalhadores, pretende-se fazer emergir a realidade do processo de trabalho ainda desconhecida pelo pesquisador.

A análise do processo do trabalho será feita com base nas observações realizadas no interior das instituições de saúde, cuja finalidade é a elaboração de relatório de descrição

do campo investigado. As análises dos manuais de organização do processo de trabalho são importantes, pois definem as tarefas a serem executadas. Já os estudos dos procedimentos dos cuidados de atenção à saúde têm influência na seleção dos conteúdos de formação, além do estudo da arte referente ao tema. Todo esse material constitui as fontes do campo de investigação. Serão analisados os documentos oficiais da política de educação profissional técnica de nível médio, que trazem um viés tecnicista, num percurso que vai da implementação do ensino profissionalizante, pela lei n. 5.692/71, até a nova lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996 (BRASIL, 1971, 1996).

É importante ressaltar que a população indicada para o estudo é composta, principalmente, pelos trabalhadores de formação técnica de nível médio em saúde ou por outro segmento na estrutura funcional, caso seja necessário.

As observações do processo de trabalho em saúde apontam os três níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS): 1) a Atenção Básica, que engloba um conjunto de ações dirigidas aos usuários e ao ambiente, tendo como função a promoção da saúde e a prevenção das enfermidades, das lesões e dos riscos de adoecimento; 2) a Média Complexidade, que oferece aos usuários atendimentos ou exames especializados, terapias especializadas, serviços de patologia clínica, entre outros; 3) a Alta Complexidade, que compreende ações que necessitam de procedimentos e equipamentos mais complexos e dispõe de profissionais e de recursos tecnológicos modernos.

Para a investigação, selecionou-se um hospital de grande porte da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, reconhecido como referência nos três níveis de assistência e em volume geral de atendimentos, categorizado como hospital federal com porta hospitalar de emergência e reconhecido como centro regional terciário. Além disso, é um hospital de referência em oftalmologia, cirurgia de cabeça e pescoço, atendimento à gestante de alto risco e atendimento de alta complexidade, como transplantes de rins, fígado e córnea.

## Parte II – A relação trabalho e educação e o modo do homem de produzir sua existência

*Conhecemos uma única ciência, a ciência histórica. (Karl Marx, A ideologia alemã)*

### 1 – O caráter histórico da relação trabalho e educação

Para produzir sua existência, o homem cria meios e instrumentos que o mantenham vivo; portanto, satisfazer suas necessidades o condiciona a reproduzir, historicamente, em toda a ação humana, a produção da vida material para continuar sobrevivendo. Desse modo, sistematiza suas ideias, organiza suas ações, concebe sua prática; e à medida que a satisfação é alcançada, ampliam-se as relações sociais em condições determinadas no tempo histórico. Assim, Marx indica que o primeiro pressuposto da existência humana e da história é que todos os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história.

Mas para viver precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida, diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (...) A primeira coisa a fazer, em qualquer concepção histórica, é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (MARX e ENGELS, 2007, p. 33).

Diante do pressuposto apresentado por Marx, é mister afirmar que a relação trabalho e educação é construída num processo histórico e compreendido, sem qualquer dúvida, pela forma como os homens produzem sua vida material. O modo de produção<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Na apresentação do livro *Contribuição à crítica da economia política*, numa alusão aos clássicos da economia política que utilizam o termo produção numa acepção restrita, Fernandes (2008, p. 33) interpretando Marx, destaca: o modo de produção não é a mesma coisa que produção no sentido positivista, usado pelos clássicos, envolvendo a determinação dos caracteres gerais e a-históricos de uma esfera da economia. Ao contrário, na terminologia marxista, “modo de produção” implica todo um complexo sociocultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva.

não pode ser considerado como satisfação das necessidades orgânicas ou puramente econômicas; diante de um modo de vida determinado, há uma rede de relações sociais estabelecidas pelos homens entre si e deles com a natureza.

Então, para se manter vivo, o homem age sobre a natureza, transformando-a de acordo com as suas necessidades e adaptando-a à sua forma de vida. Sua ação é intencional, com um determinado objetivo, já que a natureza lhe oferece os bens materiais naturais. Assim, sua existência é produzida pelo próprio homem, e pelo fato de ser diferente dos animais, idealiza sua forma de agir, obtendo como resultado produtos adequados às suas necessidades. “O primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a produzirem seus meios de vida” (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

O ato de pensar sobre sua ação, como atributo exclusivo do homem, está condicionado, a todo momento, à maneira pela qual ele busca diferentes formas de sobreviver diante da natureza. Pensar sem agir não tem sentido; o pensamento tem expressão em algo concreto, que dê substância à forma de vida. É esse o sentido do trabalho entendido como forma elaborada, idealizada e objetivada da essência humana.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, produzem, diretamente, sua própria vida material (MARX e ENGELS, 2007, p. 87, grifo do autor).

Esta é a razão que reafirma que o trabalho<sup>6</sup> é socialmente determinado; mesmo que seja, em essência, uma relação entre o homem e a natureza, essa relação estará sempre subordinada a determinadas condições de produção, isto é, às relações de produção que se manifestam no decorrer da história.

---

<sup>6</sup> “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – e pernas, braços, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, o homem modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2001, p. 211).

Marx descreve, como segundo aspecto das relações originárias, a busca pela satisfação dessa primeira necessidade:

(...) o ato de realizá-la, os instrumentos de satisfação já adquiridos conduzem a novas necessidades, e é essa produção de novas necessidades que constitui o primeiro ato histórico, pois para produzir os homens transformam a natureza, é um processo diferente dos animais (MARX e ENGELS, 2007, p. 33).

Ao pensar em como agir para alcançar um objetivo, o homem projeta os passos na consciência, antes de eles serem construídos na prática. Essa capacidade de antecipar, na consciência, o caminho que deseja seguir para chegar ao resultado provável permitiu-lhe elaborar várias alternativas que melhor lhe conviessem. Definido o caminho a percorrer, segue-se a realização. Ao construir aquilo de que necessita, o homem transforma a natureza em algo que antes não existia, constrói novos objetos.

Agora é uma nova situação, a realidade já não é a mesma, transformou-se. Quanto ao homem, também ele já se transformou, ganhou potência, experimentou um novo processo de aprendizagem; com a ação, aprendeu novas formas de vida. As novas necessidades e possibilidades advindas desse novo momento serão absorvidas pelo homem; e com os conhecimentos e as habilidades que possuía anteriormente, se amplia, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos, e assim por diante. Então, ao produzir sua existência transformando a natureza, o homem se transforma, pois adquire novos conhecimento e habilidades. O trabalho e a educação tornam-se permanentes como práticas sociais da existência humana.

Os meios e os instrumentos<sup>7</sup> criados passam a fazer parte da história do homem, como parte do desenvolvimento geral, que ultrapassa o indivíduo, porque agora faz parte da história humana. Sua dimensão é social e coletiva pelo fato de esses novos meios e instrumentos não apenas pertencerem, exclusivamente, ao indivíduo, que se encontra em nova realidade, mas, sim, à sociedade como um todo. Com isso, o desenvolvimento social evolui diante de situações inesperadas, em conformidade com as novas realidades que se apresentam à vida social. Portanto, os conhecimentos produzidos, necessários à existência

---

<sup>7</sup> Cabe uma ressalva para distinguir meios de instrumentos. Os meios são aqui compreendidos como recursos utilizados para alcançar um objetivo; é a maneira pela qual se realiza uma ação; os instrumentos são os objetos utilizados para realizar uma ação.

do homem, não são exclusivos do indivíduo, de um povo, de uma sociedade; tornam-se patrimônio de toda a humanidade em dois aspectos: quando utilizados nas mais diversas necessidades e, de forma genérica, na medida em que são compartilhados coletivamente por toda a humanidade.

Voltando a Marx, sua terceira condição diz que o que intervém no desenvolvimento histórico “é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família” (MARX e ENGELS, 2007, p. 33). Assim, continua Marx, num primeiro momento a família constitui a única relação social; logo após, quando as necessidades aumentam, geram novas relações sociais, e o crescimento da população gera novas necessidades. Numa relação secundária, deve ser tratada e desenvolvida conforme os dados empíricos existentes, e não segundo o “conceito de família” (MARX e ENGELS, 2007, p. 33-34).

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla de um lado, como relação natural, de outro, como relação social – social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade (MARX e ENGELS, 2007, p. 34-35).

Nos pressupostos do processo histórico apresentado por Marx e Engels os homens estabelecem uma conexão materialista entre si, conexão essa que depende das necessidades e do modo de produção, e que nasce com os próprios homens. São conexões que assumem sempre novas formas e que apresentam uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso para que os homens se mantenham unidos.

## 2 – A relação trabalho e educação e a divisão social do trabalho

Em primeiro lugar, a divisão do trabalho se dá de forma natural em virtude da idade e do sexo, com atividades naturalmente distintas para homens e mulheres, que se diferenciam pela utilização da força física. Tudo aquilo que é necessário se organiza e se desenvolve com naturalidade dentro de uma certa regularidade. “A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual” (MARX e ENGELS 2007, p. 35).<sup>8</sup>

A partir desse momento, o fazer e o pensar se distanciam. O pensar pode se desligar da realidade concreta para representar alguma coisa sem o compromisso de se demonstrar como uma coisa real. A separação entre trabalho mental e trabalho intelectual eleva a “consciência” ao nível sistemático de reflexão na formulação teórica, nos diversos campos do conhecimento como a filosofia, a literatura, a física etc., em que há a necessidade de especialistas, de instituições afins – tudo isso mantido e sustentado pelo trabalho alheio.

A divisão do trabalho só será supressumida quando uma sociedade alcançar um excedente econômico acima da necessidade material, liberando uma minoria de seus membros das exigências do trabalho manual, concedendo-lhes o privilégio de se dedicarem, em tempo integral, às atividades do trabalho intelectual nas universidades, na política, na literatura, ou em outras atividades de seu interesse. Somente então a filosofia pode florescer no seu sentido mais completo. A partir desse momento, o pensamento pode começar a ter fantasias de que é independente da realidade material, simplesmente porque há um sentido material que de fato existe, como indica Marx:

A divisão do trabalho apenas se dá verdadeiramente a partir do momento em que aparece a divisão do trabalho manual do trabalho intelectual. (A primeira forma de ideólogo, a dos sacerdotes, é contemporânea.) Deste momento em diante, a consciência pode realmente alimentar a ilusão de ser algo diverso da consciência existente, de realmente representar algo sem representar algo real; de agora em diante, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e dar início à formação da “pura” teoria, teologia, filosofia, ética etc. (MARX e ENGELS, 2007, p. 35).

---

<sup>8</sup> Aqui se entende trabalho espiritual como trabalho intelectual, conforme descrição que Marx e Engels (2007, p. 36) faz de atividades material e espiritual ou seja, trabalho e atividade de pensamento.

Ainda recorrendo a Marx e Engels (2007, p. 37), a divisão do trabalho gera várias contradições, entre as quais se encontram o interesse do indivíduo singular ou das famílias e o interesse coletivo dos indivíduos que se relacionam mutuamente; esse interesse coletivo, entretanto, não é uma representação do interesse geral, mas sim real, pois é trabalho compartilhado em atividades numa relação de dependência recíproca. Essa divisão é natural, independe da vontade do indivíduo – a própria ação humana torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado.

A primeira consequência da divisão do trabalho implica a separação dos diferentes setores da atividade econômica: nas cidades, o trabalho industrial e comercial; no campo, o trabalho agrícola. À medida que a vida social se torna mais complexa, inevitavelmente o trabalho se especializa, com formas e conteúdos diferentes, divididos entre produtores também diferentes. Isso se faz necessário para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das forças produtivas. Mas, segundo Marx, um processo de alienação sobrepõe a capacidade humana de maneira unilateral, em contraste com o ideal do indivíduo versátil que usa sua criatividade e seu talento.

“Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo, e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar” (MARX e ENGELS, 2007, p. 38). Por sua vez, as diversas fases de desenvolvimento em que se encontram a divisão do trabalho engendram outras novas formas de propriedade, significando que cada nova fase do trabalho determina também as relações com os indivíduos entre si, no que refere ao material, ao instrumento e ao produto daquele trabalho.

Originada do artesanato, tendo inicialmente como base técnica os ofícios manuais, a manufatura desenvolveu-se em contradição com as corporações de ofícios. A aprendizagem do trabalho, nas oficinas dos artesãos, era feita diretamente de mestre para aprendiz; assim, de maneira direta, a relação trabalho e educação permanecia até o aprendiz dominar todo o processo de trabalho, no qual cada produto era feito por um artesão de cada vez. O processo se iniciava na retirada da matéria-prima e terminava no

acabamento do produto. Ao dominar todo esse processo, o aprendiz se tornaria mestre-profissional.<sup>9</sup>

A manufatura baseava-se, no princípio, pela divisão do trabalho manual entre vários trabalhadores com o objetivo de alcançar maior produtividade. As primeiras manufaturas se organizavam em espaços com grupos de artesãos que produziam individual e isoladamente seus produtos.

A partir desse momento, o trabalho em cooperação tem outra organização, cada artesão ficando responsável por uma parte do processo de trabalho, tornando-se um trabalhador parcial, especializado em uma função parcial do processo de produção. A divisão do trabalho causou uma mudança substancial na relação trabalho e educação, pois, anteriormente, os trabalhadores, em uma oficina, produziam simultaneamente em colaboração. Diferentes profissionais trocavam experiências e saberes sobre tudo o que estavam produzindo; cada um em sua especialidade dominava um conhecimento específico, porém dominando também todo o processo de produção em que estava inserido. O conhecimento e a habilidade do seu ofício constituíam uma totalidade como na cooperação simples.

Mas logo se sucede uma modificação substancial. O costureiro, o serralheiro, o correeiro e outros que se ocupam apenas com a feitura de carruagens perdem, pouco a pouco, com o costume, a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a extensão. Além disso, sua atividade especializada assume a forma apropriada a essa esfera restrita. No início, a manufatura de carruagens era uma combinação de ofícios independentes. Progressivamente, ela se transformou num sistema que divide a produção de carruagens em suas diversas operações especializadas; cada operação se cristalizava em função exclusiva de um trabalhador e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais. Desse modo, combinando diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital, surgiram as manufaturas de panos e muitas outras (MARX, 2001, p. 414).

---

<sup>9</sup> “Se circunstâncias externas provocaram progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes se subdividiam em subespécies ou se fundavam novas corporações junto às antigas, sem que diferentes ofícios se reunissem numa única oficina. A organização corporativa excluía, portanto, a divisão do trabalho, embora muito contribuísse para as condições de existências desta, especializando, separando e aperfeiçoando os ofícios. Em geral o trabalhador e seus meios de produção permaneciam, indissolúvelmente, unidos como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conservação desses meios em capital” (MARX, 2001, p. 414).

A relação trabalho e educação sofreu uma profunda alteração com as novas determinações em face do processo de trabalho na manufatura. O conhecimento foi fragmentado, conforme a divisão técnica do trabalho, e o trabalhador que, na cooperação simples,<sup>10</sup> dominava toda a cadeia produtiva, agora se encontrava desprovido de sua totalidade, ocorrendo, como consequência, sua separação dos seus meios de produção e a conversão desses meios em capital. Isso leva Marx (2001, pg 418) a se referir a Adam Smith que, para evitar a total degeneração do povo, em razão da divisão do trabalho, recomendou o ensino popular sob a responsabilidade do Estado, porém em doses homeopáticas.

A partir do momento em que a divisão do trabalho passou a relacionar o aspecto técnico com o político, como forma de ratificar legalmente a exploração, o trabalhador ficou condenado a uma posição subalterna social e politicamente, além de sua técnica estar subordinada ao capital.

### **3 – A relação trabalho e educação: a produção social da consciência e da linguagem**

Ao considerar o trabalho e a educação como práticas sociais inerentes às diversas formas de organização social, que se iniciam nas comunidades primitivas e chegam até a modernidade, surge a indagação sobre a produção social das variantes originadas no processo de interação social necessário à construção de forma de vida que preserve o acervo sociocultural individual e coletivo. Portanto, a questão está em compreender como se constitui, historicamente, a produção social da consciência e da linguagem em virtude da necessidade do homem de produzir sua existência em relação com a natureza, com seus semelhantes e consigo mesmo.

---

<sup>10</sup> “Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo” (MARX, 2001, p. 415).

A relação trabalho e educação oferece várias possibilidades para examinar as variantes que se originaram da atividade humana e ultrapassaram o simples domínio das habilidades e o manuseio de instrumentos da produção material. É pela busca incessante da superação das diversidades que a vida cotidiana impõe ao homem novos caminhos a serem percorridos, que novas relações são estabelecidas e as interações entre os indivíduos são aperfeiçoadas a cada momento de sua inserção na vida produtiva. Percorrer outros caminhos que demonstrem diferentes aspectos da base material que constitui a relação trabalho e educação apresenta-nos possibilidade de ampliar o espectro do conhecimento da relação pedagógica no processo formativo do indivíduo.

Nesse percurso, outras formas de relacionamento individual e coletivo foram originadas pelo intercâmbio de tudo que foi criado pela ação do homem. Desse modo, os indivíduos se constituem pelos vínculos sociais estabelecidos na relação com o outro, num processo interativo de um determinado tempo histórico e, nessa interação, se formam e se transformam, a todo momento, desenvolvendo suas potencialidades. A produção e o intercâmbio constituem a base de toda a ordem social, na medida em que o processo de trabalho é resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto de trabalho. As relações de produção, que determinam e dão sentido a tudo o que é produzido pelo homem, se realizam e se transformam historicamente.

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, uma base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). A produção social da consciência e da linguagem tem sua origem nessa base real.

Na base real se encontram os elementos de formação da consciência, pois não há uma consciência pura nascida de uma abstração. A linguagem surge, tal como a consciência, pela satisfação das necessidades humanas num processo de interação e do aperfeiçoamento do processo de trabalho, com isso ampliam-se as possibilidades de conhecer as diversas formas de vida. Ao reconhecer a necessidade de estabelecer relações

com os indivíduos que o cercam, já é a própria consciência do homem de que ele vive em sociedade.

Num primeiro momento, para o indivíduo, a consciência é uma mera consciência do meio sensível imediato (MARX, 2007, p. 35), de tudo aquilo que o cerca; é a real necessidade de estabelecer vínculos, ainda que limitados, às coisas exteriores ao próprio indivíduo como um poder totalmente estranho, onipresente e inabalável, com o qual tece uma relação puramente animal, pelo fato de que a natureza ainda se encontra pouco modificada historicamente.

Depois de examinar os diferentes aspectos das relações históricas, Marx nos conduz para a consciência do homem que se apresenta na forma de linguagem. A linguagem expressa a historicidade oriunda do processo cotidiano de comunicação da vida social de grupos sociais, e por isso revela intencionalidades e interesses práticos, políticos ou ideológicos. No entanto, para Bakhtin (2002, p. 35), no estudo da ideologia e da filosofia da linguagem, numa crítica à psicologia contemporânea e ao materialismo ingênuo em que consciência deriva da natureza, “a única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica”. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo no curso de suas relações sociais. E acentua: “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2002, p. 36).

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática que existe para os homens, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com os outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (MARX e ENGELS, 2007, p. 34).

Para Engels (2004, p. 19-20), em suas comparações entre homens e animais, a explicação da origem da linguagem nasce com o trabalho e se fundamenta pelo trabalho, o que justifica sua evolução.

Há que se considerar a linguagem como produto social que nasce da necessidade do intercâmbio entre os homens. Marx nos coloca diante daquilo que representa a própria identidade do um povo: a linguagem é um produto social coletivo, jamais pode ser

individual; é como se fosse o ser coletivo falando por si mesmo. O indivíduo se relaciona com a linguagem como sendo sua própria, apenas como membro natural pertencente à coletividade. É o que mantém viva a comunidade coletiva, é a sua própria existência e resistência.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como se apresenta na linguagem política, das leis, da moral, da metafísica, da religião etc. de um povo (MARX e ENGELS, 2007, p. 93).

A linguagem é consciência real e prática que existe para os homens, conforme acentua Marx, por ser de suma importância na preservação da herança sociocultural, do mesmo modo que todo processo educativo que se realiza na interação entre os indivíduos. Numa relação pedagógica, em que um ensina e o outro aprende, a transmissão de conhecimentos só é possível pela linguagem. No mesmo sentido, o entendimento do que foi assimilado de imediato será externado pela linguagem, e essa expressão deve ser considerada como a própria expressão da consciência. “O elemento do próprio pensar, o elemento da externalização do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível” (MARX, 2008, p. 112). A interação intelectual aparece como uma emanção direta do comportamento material.

A linguagem surge das necessidades diárias, como uma dimensão do trabalho coletivo; no entanto, ela ultrapassa essa dimensão, podendo alcançar diversas atividades da vida social, sempre relacionada às práticas sociais. Seu poderio está em representar formas do pensar, de consubstanciar as ações do indivíduo, as quais, por sua vez, estão representadas na linguagem da política, da religião, da filosofia, da educação, da literatura, nas mais diversas formas de expressão de um povo.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas reais ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX e ENGELS, 2007, p. 93).

A própria linguagem, então, pode ser considerada como ponto de convergência da consciência e das práticas sociais, especificamente na relação trabalho e educação. Mas como alcançar esse ponto de convergência? Em qualquer que seja a atividade desenvolvida pelo homem para produzir sua existência, um conhecimento prévio é elaborado e transformado em ação com a finalidade de produzir algo necessário à vida. Nesse processo, ocorre simultaneamente uma ação teórica e prática sempre voltada para uma situação concreta, estreitamente ligada à interação material entre os indivíduos.

Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, transformam também, com esta realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 2007, p. 94).

Sempre entendo a relação trabalho e educação como um fato de existência humana que se desenvolve pelo fato de o homem agir sobre a natureza, transformando-a em função de suas necessidades. É nessa interferência sobre o mundo material que processos pedagógicos também se desenvolvem e são aprimorados conforme a atuação do indivíduo, como forma de ampliar o espectro do conhecimento da relação pedagógica no processo formativo do indivíduo. “Os homens desenvolvem a consciência no interior do desenvolvimento histórico real” (MARX e ENGELS, 2007, p. 35).

### Parte III – Formação econômico-social da relação trabalho e educação

#### 1 – Trabalho e educação na comunidade primitiva

Na comunidade primitiva, também denominada comunidade tribal, o trabalho coletivo produzia o necessário para o consumo numa economia natural. A terra era o meio básico<sup>11</sup> para o seu funcionamento, a propriedade era comum<sup>12</sup> a todos – tinha a função de *ager publicus* –, pertencia a toda a comunidade; seus membros eram indivíduos livres que seguiam as regras de convivência estabelecidas por um conselho formado pelos adultos, homens e mulheres das tribos.

A principal atividade econômica era a agricultura, a criação de animais para alimentação e para ajudar no trabalho que superasse a força humana. Como a produção era coletiva, tudo era repartido entre todos e consumido apenas o necessário à sobrevivência da comunidade. Os instrumentos de trabalho eram rudes, e a atividade de coleta dependia da disponibilidade dos alimentos na natureza. A produção não ultrapassava o necessário para o consumo do dia a dia, por isso não havia acumulação de bens. O grau de desenvolvimento da comunidade correspondia à produção necessária à sua subsistência, portanto o seu domínio sobre a natureza não ia além daquilo que a própria natureza lhe oferecia.

O trabalho era organizado mediante as necessidades sociais e pela combinação de simples apropriação daquilo que era produzido. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas era limitado, e as relações sociais de produção dirigiam o processo de

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar que Marx, ao se referir às comunidades primitivas, utiliza o termo comunidade tribal espontânea ou horda (com laços comuns de sangue, língua, costumes e valores), o que constitui o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, assim como a atividade que a reproduz pela expressão material, tornando-a objetiva, as atividades como: o pastoreio, a caça e a agricultura. É com a terra que se desenvolve todo o arsenal que proporciona os meios e objetos de trabalho e a delimitação territorial; a terra é a base da comunidade. Para Marx (1985), na comunidade tribal as relações do homem com a terra são ingênuas, pois eles se consideram como proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que produz e se reproduz pelo trabalho vivo.

<sup>12</sup> A primeira forma da propriedade é a propriedade tribal. Ela corresponde à fase não desenvolvida da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca e da criação de gado ou, no máximo, da agricultura. Neste último caso, a propriedade tribal pressupõe uma grande quantidade de terras incultas. Nessa fase, a divisão do trabalho é, ainda, bem pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família: os chefes patriarcas da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. A escravidão latente na família se desenvolve apenas aos poucos, com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca (MARX e ENGELS, 2007, p. 89-90).

distribuição dos produtos conforme a produção coletiva. Na comunidade primitiva, o trabalho não tinha o objetivo de criar valor; podia-se mesmo realizar trabalho excedente, o qual seria trocado por produtos excedentes de outra tribo. Seu propósito era manter sua condição de proprietário individual e da família, assim como de toda a comunidade. “Essa posição do indivíduo como trabalhador, na sua forma mais pura, é propriamente um produto histórico” (MARX, 1985, p. 66). Todo produto do trabalho é propriedade coletiva, mesmo se houvesse excedentes.

O homem primitivo tinha na arte sua expressão maior do imaginário humano. Era a forma como refletia, desde os tempos pré-históricos, o cotidiano do trabalho, dentro daquilo que a sua consciência possibilitava. A arte limitava-se à descrição dos elementos de sua vida e seu trabalho. Sua capacidade intelectual não permitia mais do que descrever de forma narrativa ou pictórica o mundo real do trabalho.

Portanto, vale considerar que essa descrição foi o primeiro passo para o entendimento da realidade em que aquele homem vivia. Essa descrição significava a exteriorização do que estava diante de seus olhos, era a percepção que fazia da realidade, e com isso entendia como se relacionar como o mundo real. Tudo o que era uma percepção subjetiva do homem primitivo se tornava objeto exterior de sua própria reflexão. Assim, ao descrever o trabalho no seu dia a dia, o homem primitivo refletia sobre si mesmo como ser social e como sujeito, sujeito consciente de sua prática, ser que não somente executa, mas que pensa no que faz e, assim, continua agindo sobre o seu destino.<sup>13</sup>

O trabalho e a sobrevivência da tribo dependiam de fatores estritamente naturais, sobre os quais não se tinha domínio, portanto sofria-se com as intempéries: secas, enchentes, pragas, doenças, esgotamento do solo, que colocavam em risco os povos primitivos, prisioneiros do modo de fazer o seu trabalho, de produzir seu próprio sustento.

No decorrer do tempo, o homem foi aprendendo com a experiência: primeiro dominou o fogo, logo domesticou os animais; na sua relação com a natureza, aprendeu a plantar e a colher sempre o que precisava e no tempo certo; utilizou a água em seu

---

<sup>13</sup> Segundo Solis, na sociedade primitiva, arte e mito relacionavam-se e confundiam-se intimamente e ambos formavam uma unidade natural com o trabalho, no sentido de serem prisioneiros das mesmas leis naturais. A mitologia primitiva é marcada por profundos elementos poéticos, espelhando relações tão simples quanto a arte: as relações do homem com a natureza, quase sempre concebidas como um ente superior aos homens, ou seja, entidade cuja compreensão estava acima da inteligência humana, o que era verdade naquela época do desenvolvimento histórico (SOLIS, 1994, p. 224-225).

benefício, passou a compreender os regimes das cheias e das vazantes dos rios de acordo com as estações do ano; desenvolveu as primeiras técnicas de adubar o solo, forjou metais, aprendeu a guardar e a preservar os excedentes de produção para necessidades futuras. A divisão do trabalho não era significativa para caracterizar uma dominação de uma classe sobre outra. Algumas tarefas estavam determinadas pela sua importância na organização da vida social da tribo, tarefas que definiam o papel social daquele membro da comunidade que a deveria executar. A partir desse momento, iniciou-se uma primeira definição de papéis sociais em virtude do sexo.<sup>14</sup>

A educação dos povos primitivos era essencialmente natural, espontânea e informal, adquirida na convivência entre pais e filhos, adultos e jovens. Sob a influência e a orientação dos mais velhos, as crianças e os jovens aprendiam as técnicas elementares necessárias à vida: a caça, a pesca, o pastoreio, a agricultura e os afazeres domésticos. Tratava-se de uma educação por assimilação no contato direto com os adultos, num processo de aprendizagem de coparticipação nas atividades vitais à tribo. Dessa maneira, aprendiam os usos e os costumes, seus cantos e suas danças, seus mistérios e seus ritos, o uso das armas e, acima de tudo, a linguagem, que, como instrumento educativo, integrava os membros da tribo.

A criança, na convivência diária que mantinha com os membros da comunidade, era introduzida nas crenças e práticas sociais estabelecidas pelo grupo, compartilhando, desse modo, da vida social desde a infância. À medida que o tempo passava, eram orientadas pelos adultos, de acordo com as situações que vivenciavam em determinadas circunstâncias. Nos tempos atuais, podemos dizer que, nas comunidades primitivas, “o ensino era para a vida e por meio da vida” (PONCE, 2007, p. 18); para aprender a manejar o arco, a criança praticava a caça; para aprender a guiar um barco, ela navegava.

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o

---

<sup>14</sup> Como debaixo do mesmo teto viviam muitos membros da comunidade – às vezes, a tribo inteira –, a direção da economia doméstica, entregue às mulheres, não era, como acontece entre nós, um assunto de natureza privada, e sim uma verdadeira função pública, socialmente tão necessária quanto a de fornecer alimentos a cargo dos homens (PONCE, 2007).

desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (SAVIANI, 2007, p. 154-155).

Essa educação natural, espontânea e assistemática deveria acarretar certo descuido do adulto em relação às crianças ou até mesmo um desprezo dos jovens em relação às obrigações da comunidade, pois não havia nenhuma instituição responsável pela educação da tribo, o que mais tarde poderia influenciar na formação dos jovens. O que se observa na comunidade primitiva é a coesão dos seus membros, determinada pelas condições objetivas e reais da própria organização social da tribo, que orienta a forma de comportamento sem que seja necessário o poder coercitivo da escola.

Fica evidente que, numa sociedade em que os bens produzidos por todos estão disponíveis sempre que necessários à comunidade, e que o processo educativo é assimilado nas relações sociais estabelecidas por todos, isso nos leva a reconhecer que a educação na comunidade primitiva era espontânea no conjunto da sociedade, da mesma forma que a linguagem e a moral, pois não havia necessidade da instituição escolar, uma vez que o processo de aprendizagem se estabelecia nas formas de convivência e na interação entre os membros da comunidade (PONCE, 2007, p. 19).

A relação trabalho e educação, já estabelecida desde a infância, realizava-se mediante as funções da coletividade. Inseridas nas práticas sociais, as crianças reconheciam todas as funções sociais como parte da coletividade, reconheciam a importância dos ensinamentos dos adultos e sua participação na comunidade, mesmo diante das diferenças naturais.

Nas comunidades primitivas, a educação coincidia totalmente com o fenômeno acima descrito. Os homens se apropriavam coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo se educavam e educavam as novas gerações. Prevalcia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua

existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. Nessas condições, a educação se identificava com a vida. A expressão “educação é vida” e não preparação para a vida, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era, nessas origens remotas, verdade prática (SAVIANI, 2007, p. 154-155, destaques do autor).

No entanto, não se pode ignorar que a educação se realizava puramente com a natureza e com espontaneidade, levando-se em conta que o homem primitivo, na sua relação com a natureza, a modificava conforme o necessário para sua existência. O homem primitivo, mesmo em certas condições, é um ser social, sujeito de um processo histórico de acordo com aquilo que o ambiente social lhe oferece.

Na concepção de mundo do homem primitivo,<sup>15</sup> aos nossos olhos refletia, por um lado, o ínfimo domínio que o primitivo havia alcançado sobre a natureza e, pelo outro, a organização econômica da tribo. De outra forma, a relação do mito primitivo, que o homem primitivo cultuava e demonstrava com sua arte ser a relação natural entre o homem e a natureza, era aquilo que buscava encontrar um significado para a sua atividade principal, aquela que garantia a preservação da espécie, o trabalho. O seu domínio intelectual somente possibilitava descrever narrativa ou pictoricamente o mundo real do trabalho.

Ao descrever sua realidade, o homem primitivo preservava o que fora criado até aquele momento além do entendimento do processo de criação. Ao pensar o dia a dia do seu trabalho, o homem refletia sobre si mesmo como ser social no desenvolvimento histórico, sujeito da sua ação, sujeito que faz e pensa como faz, numa relação subjetiva de suas práticas. “Dessa concepção nasce o ideal pedagógico a que as crianças deveriam se ajustar. O dever ser, no qual está a raiz do fato educativo, lhes era sugerido pelo seu meio social desde o momento do nascimento” (PONCE, 2007, p. 19).

---

<sup>15</sup> Segundo Ponce, havia uma concepção de homem na comunidade primitiva mesmo que ainda não tivesse sido expressa claramente. Essa concepção de mundo, ainda difusa, demonstrava que o ínfimo domínio, que o homem primitivo havia alcançado sobre a natureza e a forma de organização econômica da tribo estava relacionada à maneira a qual as condições de produção até então existentes na comunidade. Uma vez que, na organização da comunidade primitiva, não existiam hierarquias, o primitivo supôs que a natureza também estava organizada desse modo: por esse motivo, a sua religião foi uma religião sem deuses. Os primitivos acreditavam em forças difusas que impregnavam tudo o que existia, da mesma maneira que as influências sociais impregnavam todos os membros da tribo (PONCE, 2007, p. 20-21).

Esse ideal pedagógico trazia, de forma imperativa, como sendo uma necessidade orgânica de cada grupo ou tribo o reconhecimento de que todos os bens econômicos, culturais, materiais e sociais, sem exceção, pertenciam à coletividade. Com esse pressuposto, os fins da educação na comunidade primitiva tiveram sua origem na estrutura social, que corresponde à organização de uma sociedade sem classes, em que os interesses comuns do grupo se realizam, equitativamente, em todos os membros sem coerção e distinção.<sup>16</sup> Não há uma educação sistemática e intencional, em uma instituição especializada com um profissional especializado.

Uma educação que tinha por base assimilar o indivíduo à ordem social tribal (ou ao ‘Nós coletivo’) nos limites em que isso se torne possível sem destruir o equilíbrio psicobiológico da pessoa, unidade e fundamento dinâmico da vida em sociedade (FERNANDES, 1978, p. 17, grifo do autor).<sup>17</sup>

O ideário pedagógico demonstrado por Ponce (2007), segundo o qual as novas gerações se assemelhavam às mais velhas, foi se alterando, lentamente, à medida que a sociedade se transformou numa sociedade dividida em classes,<sup>18</sup> segundo ele, com uma dupla origem: o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada.

---

<sup>16</sup> Muitos autores afirmam que a educação dos povos primitivos era essencialmente espontânea, integral e natural. Para Ponce (2007) era espontânea, na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcar, nas crianças, qualquer procedimento pedagógico, e integral no sentido de que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que a referida comunidade conseguia elaborar e receber. No entanto, a forma como o processo de aprendizagem se realizava nas comunidades primitivas estava estritamente ligado a sua maneira de viver. Como podemos entender que os conteúdos necessários para a sobrevivência da tribo eram preservados, logo, a cada momento da sua evolução, naturalmente as práticas sociais modificavam o processo de aprendizagem. Entende-se que as mudanças engendradas nas práticas sociais são inevitáveis a partir do momento em que o homem primitivo amplia o seu domínio sobre a natureza.

<sup>17</sup> Os estudos sociológicos de Florestan Fernandes divulgados no texto “A educação numa sociedade tribal” nos indicam como os tupinambás utilizavam a educação, destacando que, embora a documentação disponível seja lacunosa, ela permite inferir que esses, assim como outros povos primitivos, conseguiram êxito no respeito, na elaboração e no aproveitamento construtivo de aptidões diferenciadas dos indivíduos, jogando com elas para atender às necessidades materiais ou morais decorrentes do sistema tribal de divisão do trabalho e de classificação social (FERNANDES, 1978, p. 174).

<sup>18</sup> Segundo Marx, as classes sociais se formam do seguinte modo: “Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinados e recebem já pronta da classe sua posição de vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela” (MARX & ENGELS, 2007, p. 63).

Na comunidade primitiva, a divisão social do trabalho se baseava no sexo e na idade. Ainda assim, as tarefas eram distribuídas de maneira aleatória. O trabalho material que garantia a subsistência da tribo ao cultivar a terra com técnicas rudimentares, naquela época exigia um grande esforço daqueles que executavam essa tarefa durante a maior parte do dia, o que os impossibilitava de exercerem outras funções na vida social da tribo. Era natural o surgimento de grupos de indivíduos que exerciam outras atividades vinculadas, de maneira direta, ao trabalho material, consequência do sistema produtivo na comunidade primitiva, tais como: a distribuição dos produtos, a elaboração das estratégias de defesa e, ainda, organização, forma e seleção dos conteúdos culturais a serem transmitidos – tudo decidido em comunidade.

Mesmo que certas funções tivessem importância especial, não havia nenhum prestígio social em exercê-las, pois eram entendidas como funções úteis. No entanto, poderia causar preocupação o fato de que o encarregado da distribuição de alimentos, em certo momento, se convertesse num todo-poderoso, devido ao controle de tudo que era produzido.<sup>19</sup> Também se destacava, na divisão social do trabalho na tribo, aquele que exercia a função de controlar as águas dos rios, pois dominava o conhecimento do calendário solar e tinha uma larga experiência, que assegurava o abastecimento de água vinda dos rios ou controlava a água das chuvas.

Aqueles que representavam diante dos membros da tribo os poderes da natureza – sacerdote, curandeiro e mago – iniciavam os jovens em rituais que promoviam o ingresso na vida adulta. No momento em que essas funções, derivadas do trabalho material, exigiam pessoas com conhecimento específico com novas aptidões, isso demonstra, ainda que de maneira precoce, a transição da comunidade, no momento em que “a direção do trabalho se separa do próprio trabalho, ao mesmo tempo que as forças mentais se separam da física” (PONCE, 2007, p. 24).

À medida que avançavam na base técnica dos bens materiais na comunidade primitiva, as relações sociais de produção tornaram-se mais complexas e geraram novos meios de produzir. Naquela época, a domesticação dos animais e sua utilização no

---

<sup>19</sup> Ponce destaca que as classes sociais, as quais, posteriormente, chegaram a ser privilegiadas, desempenhavam, no início, funções úteis. A relativa supremacia dessas funções, derivadas do trabalho material, a princípio, foi um fato aceito voluntariamente e, de certo modo, espontâneo. Qualquer desigualdade de inteligência, de habilidade ou de caráter poderia servir de base para uma diferença que, com o tempo, talvez pudesse engendrar uma submissão (PONCE, 2007, p. 33).

trabalho agrícola como uma força auxiliar ao homem aumentaram de maneira substancial a produtividade.

A partir desse momento, com sua subsistência assegurada, o homem primitivo passou a trocar os produtos excedentes, ou seja, a fazer intercâmbio com outras tribos. Aliviados do trabalho mais pesado e com a produção de excedentes, sobrou tempo para o homem primitivo chegar ao ócio social, entendido como uma conquista relativa à etapa superior, mais avançada, do desenvolvimento das forças produtivas nas comunidades tribais. Mais adiante, as tribos aumentaram seu poderio bélico com a criação de novas armas e estratégias de guerra. Tribos dominaram outras tribos, muitas vezes exterminaram todos os indivíduos para não correrem o risco de sofrer influências na forma de viver; os prisioneiros que restaram tornaram-se escravos.

“A escravidão latente na família se desenvolve apenas aos poucos, com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca” (MARX e ENGELS, 2007, p. 89-90). Incorporar indivíduos estranhos à tribo, com a finalidade de explorar a sua força de trabalho, nesse momento, tornou-se possível e ficou estabelecida pelas relações sociais de produção.

No momento em que se iam solidificando as diferentes funções na estrutura social da comunidade, conhecimentos específicos eram requeridos para os indivíduos que ocupavam os novos postos na tribo. Tratava-se de conhecimentos particularizados e dominados, que passaram a ser apreciados como fonte de domínio de um determinado grupo. Nos povos primitivos, algumas funções na organização social já estavam definidas conforme os sexos, pressupondo, portanto, uma educação diferenciada entre homens e mulheres, sem que isso trouxesse algum prestígio ou demérito.

Nas comunidades primitivas, a divisão do trabalho era determinada pelo sexo e, com naturalidade, estava associada ao papel social do homem ou da mulher na tribo. Em algumas tribos, as esposas tratavam do gado, ao mesmo tempo em que preparavam a comida, enquanto os homens guardavam os rebanhos, entrelaçavam as cordas e vigiavam o território.

Na comunidade primitiva, a educação dos primeiros anos da criança ficava sob a orientação da mãe, não como obrigação, mas porque a mulher ocupava lugar importante na vida do clã, logo, exercia maior influência sobre os filhos – pois, na convivência diária

com a mãe, as crianças acompanhavam os adultos nos seus afazeres e, desse modo, percebiam as formas de organização e o ambiente social da comunidade, assimilando, no decorrer do tempo, os padrões estabelecidos pelo grupo. Ocupada no cuidado das crianças e na manutenção do fogo, enquanto o homem ia buscar o sustento do clã caçando em lugares muito distantes, a mulher desenvolveu a técnica de semear e de plantar nas proximidades do local onde habitava.

Também entre os povos primitivos atribuía-se à fecundidade concedida à mulher uma predestinação à agricultura. Quando, porém, a agricultura se expandiu por vários campos, tornando o trabalho muito árduo e muito pesado, a mulher chegava ao total esgotamento. Acreditava-se que, trabalhando na terra, a mulher daria ao solo a virtude da fecundidade que lhe pertencia, como se fosse uma espécie de participação no trabalho agrícola (JACCARD, 1974). Muitas vezes, essa era a razão de as divindades agrícolas serem do sexo feminino. Em certos casos, por ocupar um lugar de destaque na condução da vida do clã, era natural que a mulher exercesse maior influência sobre os filhos.

Considerando que o processo de aprendizagem na comunidade primitiva se realizava pela assimilação das práticas sociais, é possível entender por que a educação das meninas ficava por conta da mãe ou das mulheres mais experientes da tribo. Já para os meninos, a forma de educação distinguia-se da das meninas em virtude da iniciação dos efebos (jovens que atingiram a puberdade).<sup>20</sup> Em lugares distantes do clã, a preparação dos meninos tinha uma formação especial; eles praticavam exercícios rigorosos para se iniciarem nos mistérios da tribo e estarem preparados para as atividades guerreiras.

Os meninos são tomados das famílias e da aldeia, reunidos em grupos e submetidos, durante semanas, em lugares solitários, em montes e bosques, em cabanas ou em tendas construídas de propósito, a todo um sistema de exercícios e provas. O sentido mais profundo dessas práticas é a disciplina da alma, cura anímica preparatória para o renascimento na iniciação; esta serve para expulsão dos maus demônios e para aquisição do caráter masculino. Os exercícios são danças, ascetismo, mortificações que provocam estados anímicos e êxtases

---

<sup>20</sup> Certamente, as sociedades primitivas não têm escolas, no sentido que damos a esta palavra. Mas nelas também as crianças e os jovens são submetidos a um longo período de tirocínio e de aprendizagem, na companhia do pai, da mãe ou de outros adultos para tanto qualificados, após o qual, por meio de um conjunto de provas que o jovem deve superar (os exames das nossas escolas) e de uma cerimônia de iniciação, é admitido entre os adultos e os responsáveis pela vida comum (ABBAGNANO & VISALBERGHI, 1981, p. 17).

passageiros. Mas também praticam exercícios de toda classe com a finalidade racional: caçadas, exercícios de armas, corporais, de desmonte de plantação. A direção de tudo isso pode ser confiada ao chefe, a um mago, ou também a um ancião experimentado e distinto (KRIECK *apud* LUZURIAGA, 1973, p. 15).

A formação do jovem para a guerra não o levaria a exercer uma função produtiva na organização do trabalho na tribo. Defender a tribo dos ataques de outras tribos significava a liberdade dos seus membros, pois cair sob o domínio de outra tribo era a própria escravidão – com isso, a perda de sua propriedade e tudo o que fora construído para a sobrevivência da tribo.

Na educação, os jovens tinham uma formação especial, com todos os cuidados no domínio das técnicas que envolvem destreza e habilidades manuais no ato da execução. Tudo isso termina com a grande cerimônia de ordenação, que era assistida por todos os membros da tribo, na qual os jovens se submetiam a provas muito rigorosas, para demonstrar o nível de adestramento adquirido no período de formação. Essa formação especial para os homens já acentuava a distinção no papel do homem e da mulher nas comunidades primitivas.

“As cerimônias de iniciação constituem o primeiro esboço de um processo educativo diferenciado, que, por isso mesmo, já não era espontâneo, mas coercitivo” (PONCE, 2007, p. 27). Com as cerimônias, verifica-se uma educação diferenciada; não se pode afirmar se havia uma seletividade para o ingresso por mérito ou indicação do clã, no entanto pode-se perceber que o processo educativo daqueles que são iniciados e dos não iniciados já não corresponde à educação natural, espontânea e integral concebida anteriormente.<sup>21</sup>

Fica evidenciada que essa distinção permitia certo domínio dos conhecimentos considerados essenciais para a preservação do *status quo* de uma parcela privilegiada da comunidade tribal. Com isso, o processo educativo deixou de ser comum a todos, tampouco visando à igualdade nas formas e nos conteúdos assimilados pelos indivíduos, o

---

<sup>21</sup> Cada “organizador” educava seus parentes para o desempenho do seu cargo e encorajava os outros a elegê-lo. Com o passar do tempo, essa eleição se fez desnecessária: os organizadores passaram a designar aqueles que deveriam sucedê-los e, desse modo, as funções de direção passaram a ser patrimônio de um pequeno grupo que defendia ciumentamente os seus segredos. Para os que nada tinham, cabia o saber do vulgo; e para os afortunados, o saber de iniciação. A educação sistemática, organizada e violenta surge no momento em que a educação perde o seu primitivo caráter homogêneo e integral (PONCE, 2007, p. 27-28).

que explicita uma intencionalidade de manter e reforçar o prestígio a uma determinada parcela da tribo.

Assim, aqueles que estavam executando as atividades voltadas para a produção material, ou seja, os não iniciados, tinham, evidentemente, o desenvolvimento da sua capacidade para o exercício das atividades laborais, submetido às exigências específicas destinadas à sua função na organização social do trabalho na comunidade. Já os iniciados constituíam uma parcela da tribo com uma formação considerada superior, pois as funções por eles exercidas – membros de conselho superiores, religiosos, escribas, guerreiros, entre outras – não estavam diretamente relacionadas às atividades produtivas, mas àquilo que, na estrutura social, tinha um papel essencial de preservar e transmitir os valores culturais da tribo – por isso sua importância na constituição de uma base sólida para a formação de novas gerações destinadas a ocupar lugares de destaque na estrutura social da tribo.

A análise que se segue daqui por diante retoma os estudos de Fernandes, já citados, de como “os tupinambás utilizavam a educação”. O sociólogo indica que a própria estrutura da sociedade tupinambá convertia a educação em meio de mobilização, canalização e utilização de quaisquer aptidões individuais que fossem elaboráveis social ou culturalmente (FERNANDES, 1978, p. 175).

Nas comunidades primitivas, os padrões de comportamento estão, de certa maneira, edificados pela sua característica homogênea, em que as diferenças individuais entre seus membros não causam distinção nas funções socialmente distribuídas em virtude de um limitado número de posições sociais, conforme a divisão social do trabalho. Porém, o mais importante para sua sobrevivência é assegurar a transmissão da herança sociocultural e as diferenças individuais, que, na medida do necessário, se vão ajustando à vida social ao contrário de uma padronização atribuída à organização social dos povos primitivos.

A educação que integra também é a educação que diferencia. Ao integrar e ao diferenciar, obtêm-se resultados de significação dinâmica muito variada, conforme a perspectiva de que se considerem os efeitos observados – o funcionamento da personalidade, da cultura ou da sociedade, muitas vezes observado em algumas de suas fases, mesmo quando os fatos são considerados à luz de totalidade completa (FERNANDES, 1978, p. 175).

Muitas vezes, baseando-se na organização social, buscam-se justificativas para os processos educativos que levam à homogeneização das atitudes, de comportamentos e de aspirações sociais, o que, de certa maneira, impede de se verificar por outras “fontes sociais das categorias pessoais” (FERNANDES, 1978, p. 176) da organização social, relacionadas ao processo de socialização do indivíduo – ou seja, como se processa a individualização – e, dessa forma, compreender as diferentes aptidões potencialmente exigidas para o equilíbrio da personalidade e para a vida social.<sup>22</sup>

Dentre as categorias sociais que, a princípio, criavam algumas distinções mais acentuadas na transmissão de conhecimentos, de habilidades e de aspirações sociais, destaca-se a divisão sexual do trabalho. Mesmo assim, havia outros agentes que, pela organização social, poderiam influenciar na orientação, no conteúdo ou na natureza dos processos educativos, mas não foram suficientes para interferirem diretamente nesse sentido.

A classificação por idade não apresentava nenhuma forma mais sistemática, que originasse estruturas rígidas e formais, nem mesmo a institucionalização e a diferenciação da transmissão da cultura; as técnicas sociais habituais eram compartilhadas segundo os critérios preestabelecidos. O processo educativo de transmissão da cultura se efetivava pela oralidade, nos primeiros contatos da criança, diante das circunstâncias que se sucediam no dia a dia da tribo. Era comum, na relação social, a transmissão de conhecimentos, a qual não era papel exclusivo dos mais experientes ou idosos; todos em toda a relação social podiam ensinar ou aprender, o que fazia de qualquer indivíduo um transmissor da educação na tribo.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Essa forma de estudar os povos primitivos, apontado por Fernandes (1978, p. 176), descreve os requisitos psicossociais da passagem de uma categoria social a outra e a margem de habilidade inerente aos ajustamentos esperados (e por isso gratificados socialmente e dignificadores). Percebe-se bem como e em que extensão a renovação do que é estável se prende inseparavelmente à elaboração cultural e ao aproveitamento social efetivo do que, além de variável e de mutável, é verdadeiramente fluido no temperamento e no comportamento dos indivíduos. Se não se encararem as coisas dessa maneira, corre-se o risco de ver a educação do tipo tribal como uma sorte precursora da fábrica moderna, com sua linha de montagem; da criança ao adulto ou velho chegar-se-ia fatalmente a produtos estereotipados, por meio de mecanismos exteriores simples de modelação estandardizada do caráter dos seres humanos.

<sup>23</sup> Fernandes (1978, p. 178) destaca que, em qualquer tipo de relação social, qualquer indivíduo se converte em agente da educação tribal e projeta os papéis de adestrador ou de mestre em todas as posições da estrutura social.

Numa análise transversal do processo educativo tupinambá, Fernandes destaca, em primeiro lugar, o valor da tradição. A tradição, além ser de sagrada, aparece como um saber purificado que orienta as ações e as decisões dos homens, diante dos desafios que venham a encontrar em qualquer ocasião, ou seja: reproduz todo um contexto de experiências dos ancestrais, com as quais os homens podem fazer uma analogia meramente parcial ou remota. Ressalta ainda Fernandes (1978, p. 179) “que as tradições tinham um caráter adaptativo dinâmico: elas desenhavam por assim dizer os níveis de honorabilidade das ações e do caráter dos seres humanos”.

Quanto ao valor da ação, que é correlato ao valor do exemplo, pode-se afirmar, sem medo de errar, que o aprender fazendo constituía a máxima fundamental da filosofia educacional dos tupinambás (FERNANDES, 1978, p. 179). Aqueles considerados imaturos eram estimulados e envolvidos pelos adultos a participarem de atividades ou situações análogas, mesmo quando os significados das ações ainda não estivessem claros para serem captados e compartilhados, antecipando, de certa maneira, o início das atitudes, dos comportamentos e dos valores que deveriam ser incorporados à herança cultural. Desse modo, observa-se um duplo papel dos adultos: todas as atividades por eles desenvolvidas envolviam crianças – com isso, a atenção era dobrada no sentido de cumprirem suas tarefas, transmitirem seus conhecimentos, como se fosse um dever converter a própria ação em exemplo a ser seguido pelos mais jovens.

Assim, “dar o exemplo torna-se uma atividade natural dos adultos e dos mais idosos, pois seu agir no cotidiano da tribo era de verdadeiros mestres” (FERNANDES, 1978, p. 179). É importante ressaltar que o exemplo está relacionado à ação desenvolvida correspondente à estrutura social; a habilidade individual do mestre jamais se sobrepõe, ao transmitir a herança cultural.<sup>24</sup> Para ser mestre não era necessária a formação específica, institucionalizada; cada agente social deveria atribuir a si mesmo o direito ou a qualidade de preceptor dos mais jovens, mediante as referências de todos os elementos que compõem a herança social dentro daquilo que esteja nos círculos de participação cultural.

---

<sup>24</sup> Para a transmissão da cultura, ocorrem algumas variações, de acordo com o sexo e a idade dos agentes envolvidos, conforme destaca Fernandes (1978, p. 180-184).

(...) O preceptor não aparece como um especialista no ensino de conhecimentos formais, dissociados das condições de existência; mas como um autêntico “mestre da vida”, a quem caberia ensinar “como viver em dadas circunstâncias”, o que não exige o “ensino” de certo saber mas o ensino de como produzi-lo, usá-lo com propriedade ou eficácia e avaliá-lo apropriadamente à luz de sua significação diante das relações tribais. Em suma, na realidade estamos, literalmente, diante de uma situação histórico-cultural na qual *a educação forma o homem* sob todos os aspectos e em todas as direções possíveis (FERNANDES, 1978, p. 185, destaques do autor).

Como a aprendizagem da transmissão das experiências obedecia aos critérios de sexo e idade, a ausência de especialistas e o nível de complexidade da tribo levavam a uma gradação na forma e nos conteúdos a serem aprendidos. O processo de aprendizagem começava na infância, e os meios para desenvolvê-los, tais como a participação em grupos em contato direto com o preceptor, levavam a criança a participar das atividades produtivas fora ou dentro do lar. “O homem era o principal meio do próprio homem, o que os imaturos não podiam aprender de forma direta, simples e imediata” (FERNANDES, 1978, p. 186).

Para isso, o aprendizado era gradativo e se dava na participação efetiva e constante, em situações concretas de cooperação e solidariedade, na comunidade tribal, pois, dessa maneira, a dimensão humana da técnica era entendida como um conhecimento que ultrapassa sua objetividade e concretude, sendo extremamente essencial à vida da tribo.<sup>25</sup>

Nas relações sociais estabelecidas na tribo em que o homem na interação com o semelhante adquirir um vasto conhecimento, que envolvia diversas aptidões complexas de domínio emocional para evitar tomar posições individualistas, mas, sim, que se identificasse com o grupo. Na relação com o sagrado havia restrições em alguns casos a que só os mais velhos podiam ter acesso aos conhecimentos, e somente os homens chegavam ao nível máximo do sagrado.

Diante do exposto, pode-se chegar à conclusão de que as funções sociais da educação devem ser entendidas como uma contribuição para manter ou transformar a

---

<sup>25</sup> O termo tirocínio (FERNANDES, 1978, p. 186) muitas vezes empregado para se referir ao exercício ou atividade de ensino, no meu entendimento, está ligado ao processo educativo derivado da prática social.

ordem social, ou mesmo utilizadas como forma de controle social. E ainda podem ser entendidas como uma prática de mudança social no seio do sistema associativo global. Nesse sistema, destacam-se três funções básicas da educação na ordem social tribal, segundo Fernandes (1978, p. 191): “primeira, o ajustamento das gerações; segunda, a preservação e a valorização do saber tradicionalista e mágico-religioso, quanto às suas formas e conteúdos; e terceira, a adequação dos dinamismos da vida psíquica ao ritmo da vida social”.

A educação informal e assistemática, que assegura a transmissão de conhecimentos, se constitui como fundamental na garantia dos elementos da herança social que permitirá aos mais jovens conhecerem seus antepassados, assim como adquirirem novas formas de cultura. Informações de experiências passadas são registradas, suas memórias e tradições preservadas e transmitidas de geração a geração. E a partir do momento em que, na organização social, novos elementos são incorporados à arte, às tecnologias, às religiões, as manifestações do espírito humano vão se tornando mais complexas. Com isso, o pensamento social se aprimora com os novos conhecimentos, originado da experiência prática e disseminado na rede social com grande velocidade num curto espaço de tempo.

## 2 – Trabalho e educação nas formações escravistas

*Quando os teares funcionarem sozinhos e as  
cítaras tocarem por si mesmas, então  
já não necessitamos de escravos,  
nem de donos de escravos.*  
Aristóteles

A Antiguidade é marcada pelo apogeu da civilização greco-romana, em que o exercício da cidadania era direito de uma reduzida classe de privilegiados. Duas características fundamentais do mundo antigo são: o aparecimento e o desenvolvimento da propriedade privada da terra pela classe dominante e, na sequência, uma forma de Estado que legitima essa apropriação.

A segunda forma é a propriedade estatal ou comunal da Antiguidade, que resulta na unificação de mais de uma tribo numa cidade por meio de contrato ou conquista, e na qual a escravidão continua a existir. Ao lado da propriedade comunal, já se desenvolve a propriedade privada móvel e, mais tarde, a propriedade privada imóvel, mas como uma forma anômala e subordinada à propriedade comunal (MARX e ENGELS, 2007, p. 90).

A partir desse momento, torna-se explícita a separação entre o cidadão – membro da classe dominante com direito a voto nas assembleias e com participação política – e os demais estratos sociais excluídos das decisões políticas sobre o destino da vida da população, pois tudo ocorria no plano político. A pólis se consolidou como cidade-Estado dos homens livres, daqueles que possuíam direitos de cidadania, ou seja, os direitos das leis, o direito de participação nos destinos políticos, econômicos e militares ou sociais da cidade, pelo poder dos proprietários de terra e da aristocracia surgida pelo avanço do comércio.

A participação se por meio do voto nas assembleias, por via direta e não representativa e, também, no desempenho de funções públicas diretamente ligadas à organização da cidade-Estado. A democracia era exercida pelos homens livres que deveriam ser conhecedores da administração de sua propriedade, dos ofícios das armas, da

estratégia militar e, principalmente, da política, pois deveriam estar preparados quando requisitados para exercerem uma função no poder público, porque o pensamento dominante não concedia o direito a todos os indivíduos que compunham a cidade-Estado. Alguém tinha que trabalhar para manter os homens livres.

Os escravos eram utilizados para livrar os cidadãos das tarefas servis, permitindo à elite dedicar-se melhor à cidade, aos prazeres do corpo, à investigação e à contemplação das coisas eternas dos espíritos. Dentro de uma ordem natural seria impossível a vida na cidade sem o necessário para a sobrevivência; a humanidade não poderia abrir mão dos escravos. Assim, Aristóteles considerava a escravidão como uma lei natural, pois se “existissem máquinas que se movimentassem sozinhas, não seria necessário o trabalho escravo”. Dessa forma, os excluídos naturalmente do direito à cidadania, os não livres, esses deveriam ser perfeitamente escravos.

O escravo gera toda a economia; ele é a força de trabalho, quem produz, o produtor direto. Porém, como propriedade de outro homem, logo é também meio de produção, uma propriedade móvel. Do produto do seu trabalho lhe cabe o mínimo necessário para se manter vivo, o suficiente para reproduzir a força de trabalho. A escravatura era a redução máxima do trabalhador a um objeto padronizado de negociação nos mercados das cidades. Considerados instrumentos de trabalho, negociados como mercadorias, era perfeitamente natural que a mão de obra escrava, totalmente responsável pela produção material, fosse excluída do direito à cidadania. A escravatura era propulsora da economia que fazia a ligação entre a cidade e o campo, para o benefício desproporcionado da pólis.

A antiga pólis era o próprio universo da Antiguidade greco-romana. Com sua esplendorosa cultura, avançou pelo resto do mundo ocidental com a filosofia, a poesia, a história, as artes, a administração pública, a política, que surgiram como uma força arrebatadora e um refinamento jamais conhecidos até aquele momento. No entanto, por detrás dessa ebulição cultural, não havia uma economia urbana para sustentar a sua vitalidade intelectual e política; toda a sustentação material provinha do campo. Ao longo da história do mundo antigo, a agricultura predominava na produção e se constituía como a base material, que fornecia às cidades os recursos naturais e financeiros. As cidades greco-romanas eram, na sua origem e princípio, agregados urbanos de proprietários de

terra. As manufaturas eram poucas e rudimentares; os objetos de sua produção não foram além dos produtos têxteis e de alguns utensílios domésticos.

A divisão do trabalho já está mais desenvolvida. Já podemos encontrar a oposição entre cidade e campo e, mais tarde, a oposição entre Estados que representam o interesse da cidade e do campo; e, no interior das próprias cidades, encontramos a oposição entre a indústria e comércio marítimo. A relação entre cidadãos e escravos está completamente desenvolvida (MARX e ENGELS, 2007, p. 90).

Na formação social greco-romana, a escravidão é a característica principal das formações antigas, resultante da dominação de um povo pela guerra e da sujeição por dívida, constituindo trabalho complementar nas tarefas do campo e especialmente na criação de animais. No interior da estrutura social de produção agrária, desenvolveu-se o artesanato doméstico para atender às necessidades locais.

A produção artesanal era tipicamente feminina e tinha a ajuda dos escravos nos afazeres familiares. As técnicas empregadas no cultivo eram rudimentares. Os instrumentos de trabalho tinham pouca eficiência, como o arado comum feito todo de madeira, puxado por bois, que demorava um longo tempo para preparar a terra para o seu plantio. A mão era sempre utilizada para fazer as colheitas, sem qualquer ajuda de instrumentos. A falta de recursos técnicos requeria o aumento do tempo de trabalho e exigia muita força, o que causava esgotamento físico, chegando até a morte.

Ainda mais brutal, evidentemente, é o contraste, no seio do próprio mundo clássico, entre sua vitalidade cultural e superestrutura e o seu embrutecimento infraestrutural: a tecnologia manual da Antiguidade era exígua e primitiva não somente em função dos padrões externos de uma história posterior, mas acima de tudo em função da dimensão do seu próprio firmamento intelectual, que em muitos aspectos decisivos sempre se manteve muito alto que a futura Idade Média. Não restam dúvidas de que a estrutura da economia escravista foi fundamentalmente responsável por esta extraordinária desproporção. Aristóteles, que foi para as idades seguintes o maior e mais representativo pensador da Antiguidade, resumiu sucintamente o seu princípio social na máxima: “O melhor dos Estados não fará de um trabalhador manual um

cidadão, pois a massa dos trabalhadores manuais é hoje escrava ou estrangeira” (ANDERSON, 1982, p. 108).

Como somente os cidadãos livres tinham direito à propriedade de bens imóveis, instalaram-se, nas cidades, contingentes de trabalhadores ligados às atividades secundárias e terciárias. Esses trabalhadores formavam grupos qualificados, conforme suas categorias. Eram escultores, tecelões, curtidores de couro, entre outros; os artesãos urbanos realizavam seu trabalho nas oficinas de artesanato com três tipos de trabalhadores: o homem livre, o meteco<sup>26</sup> e os escravos. Esses trabalhadores se organizavam de acordo com a função especializada das tarefas artesanais em forma de cooperação, já configurando uma divisão do trabalho, mediante a expansão da economia mercantil.

Além de trabalhadores sem ocupação definida, que formavam uma parte da população, cuja sobrevivência dependia do aluguel de sua força de trabalho no campo e no artesanato era paga na forma de comida, vestuário e calçados. A organização do trabalho artesanal nas cidades greco-romanas se caracterizava pela reunião de trabalhadores em associações ou em corporações. O desenvolvimento dos meios de produção, nas formações antigas, não alcançava uma quantidade de produtos suficientes para serem negociados. É evidente que quase toda a técnica se resumia na força humana, com a utilização de alavancas, roletes, planos inclinados etc. Pouco importava a quantidade de escravos para realizar uma tarefa; eram tantos, que a atenção para o desenvolvimento de novas técnicas não trazia nenhuma preocupação para seus senhores.

A educação, nas formações antigas, se caracterizava pela supremacia das classes dominantes. Para que esse processo fosse eficiente, era preciso que a educação apagasse qualquer vestígio de lembrança do povo dominado; garantisse, a qualquer custo, o poder das classes dominantes em todos os níveis sociais e controlasse a ação contrária dos dominados. Pela natureza das classes, o processo pedagógico não poderia ser unificado. Para as classes dominantes preservarem os seus interesses particulares, sempre tão díspares dos das classes subalternas, buscavam, pela educação, fazer com que aqueles que

---

<sup>26</sup> “O meteco, migrante estrangeiro, é um tipo característico da cidade clássica. É um homem livre, que elege a cidade que o acolhe como domicílio, pagando, por isso, um imposto. O meteco não tem direito à propriedade, salvo pela concessão de um privilégio muito especial. Por não ter direito, ele volta-se para determinadas atividades econômicas, ligadas ao artesanato, ao comércio e à usura. Mesmo assim, são conhecidos alguns casos de metecos trabalhadores do campo, exercendo as funções de jardineiros, de guadiães de hortas, e de cuidado de animais de tração (burros e mulas)” (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

trabalhavam aceitassem sua condição social como sendo uma condição natural, impossível, portanto, de ser alterada (PONCE, 2007, p. 36).

Na educação das *poleis* gregas, Atenas e Esparta, a separação dos processos educativos conforme as classes sociais, em que pese a diferenciação de modelos educativos, era considerada democrática pelo atendimento aos cidadãos livres. Para os membros do governo, o processo de educação tinha por finalidade preparar os cidadãos livres para as tarefas do poder, ou seja, para o domínio da oratória e para o desenvolvimento do pensar, fundamental para a formação do cidadão político. Já para a formação do guerreiro, a disciplina física e o domínio das armas eram importantes, pois aqueles que, na juventude, fossem guerreiros, na velhice se tornariam políticos; e aqueles que produziam não necessitavam de educação escolar, apenas de um treinamento nas modalidades mais simples do trabalho, em que aprendessem o manuseio das ferramentas pela observação e pela imitação das atividades dos adultos na rotina de trabalho.

A formação profissional se dava na prática, de forma natural, pelo aprendizado nas oficinas. O trabalho manual era de pouca importância, sendo predominante o ideal liberal em contraposição ao profissional. Nesse sentido, o caráter democrático das *poleis* gregas adotou o total apreço aristocrático pelo ócio, cujo princípio é orientado pela disponibilidade de cada cidadão estar livre para cultivar o prazer da cultura, dando-lhe uma sólida formação política, pois, para o cidadão se ocupar da política, ele precisava de tempo livre.

A educação dos homens livres exclui qualquer disciplina que tenha como objetivo o aprendizado profissional; o homem livre deve somente visar à própria cultura. A arte da palavra, a *institutio oratoria*,<sup>27</sup> se tornará de fato o conteúdo e o fim da instrução grega, assim como já tinham começado a ensiná-la os sofistas. Para as classes excluídas e oprimidas, sem arte nem parte, nenhuma escola e nenhum treinamento, mas em modo diferente, a mesma aculturação que descende do alto para as classes subalternas (MANACORDA, 2006, p. 41).<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> A *Institutio Oratoria* (a educação do orador) é uma obra escrita em 12 livros por Marco Fábio Quintiliano que ocupou a cátedra de oficial de retórica grega e latina em Roma.

<sup>28</sup> “A respeito, convém lembrar que a distinção de dominantes e dominados, passada em seguida para nossa cultura, tem sua origem na escola pitagórica. Arquitas de Taranto escreve: “Toda sociedade é formada de dominante e dominado: por isto, como terceiro elemento intervém a lei” (MANACORDA, 2006, p. 41).

O principal ideário da educação grega era a formação das classes dirigentes. Por sua vez, os escravos, que asseguravam o bem-estar das classes dirigentes, assimilaram, no decorrer do tempo, que o aprendizado pela atividade teórica jamais poderia ser alcançado. Completamente alheio ao trabalho que valorizava o cidadão da pólis, as camadas subalternas passaram a considerar as atividades desvinculadas da vida prática e das necessidades básicas como sendo exclusivamente das classes superiores.

Na educação ateniense, destacava-se a ideia harmônica de formação que inspira o processo educativo e o devido lugar que ocupa a cultura literária e musical, essencialmente desprovida de valor prático, voltada à formação espiritual e intelectual e ligada ao crescimento da personalidade e da humanidade do jovem. Era pela erudição que a educação ateniense se afirmava perante a atividade prática. A teoria se congraçava com a arte, a filosofia e a literatura. Nas primeiras escolas, os ensinamentos de iniciação à leitura, à escrita e às operações matemáticas vinham acompanhados da leitura de poesia, de prosa e textos de filosofia. Essa formação intelectual é inseparável da educação física, reservada somente aos membros das classes privilegiadas. Assim, a *Paideia* grega tornou-se, por longo tempo, a orientação pedagógica na Antiguidade.

No decorrer dos séculos V-IV a.C., a cultura grega, caracterizada pelo papel hegemônico de Atenas, entrou numa fase de crise e de transformação em decorrência de uma mudança substantiva na organização social. Novos grupos sociais, ligados ao comércio marítimo e à diversificação das atividades comerciais, reivindicavam presença política na participação no poder e impuseram um novo ritmo na vida social ateniense. Paralelamente a essa movimentação, delineou-se uma postura crítica em relação ao saber religioso e mitopoético da educação grega. Mais engajada no espírito técnico-científico, numa dimensão do livre exercício da razão do próprio indivíduo, essa nova postura colocou em questão a crença, o ideal e os valores tradicionais: a comédia sobrepôs-se à tragédia, o bem-estar ficou acima de tudo, o ceticismo irônico e sarcástico das crenças religiosas, os interesses comuns – tudo foi sendo, paulatinamente, substituído pelo apreço ao individual.

Para esse “novo homem”, era necessária uma nova educação, mas nenhuma das escolas que existiam em Atenas era capaz de proporcioná-la. Os sofistas, mestres da retórica, ensinavam aos grupos emergentes a *techne* da oratória, por meio de discursos

exemplares, mediante pagamento. Seus ensinamentos filosóficos preconizavam uma atenção exclusiva para o homem e seus problemas, como também para as novas técnicas, sempre com o discurso crítico à cultura tradicional. Considerados os ideólogos da nova classe emergente, os sofistas, entre eles Protágoras, faziam crer que “o homem é a medida de todas as coisas”.

Sócrates foi quem melhor utilizou a *techne* do discurso na formação da juventude que seguia seus passos. Em seus ensinamentos, Sócrates fazia com que os jovens entendessem que a capacidade de pensar é uma virtude comum a todos os homens, e para isso era necessário dialogar com destreza e segurança até chegarem às suas próprias conclusões. Pelo processo de discussão racional, o homem se universaliza e sempre se renova até atingir a grande virtude humana que é: “conhece-te a ti mesmo”.

A *Paideia* socrática instiga a descoberta e a investigação com a finalidade de alcançar, no indivíduo, um alto grau de maturidade de si próprio – pela interiorização dos ensinamentos do mestre, chegar ao autoconhecimento. Toda a formação humana, para Sócrates, é calcada no diálogo que se inicia com a indagação do mestre, ao levantar uma dúvida, o que exige uma investigação mais aprofundada e suscita sempre um questionamento.

Sócrates havia desenvolvido um método de pesquisa, de base dialética, que por meio de questões e respostas buscava chegar ao conhecimento da verdade. Ele fazia dialética; os sofistas fazem retórica. Na retórica, quem ouve recebe uma enxurrada de palavras, cuja intenção é persuadir sem transmitir conhecimento algum. Já na dialética, a pesquisa procede passo a passo, e não é possível caminhar sem deixar esclarecido o que ficou para trás.

O surgimento das classes emergentes obrigou a uma reação das classes dirigentes para não perderem seus privilégios, pois seus interesses no campo econômico, político, religioso, moral e educacional estavam ameaçados. Então foi declarada a perseguição daqueles que não estavam respeitando as leis divinas ou ensinavam teorias heterodoxas. Sócrates foi condenado a beber cicuta por levar os jovens à perversão moral com seus ensinamentos de filosofia, conduzindo-os à descrença dos deuses da cidade.

Essas reações também atingiram as escolas. Um forte controle do ensino nessas instituições foi deflagrado pelas autoridades estatais, cujo propósito era evitar que os

ensinamentos, considerados nocivos, causassem algum dano à formação dos futuros governantes, que deveriam ser educados para a defesa das instituições, a obediência aos deuses e a luta pela pátria. A liberdade de ensino da “velha educação” não significava liberdade de doutrina. Ensinar conforme suas concepções era um risco para o professor, que podia sofrer punição por afrontar o poder do Estado.

A formação da alma individual, originada na filosofia socrática, está presente no sistema filosófico de base idealista de Platão, que ressalta a prioridade das ideias. As ideias não existem na mente humana como conceitos ou representações mentais; ao contrário, existem em si mesmas. Só é possível alcançá-las com o exercício intelectual. A dialética platônica segue um método que se eleva progressivamente do plano relativo e da instabilidade das opiniões até a construção de formas precisas de conhecimento, para alcançar a verdade. E só por esse método seria possível ir além da dialética socrática, despertando consciência e também resolvendo questões teóricas. Mas é com Platão que se desenvolve uma visão política da educação articulada com um modelo de formação para as diferentes classes sociais pela divisão social do trabalho e da sua constituição histórica na pólis a educação dos cidadãos como guerreiros, selecionados entre os mais aptos, era baseada na música e na ginástica. Os filósofos de formação erudita são hábeis na argumentação; já os trabalhadores tinham sua formação adquirida na oficina de trabalho.

A maior virtude comum a todos está no ponto em que tendem a manter cada um no lugar próprio, possibilitando que se torne harmônica a vida complexa do Estado. A justiça é que mantém o equilíbrio político do Estado. Os bons dirigentes serão somente aqueles nos quais, por serem bem educados, predomina a racionalidade, cuja virtude é a sabedoria. Os guerreiros são aqueles que têm a força e a coragem; aqueles que têm prudência e temperança jamais estarão aptos a realizar outras tarefas que não sejam as relativas à produção e à troca dos materiais – esses são os trabalhadores.

A harmonia do Estado depende da ação de cada classe, conforme a virtude que lhe é própria: filósofos e guerreiros constituem duas especificações funcionais no Estado, já os trabalhadores não tinham nenhum direito e nenhuma ingerência na coisa pública. Os trabalhadores produziam para que os filósofos usassem sua sabedoria e os guerreiros se tornassem fortes e saudáveis. O ideal político educativo da República de Platão busca um Estado dirigido por poucos, por isso o regime é a aristocracia. Esses poucos devem estar

preparados para o seu ofício, saber qual é o bem da cidade, pois todos os cidadãos devem, por conseguinte, ser filósofos (ABBAGNANO e VISALBERGHI, 1981, p. 98).

Para Aristóteles, a constituição do Estado decorre da própria natureza do homem, incapaz de viver isolado dos outros. Por isso, “o homem é essencialmente um animal político”, isto é, um animal que vive em sociedade com seus semelhantes, pois fora dela não é possível alcançar sua virtude. Exatamente por isso, o Estado deve regular a vida social; sua função vai além de proporcionar aos cidadãos o bem-estar material – deve-lhes uma educação que estuda o *Ser* de forma investigativa como ciência, que procura enunciar a ordem subjacente que torna inteligíveis todos os fenômenos.

Na sua concepção, o Estado é real, visa a uma forma perfeita, que é o aqui e o agora, o imediato – um Estado não de igualdade entre os indivíduos, mas que distingue trabalhadores, proprietários e homens livres, a quem a educação se destina, os quais devem viver no ócio (*scholé*) para atingir a virtude, a sabedoria (*sofia*). Daí a supremacia do estudo teórico sobre o prático, acentuada na educação intelectual, eminentemente teórica, como ele ensinava no Liceu, em cursos regulares, para seus discípulos.

O mais importante nas formulações pedagógicas de Aristóteles é a exclusão de qualquer das formas de aprendizagem profissional na educação dos cidadãos. Em seus princípios, a educação do homem livre deve sempre estar voltada para uma sólida formação cultural e enciclopédica.<sup>29</sup> Em toda a evolução da cultura grega, predomina a investigação teórica sobre a aplicação prática.

Na Grécia e em Roma são criadas pelos proprietários as primeiras escolas de aprendizagem para o trabalho, em determinadas ocupações, para o treinamento dos escravos. São as primeiras iniciativas de aprendizagem para o trabalho, de onde se concluiu que a instrução profissional nasce como instrução servil, “que terá que percorrer um caminho bastante longo para conquistar sua verdadeira dignidade” (MANACORDA, 2006, p. 72).

---

<sup>29</sup> “Aristóteles, por sua vez, após ter falado longamente das funções do Estado, da educação para as artes e do treinamento do escravo, distingue o que se faz para a utilização (*chêsis*) e o que se faz para o conhecimento (*gnôsis*), distingue razão prática (*frónesis*) e razão teórica (*sofia*), atividade (*ascholázein*) e ócio (*schlé*). Nestas bases ele analisa a educação existente, discutindo as quatro disciplinas já consolidadas na escola: gramática, ginástica, música e desenho. Como se vê, as letras, esquecidas por Platão, aqui são registradas em primeiro lugar: Aristóteles, em seu realismo, não pode ignorar o fato. O que importa é que, no seu reexame, ele exclui, na educação dos livres, toda disciplina que objetive o exercício profissional: o homem livre deve visar à cultura (MANACORDA, 2006, p. 57).”

O domínio dos povos vizinhos pela guerra modificou o perfil das formas de apropriação do solo e da terra em Roma. O Estado republicano romano tornou-se o maior proprietário de terras, que, na sua maioria, eram repassadas aos conquistadores na forma de colônias militares de caráter agrícola; a outra parte das terras públicas permanecia disponível no território romano e nas províncias recém-conquistadas. Os povos dominados tornaram-se escravos – entre eles os gregos, que, com sua cultura, tiveram grande influência na educação romana.

A educação romana acontecia no seio familiar. A formação dos jovens era, antes de tudo, uma educação familiar, e sob a influência da mãe recebiam os primeiros ensinamentos, mas era o pai o verdadeiro educador da prole. Ao lado do pai acompanhavam os trabalhos, recebiam orientações e auxiliavam nas tarefas mais simples. Como toda a produção provinha da terra, naturalmente o trabalho agrícola para os jovens nobres tinha muita influência na sua juventude.

Logo após, havia uma formação civil, ou melhor, uma preocupação com a formação política. Para isso, o pai o conduzia a vivenciar no Senado os debates dos assuntos públicos de toda ordem, em lugares reservados aos iniciantes, para se apropriarem dos fundamentos da vida política e social da cidade. Assim, já mantinham os primeiros contatos com as funções que, mais tarde, deveriam desempenhar na vida pública, depois de uma formação militar, adquirida no contato direto com algumas batalhas, e ao ingressar no exército, independentemente do grau de nobreza ou de riqueza da família (ABBAGNANO e VISALBERGHI, 1981, p. 151).

Bem distante da educação aristocrática grega, o nobre romano tinha pouco interesse pela música e pela poesia, e só praticava a ginástica para a preparação militar: “A agricultura, a guerra e a política constituíam o programa que um romano nobre devia realizar” (PONCE, 2007, p. 62). A educação era feita pelos escravos e pelos libertos, a quem os pais delegaram a responsabilidade pela formação da criança. Desse modo, originou-se a profissão de educador. Escreve Manacorda (2006, p. 78):

Como na Grécia estes escravos foram quase sempre estrangeiros “bárbaros”, isto é, que falavam mal o grego; assim em Roma estes escravos mestres foram os gregos que, falassem ou não o latim, ensinaram a própria língua e transmitiram a própria cultura aos romanos. Em suma, com o evoluir da

sociedade patriarcal romana, a educação se torna um ofício praticado inicialmente por escravos no interior da família e, em seguida, por libertos na escola. Ao historiador da educação resta apenas constatar, infelizmente, que também em Roma são estas as origens nada gloriosas da profissão de educador.

Esses escravos pedagogos estabeleciam com os jovens uma relação de cumplicidade, e seus ensinamentos não iam além das primeiras letras. Não há precisão de quando surgiu a escola romana, mas o modelo grego foi adotado por volta de II a.C., destinado a dar uma formação gramatical e retórica; mais tarde, fundou-se a escola de retórica latina que reconheceu a literatura e a língua dos romanos. Logo depois, o caráter prático da forma de vida dos romanos necessitou de uma organização escolar divididas em três níveis de ensino: o 1º nível – elementar ou a instrução primária – era dirigido pelo *ludimagister*, que ensinava a alfabetização – ler, escrever e calcular – e funcionava em locais alugados e precários, chamados de *pérgula*, sem mobiliário e com materiais pedagógicos inadequados. Ali funcionava a “loja de instrução”,<sup>30</sup> ou na casa dos nobres; as crianças chegavam aos locais de ensino em companhia dos *paedagogus*. Para escrever, as crianças utilizavam estiletes sobre a tábua de cera, faziam cálculos usando os dedos e pequenas pedras, passavam a maior parte do tempo na escola, sendo submetidas a severas punições físicas em caso de indisciplina.

No 2º nível – secundário ou de gramática – estudava-se a cultura em suas diversas manifestações, tais como: música, astronomia, literatura, geometria e oratória. Com o passar do tempo, aumentou, nesse nível, o predomínio do ensino literário em compasso com a gramática e a filologia, orientado pelos estudos dos clássicos gregos e latinos, sob a tutela dos *gramáticos*.

O 3º nível – as escolas de retórica, de nível superior, dirigidas pelos *retores* – cultivava os estudos literários em relação ao estilo do discurso e treinava a oratória para desenvolver a técnica da argumentação. Nesse nível estudavam-se os vários tipos de retórica – política, forense, filosófica –, escreviam-se os discursos, promoviam-se debates com temas fictícios para aperfeiçoar o modo de falar e de gesticular ao discursar para

---

<sup>30</sup> “Não é necessário dizer que o ofício de professor, da mesma forma que qualquer outro em que se ganha um salário, era profundamente desprezado. Aos olhos dos romanos, da mesma forma que na opinião dos gregos, o salário era prova de servidão, e é sabido que Sêneca, depois de Cícero, se recusou a incluir a profissão de professor entre as profissões liberais, isto é, entre as profissões dos “homens livres” (PONCE, 2007, p. 67).”

impressionar o público. Esse modelo de ensino formava o homem culto, com a capacidade de falar bem e entender os autores clássicos, e nele a *Paidéia* romana significava um domínio cultural por completo ou enciclopédico, enquanto para os gregos significava uma cultura comum ou geral (CAMBI, 1999, p. 114).

Todas as escolas eram privadas, para onde eram enviados os filhos daqueles que podiam pagar; já para aquelas famílias que não tinham condições de pagar as escolas, eram contratados, de acordo com suas possibilidades, professores particulares para os seus filhos. Todos os professores eram homens livres, mas os *ludimagister* viviam no plano inferior, por terem que trabalhar exaustivamente para viver. Já os *grammaticus* gozavam de melhor reputação e levaram de casa em casa a instrução enciclopédica necessária para a política, para os negócios e para os debates nos tribunais (PONCE, 2007).

No entanto, para os nobres não bastava a cultura enciclopédica para que ocupassem um lugar de destaque; para poderem chegar ao mais alto posto da vida pública, faltava-lhes uma cultura técnica, uma especialização que abrisse caminho para alcançar o posto de destaque na aristocracia romana.

A formação teórica e prática do grande orador eloquente, necessária aos romanos, só podia ser ensinada pelos *retores*. Uma formação valiosa, pela qual se tinha de pagar muito dinheiro, uma formação somente para os ricos. O *retor* ensinava os mínimos detalhes da eloquência, a postura da voz, os gestos combinados com a fala, e desenvolvia técnicas personalizadas. Nos seus ensinamentos, demonstrava as qualidades de poeta, ator, advogado, professor de boas maneiras e até de músico. Seu maior êxito era formar o orador que convencesse pela paixão, mas emocionalmente equilibrado para defender seus argumentos.

A prevalência do fortalecimento físico-militar e uma sólida oratória política eram o mais importante na formação do romano, mesmo sofrendo a influência da cultura grega superada pelo aperfeiçoamento profissional dos atletas e dos gladiadores. O raciocínio dos oradores não trazia o critério da verdade, por isso a desconfiança a respeito da eficiência das escolas de gramática e retórica, que formavam a classe dirigente e funcional na defesa do seu interesse e na expansão do domínio social. Diferente da Grécia, onde o homem livre gozava do “ócio digno”, numa vida contemplativa, pois tinha no trabalho escravo as

tarefas manuais, as escolas de Roma, embora menos organizadas e institucionalizadas, surgiram ligadas à prática profissional e ao aprendizado dos diversos ofícios e artes.

“Se as artes liberais, isto é, as letras, encontram desconfianças e obstáculos, pode-se imaginar como todas as atividades técnicas eram tidas como suspeitas pelos homens livres” (MANACORDA, 2006, p. 103). No entanto, aos escravos, para ocuparem função de maior importância nas propriedades dos nobres, era concedido o aprender a ler e a escrever e alguma instrução, pois, para executarem dadas funções, necessitavam de conhecimentos e habilidades que pudessem ser adquiridos na escola.<sup>31</sup> De fato, a instrução profissional era concedida aos escravos e aos plebeus, mas sob a tutela dos seus senhores.

Uma grande quantidade de estrangeiros migrou para Roma – eram os plebeus livres com habilidades em várias artes e ofícios. Como não eram proprietários de terra e não tinham cidadania, não tinham reconhecidos os seus direitos políticos. A primeira iniciativa desses trabalhadores foi a de se organizarem em associações ou em corporações de acordo com os ofícios, independentemente de sua origem. As primeiras confrarias se organizaram em torno de uma religião comum, que tinha como *patronese* a deusa Minerva, protetora dos trabalhos manuais. Mais tarde as corporações surgiram mais organizadas, reunindo trabalhadores mais humildes, oriundos das camadas mais baixas da sociedade. Com estatuto próprio, tinham como princípio a ajuda mútua, possuíam sede e um fundo reserva sustentado pela arrecadação de contribuições dos trabalhadores.

A constituição das primeiras corporações de ofícios, denominada *collegia*, incluía flautistas, ourives, lenhadores e marceneiros, tintureiros, sapateiros, coureiros e curtidores, cobreadores, paneleiros e trabalhadores de outros ofícios como os artífices de ferro e da prata. As *collegia* aglutinavam a maioria dos trabalhadores urbanos, sem aspirações políticas; os trabalhadores rurais só se filiavam às corporações em casos excepcionais. Criadas para lutarem por um espaço ocupado pelo trabalho escravo, somente permitiam sua inclusão com a autorização expressa de seu senhor. Aprendizagem do trabalho na *collegia* seguia uma gradação que permitia atingir, no final, o domínio completo do ofício. A outra corporação, chamada *sodalitia*, agregava proprietários dos meios de produção,

---

<sup>34</sup> “Este é um costume que vinha sendo praticado, para melhor explorar o trabalho servil, por parte dos patrões mais empreendedores; não somente para utilizar estes escravos qualificados diretamente no próprio serviço, mas como investimento ‘de capital’, para alugá-los ou vendê-los a um preço mais alto” (MANACORDA, 2006, p. 103).

trabalhadores e escravos dos diversos setores da vida econômica: agricultura, comércio, doméstico e setor público (OLIVEIRA, 2006).

No mundo antigo, a edificação da sociedade de classe e o aparecimento do Estado greco-romano, sustentado pelo trabalho escravo, eram a condição para o ócio dos seus senhores. Os teóricos da época, como Platão, consideravam o trabalho manual um impedimento à liberdade dos cidadãos livres e ao seu direito ao ócio. Já para Aristóteles, era condição natural e essencial para o desenvolvimento do intelecto.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho. No entanto, não se pode perder de vista que isto só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Com efeito, é o modo como se organiza o processo de produção, portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a se manifestar sob a forma da separação entre escola e produção (SAVIANI, 2007, p. 157).

Considere-se ainda que a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual decorre de um processo histórico, portanto a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação, conforme assinala Saviani (2007, p. 158).

Platão desprezava o trabalho manual por considerá-lo vulgar e alheio às coisas do espírito; Aristóteles, por sua vez, o considerava um atentado à liberdade dos cidadãos livres e ao seu direito ao ócio, além de obstruir a condição natural para o desenvolvimento do intelecto. Mas diante da péssima situação de vida das classes subalternas e das precárias condições de trabalho a que foram relegados os ofícios manuais, porque “os corpos ficam moles e as almas (o intelecto) também amolecem”, nos ensinou Sócrates.

Tinham razão Aristóteles e Platão: uma sociedade fundada no trabalho escravo não podia assegurar cultura para todos. O rendimento da força humana era tão exíguo que um homem não podia estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Portanto, aos filósofos caberia a direção da sociedade, aos guerreiros protegê-la

e aos escravos, manter as duas classes anteriores. A separação entre força física e força mental impunha ao mundo antigo estas duas enormidades: para trabalhar, era necessário gemer nas misérias da escravidão e, para estudar, era preciso refugiar-se no egoísmo da solidão (PONCE, 2007, p. 60).

Cabe ressaltar o poder político, principalmente, do Império Romano, que era sustentado pela força das armas. As ditaduras não precisam da hegemonia ideológica, elas têm os tiranos.

### **3 – Trabalho e educação nas formações feudais**

Com a crise do escravismo, veio o desmoronamento do Império Romano; a economia centrada no trabalho escravo já não sustentava a classe dominante do mundo antigo. O modo de produção escravista precisava de um elevado número de escravos para manter o Estado romano em funcionamento, além de sustentar um contingente enorme de homens que compunham o exército e os privilégios da aristocracia. As forças produtivas não se desenvolveram o suficiente para proporcionar riqueza para mantê-los. Os escravos eram desvalorizados e a produtividade não dá retorno financeiro para conservá-los em atividade; assim, já não compensavam mais.

À invasão dos povos bárbaros<sup>32</sup> submergem a cultura clássica e a civilização ocidental, tempo que foi considerado como os “séculos obscuros” de toda a Idade Média, por causa da profunda regressão da civilização e pelo retorno a um modo de vida ultrapassado, caracterizado por uma sociedade regulada pela força, junto com a obediência religiosa.

As cidades se atrofiaram, o número de habitantes tornou-se reduzido, a população migrou de volta para os campos em busca de uma nova vida e de trabalho. Os artesãos e suas corporações se desmantelaram com a crise do modo de produção escravista; a

---

<sup>32</sup> “Os bárbaros têm uma organização original que é caracterizada por estruturas agrárias comunitárias de tipo primitivo, cujo gênero de vida é determinado pela guerra e pela agricultura sazonal. São tribos em que o regime de propriedade é comunitário e o pastoreio a atividade dominante. O sistema de apropriação entre os germanos (denominação genéricas dos bárbaros) não corresponde aos modos de produção anteriores (primitivo e escravista). Apesar de a apropriação ser coletiva, a comunidade é constituída de proprietários individuais, cuja posse privada só ocorre porque o indivíduo é membro da comunidade. Isso quer dizer que os germanos desconheciam a propriedade individual absoluta da terra, no trabalho e na apropriação individual dos produtos da criação” (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

economia entrou em colapso, e um vasto contingente de homens sem ocupação perambulava pelas ruas. As estruturas de produção tornaram-se ineficientes, e a miséria se instalou.<sup>33</sup>

O trabalho escravo já não correspondia às necessidades da produção diante dos latifúndios improdutivos – com exércitos de escravos sem terem o que produzir – e do arrendamento da terra pelo colono. Uma minoria de grandes proprietários que se manteve em seus domínios foi preservada durante a crise e conseguiu manter-se em atividade, ainda que com precária organização, concentrada na produção agrícola, mas com a exploração direta do trabalho compulsório do camponês. Era o início do trabalho servil. “O camponês era, então, um escravo?”, indaga Huberman (1974, p. 15). Na verdade, eles eram “servos”, embora a palavra latina *servus*, da qual se origina, signifique “escravo”. Sob o domínio dos bárbaros, o escravismo converge para o feudalismo.

Assim Marx descreve a propriedade feudal:

A terceira forma é a propriedade feudal ou estamental. Se a Antiguidade baseou-se na cidade e em seu pequeno território, a Idade Média baseou-se no campo. A escassa população existente espalhada por uma vasta superfície e que não teve um grande crescimento com a chegada dos conquistadores condicionou essa mudança de ponto de partida... A propriedade feudal, tal como a propriedade comunal e tribal, baseia-se igualmente numa comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mas sim os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora. Simultaneamente à formação completa do feudalismo, surge também a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> “Se houve tantas fomes até ao século XII, foi também porque os métodos de cultura eram primitivos, o desbravamento superficial, os transportes difíceis e os utensílios insuficientes. Não se sabia trabalhar o ferro: num dos domínios de Carlo Magno, havia apenas, feitos deste metal, dois machados, duas pás de cavar, duas verrumas, e um machado. Uma couraça valia então o preço de uma terra familiar, e um freio custava mais que o próprio cavalo. O recuo da civilização é visível nos túmulos merovíngios. Sob a influência dos Germanos, volta-se a costumes bárbaros: inumação acorada, mutilações rituais, colocação de armas, adornos e talismãs em honrados defuntos. O estado dos esqueletos mostra miséria dessa época: grande mortalidade infantil, baixo nível de idade média nos óbitos, raquitismo, ulceração dentária devido à alimentação vegetariana, e feridas frequentes. Este estado de coisas durou até o fim da Idade Média; o solo era tão mal cultivado que mesmo no século XIII, época de relativa abundância, um agrônomo anglo-normando recomendava a criação de gados que rendia, dizia ele, três vezes mais que o trabalho dos campos e as sementeiras” (JACCARD, 1974, p. 153).

<sup>34</sup> A vassalagem armada a que Marx se refere são os guerreiros que, em troca de terras e pagamentos, prestavam serviços militares a seu senhor. Como a terra determinava toda a riqueza e, portanto, era disputada a todo momento, o período feudal foi um período de guerras. Para proteger sua terra, o senhor

ligada a essa estrutura davam à nobreza o poder sobre os servos. Essa estrutura feudal, assim como a propriedade comunal antiga, era uma associação oposta à classe produtora dominada; apenas a forma de associação e a relação com os produtores diretos eram diferentes, porque as condições de produção haviam mudado. (MARX e ENGELS 2007, p. 90-91)

O feudo era uma unidade territorial de propriedade de um senhor, que agia no seu interior como fonte de direito, que montava sua defesa militar, submetendo os camponeses às regras estabelecidas pelo senhor em troca de proteção militar. A economia no feudo era de subsistência, com a produção e o consumo daquilo de que se necessitava, de intercâmbio quase nulo, em que predominava o trabalho agrícola. Somente nos castelos da nobreza existia algum movimento cultural.

Nas igrejas e nos mosteiros, a cultura estava voltada para a fé cristã e obedecia a seus dogmas e mitos. A sociedade feudal se caracterizava como sociedade fixa, com papéis sociais bem definidos na estrutura social. Era uma sociedade de ordens, em que aqueles que se encontravam em posição social estável tinham um papel social já determinado (CAMBI, 1999, p. 106).

A baixa produtividade das grandes extensões de terras levou à sua subdivisão em pedaços menores, arrendados pelos colonos livres com o pagamento de uma taxa anual. Com eles, iniciou-se uma nova relação econômica estabelecida não mais sobre o trabalho escravo e do colono, mas sobre o do servo e o do vilão. O escravo era parte da propriedade e podia ser negociado, não importava o lugar nem o momento; o servo, no entanto, não podia ser vendido fora de sua terra. Tratado como objeto, levava uma vida miserável. Ao transferir a posse do feudo a outro, isso significava que o servo teria um novo senhor. Essa diferença é fundamental, pois concedia ao servo uma segurança que o escravo nunca teve.

---

precisava, então, aliciar o maior número de homens para transformá-los em guerreiros (HUBERMAN, 1974, p. 19).

Os vilões<sup>35</sup> desfrutavam de certos privilégios pessoais e econômicos por serem servos descendentes dos antigos colonos. A grande diferença em relação aos servos estava no fato de que os deveres que deviam assumir eram mais precisos que os dos servos. Isso os favorecia porque tinham sua situação definida na estrutura social. Tinham certa liberdade para negociar o valor de seu trabalho. Muitas vezes não desempenhavam qualquer tarefa, mas pagavam ao senhor uma parcela de sua produção, de forma muito semelhante aos meeiros, além de prestarem serviços pessoais. Outros nem trabalhavam, mas faziam pagamentos em dinheiro. Esse tipo de relação, com o passar do tempo, se tornou muito comum.

Muitos vilões tinham boas condições de vida, até mesmo comparáveis aos homens livres; podiam alugar parte da propriedade do senhor, assim como os seus arredamentos. Dessa forma, tornavam-se proprietários independentes, sem a obrigação de realizar as tarefas do cultivo, pois tinham renda para pagar taxa ao senhor. Os camponeses eram mais dependentes; seu futuro era servir ao seu senhor eternamente. No sistema feudal, em hipótese alguma o servo teria direitos como os senhores. “O servo trabalha a terra e o senhor maneja o servo. E no que se relacionava com o senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade” (HUBERMAN, 1974, p. 17).

Há que se compreender o papel de cada um no sistema feudal, porque, em certa ocasião, vilão e servo se confundem. É que, no ato do trabalho, as funções do vilão e as do servo quase que se equivalem, sendo então denominados camponeses. O importante é destacar que a forma de os proprietários de terra gerarem riqueza seria explorando tais camponeses até a exaustão.

Para os senhores proprietários de terra, a servidão lhes trazia mais vantagem econômica do que a escravidão. Comprar e manter os escravos exigia um suporte financeiro, um capital seguro de retaguarda, em caso de alguma eventualidade. Com a

---

<sup>35</sup> “O pedido do trabalhador constituía um ato jurídico chamado súplica ou precária; o consentimento do proprietário constituía outro ato jurídico, chamado de *concessão* ou *prestária*. Em troca da concessão obtida, o vilão se comprometia a entregar ao senhor uma parte do fruto do seu trabalho e, além disso, a prestar certos serviços pessoais. O vilão era, portanto, mais livre do que o escravo, porque ele reconhecia uma autoridade que ele próprio havia querido reconhecer. Teoricamente, esse ato de direito privado já contém em essência todo o regime feudal, regime que supõe, como acabamos de ver, um laço contratual de vassalagem entre homens que têm poderes e necessidades diferentes. Teoricamente também, se o vilão firmava com o senhor um contrato como um homem livre, o servo não firmava contrato, nem era livre. Descendente dos antigos escravos, o servo estava, como aqueles, a serviço total do seu senhor, e não podia, em momento algum, abandonar esse serviço” (PONCE, 2007, p. 85).

servidão não tinham nenhum gasto, ou seja, o servo custeava a própria vida, e todas as vicissitudes eram de sua responsabilidade. A servidão constituía na fonte de renda do senhor; com ela tirava proveitos de seus fundos. Do mesmo modo para aqueles que não possuíam terras, esta era a única forma de proverem seu próprio sustento.<sup>36</sup>

São os camponeses que fazem viver os outros, que os alimentam e sustentam, são eles que sofrem as mais graves tormentas, a neve, a chuva, o furacão. Rasgam a terra com as suas mãos, com grande sacrifício e muita fome. Levam uma vida bastante rude, pobre, mendicante e miserável. Sem essa raça de homens, não sei verdadeiramente como os outros poderiam viver. (JACCARD, 1974, p. 161)

A sociedade feudal consistia em frações classes: os oratores (os clérigos), os bellatores (os guerreiros) e os laboratores (camponeses), homens que trabalhavam para sustentar outros componentes da sociedade, tais como o clero, os cristãos e os militares. Na Idade Média, no entanto, as duas classes fundamentais no feudalismo eram os senhores de terras e os servos. No feudalismo, a Igreja, como uma organização autônoma, ampliou o seu domínio por todo o mundo cristão, diferentemente da Antiguidade, quando ela se encontrava atrelada ao Estado imperial romano. Tornando-se mais poderosa, preservou seu poder mais do que qualquer reinado. Foi um momento de prevalência religiosa, o ambiente propício para a Igreja solidificar o seu poder, alcançando, com isso, um domínio espiritual, influenciando diretamente a vida da população, sobretudo dos mais pobres. Mas havia também muita riqueza, pois ela acumulara um patrimônio extenso por toda a Europa ocidental, como a maior proprietária de terras no período feudal.

A Igreja foi uma instituição dinâmica e progressista no início do feudalismo, tendo uma intensa participação na vida cultural no Império Romano. Incentivou o ensino e fundou escolas. Ajudou a população pobre, cuidou de crianças desamparadas em seus

---

<sup>36</sup> “Três são as formas principais de apropriação da renda no feudalismo. A primeira, e a mais comum, é a corvéia, segundo a qual o camponês trabalha seu próprio lote e realiza o trabalho compulsório nas terras exclusivas do senhor. A segunda forma é caracterizada pela exploração de terras comuns ao senhor e ao camponês, que recebe, pelo seu trabalho, uma parte da sua produção para o seu sustento, e o senhor apropria-se do excedente: é a banalidade. A terceira, e menos comum, é a concessão de direito de exploração do solo e da venda do excedente pelo próprio camponês. O resultado final é o dinheiro, extraído pelo senhor como forma indireta de renda da terra. Outro tipo de trabalhador muito numeroso nos feudos é o diarista, o jornaleiro. Isento das obrigações permanentes do servo de gleba, ele trabalha principalmente nos serviços de horta e pastoreio” (OLIVEIRA, 2006, p. 53).

orfanatos e constituiu hospitais para os doentes. Os membros eclesiásticos foram considerados bons administradores, pois sabiam explorar suas propriedades com maior eficiência do que a nobreza leiga (HUBERMAN, 1974, p. 23).

A religião cristã, nos seus primórdios, revoltou-se contra as injustiças sofridas pela perseguição do povo da Palestina, no Império Romano-Barbáro; no entanto, não encontrou possibilidades de continuar com sua influência como antes. A princípio, perseguida como ameaça, que se foi enfraquecendo pouco a pouco, com o decorrer do tempo, acabou se transformando na religião do Império.<sup>37</sup>

À medida que a Igreja fazia crescer sua riqueza, sua economia apresentava tendências a superar sua importância espiritual. O clero e a nobreza constituíram as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca, exigia pagamentos das classes trabalhadoras, na forma de cultivo das terras e de impostos (HUBERMAN, 1974). Enquanto o escravo e o servo sofriam sob seus senhores, o cristianismo proclamava que eles eram iguais diante de Deus – descoberta maravilhosa que respeitava o *status quo* terreno, enquanto não chegava o momento de alterá-la, mas no céu (PONCE, 2007, p. 87-88).

A sociedade feudal, caracterizada por sua organização hierárquica e estática, expressava um processo educativo de formato extremamente dualista, com modelos educativos, processos de formação, locais e práticas de formação, claramente diferenciados para as classes dos trabalhadores e a classe dominante – em especial os proprietários de terra, o clero e a nobreza –, com percursos radicalmente opostos. Já a família e a Igreja eram instituições em que a educação demonstra uma identidade forte determinada por um tipo de educação conservadora de valores uniformes e invariáveis, orientada pelos ensinamentos cristãos. Toda a educação na Alta Idade Média esteve sob a orientação eclesiástica, difundindo o modelo cristão como ideal que deu forma e conteúdo às instituições educativas.

A formação da classe dominante ficou a cargo das escolas organizadas pela Igreja, que, gradativamente, substituiu o Estado no campo educacional. Ao substituí-lo,

---

<sup>37</sup> “Nós, cristãos, somos irmãos em tudo o que se refere à propriedade que entre vós produz tantos conflitos. Unidos pelos corações e pelas almas consideramos todas as coisas uma propriedade comum, de todos.” Esta declaração de Tertuliano demonstra o princípio do comunismo cristão (BEER, 2006, p. 119).

desenvolveu um modelo de escola segundo os princípios da vida monástica, em que predominava um ensino religioso, baseado em regras e procedimentos rigorosamente cristãos, dando vida a um tipo de saber diferente do antigo, direcionado por interpretações dos textos religiosos, desvinculado da vida social – um saber dogmático em que predominava uma cultura ascética. Com a expansão da educação cristã, as escolas “pagãs” foram desaparecendo e, com isso, a Igreja chamou para si a responsabilidade pela instrução pública.

Mesmo com o enfraquecimento político do Estado Romano, os aspectos administrativo-culturais do Império permaneceram nas mãos dos romanos, porém organizados pela Igreja, cujo papel marcou a organização da cultura e da escola. Vale lembrar que membros da Igreja eram funcionários romanos do Império Bárbaro. A Igreja já tinha uma participação mais próxima do povo, por meio dos bispados e das paróquias (clero regular), e também em lugares distantes dos mosteiros (clero secular). É dessa dupla organização eclesial que surgem novas iniciativas da educação cristã, junto com iniciativas espontâneas da Roma clássica. O clero secular, em sua maioria, vivia nas cidades e preservou a cultura clássica, enquanto o clero regular dos mosteiros a rejeitou por muito tempo.

As escolas monásticas eram divididas em duas categorias. Uma delas, destinada à formação dos futuros monges, era denominada “escolas dos oblatos”,<sup>38</sup> cujo ensino religioso estava de acordo com os preceitos mais atuais da atividade cristã. A educação nos mosteiros seguia à risca as Regras de São Bento, cuja preocupação principal era com a educação moral e com a participação na liturgia.

As regras também tratam do trabalho manual no cotidiano dos mosteiros. Pela importância dada à relação trabalho manual e trabalho intelectual, cujo símbolo *ore et labora* representam a unidade ideal entre eles. É a motivação moral que orienta o trabalho pela convicção de que o ócio é pai dos vícios. É o trabalho que mantém a economia do mosteiro é principalmente o trabalho agrícola, mas quem trabalha são os camponeses, que trabalham nas propriedades dos mosteiros nas mesmas condições em que trabalhariam para os

---

<sup>38</sup> “O próprio costume de muitos pais de “oferecer” aos conventos seus filhos ainda crianças (os chamados *oblati*, isto é, os oferecidos), para que fossem preparados para a vida monástica um destino, de qualquer forma, melhor do que o das crianças vendidas aos bárbaros na época de Valentiniano, comportou-se necessariamente uma obra de educação e de instrução religiosa.” (MANACORDA, 2006, p. 116).

remanescentes senhores ou para os novos proprietários bárbaros. A partir dos mosteiros não nasce uma nova condição social do trabalho. (MANACORDA, 2006, p. 121)

Havia, porém, outras escolas destinadas à instrução das crianças das classes subalternas, chamadas escolas canônicas urbanas. Essa atitude cristã, de atender as crianças antes segregadas, era mais aculturação<sup>39</sup> do que instrução. “A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (PONCE, 2007, p. 91).<sup>40</sup> São escolas consideradas, verdadeiramente, “monásticas” sem qualquer preocupação com o aprendizado da escrita e da leitura. Com sua origem nas escolas catequistas do início do cristianismo, seu propósito era mais de pregação do que de instrução.

Com a expansão da escola paroquial, foi preciso formar clérigos, pois, na falta de sacerdotes, outros estariam aptos a exercer o ofício sagrado. A orientação era que todos os padres paroquianos recrutassem meninos a fim de serem instruídos para desempenharem o ofício sagrado. Na falta de sacerdotes, procurava-se instruir essas crianças criando, nas paróquias, verdadeiras escolas e recrutando os libertos para que fossem, ao mesmo tempo, clérigos e servos. “O processo de aprendizagem se assemelha com a relação de aprendizagem artesanal, em que o mestre de ofício forma o seu jovem aprendiz” (MANACORDA, 2006, p. 129).

À medida que o sistema educacional foi se estruturando no Império, além dos monastérios, criados para a formação dos oblatos, que mais tarde iriam exercer o ofício sagrado, surgiram outras escolas denominadas externas, que “foram criadas em seu entorno destinadas à formação do clero secular e a alguns nobres que buscavam uma formação religiosa, mas não queriam formar hábito” (PONCE, 2007, p. 92). O sistema educacional, porém, englobava as instituições educativas que se organizavam conforme os preceitos da autoridade responsável por sua criação.

---

<sup>39</sup> “Na nova cultura escolástica as iniciativas educativas do clero secular e do clero regular, que mudaram os conteúdos, e que de clássicos da tradição helenístico-romana passaram para os clássicos da tradição bíblico-evangélica (MANACORDA, 2006, p. 122)”. É esse processo de aculturação que sofreu a educação na alta Idade Média.

<sup>40</sup> Ponce (2007, p. 91) usa o termo plebe para caracterizar as classes subalternas. O termo utilizado por Manacorda, classes subalternas, engloba todos os indivíduos que estão subordinados à classe dominante.

Sob a tutela do Estado estavam as escolas para leigos, localizadas nas principais cidades. As escolas eclesiásticas, dirigidas pelas paróquias, também aceitavam os leigos. O episcopado formava os clérigos e, nos mosteiros, a formação era reservada aos oblatos, mas não excluía totalmente os leigos. “Em geral, os nobres que frequentavam as escolas cenobiais são nobres aspirantes à carreira eclesiástica” (PONCE, 2007, p. 92).<sup>41</sup>

Já a formação dos guerreiros – os *bellatores* era o que mais interessava aos senhores feudais, pois as guerras sucessivas pelas terras levavam ao desprezo pela instrução e pela cultura. A nobreza medieval também utilizava uma iniciação para formar seus cavaleiros. Até os sete anos, o jovem nobre tinha todos os cuidados da mãe, idade em que entrava no serviço de cavalaria como pajem; aos 14 passava a escudeiro, já na condição de acompanhante do seu cavaleiro, que o instruía nas guerras, nos torneios e nas caçadas. Mais tarde, aos 21 anos, tornava-se cavaleiro. Fortalecer o corpo e aprender a arte de guerra – a educação física e guerreira – era grande virtude dos nobres.

A cultura estava cada vez mais distante da virtude da nobreza; sua grande virtude era guerrear. Para isso, tinha uma formação especial em que predominavam a caça, a equitação e o conhecimento das regras da corte, das leis do Estado. Era uma formação tipicamente colegial, somente para aqueles que tinham fidelidade ao rei. “O nobre apenas cuidava da arte militar, porque a guerra era sua profissão” (MANACORDA, 2006, p. 94). Essa era a própria educação dos bárbaros.

A aprendizagem nas corporações tomou vulto depois do ano 1000. A partir desse momento, começou a surgir a burguesia, uma classe social urbana ligada ao intercâmbio, que transformou as cidades em centros comerciais, onde aconteciam as trocas de produtos. As antigas fortalezas tornaram-se mercados, e aqueles que as habitavam, os burgueses, se fundiram numa classe predisposta a buscar uma nova vida sem guerras, bem distinta da vida guerreira e rural de então.

A essa estrutura feudal da posse da terra correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios. A propriedade consistia, aqui, principalmente no trabalho do indivíduo. A necessidade da associação contra a nobreza de rapina associada à carência de praças de mercado comuns numa época em que o industrial era ao mesmo tempo

---

<sup>41</sup> No que se refere à presença dos leigos nas escolas cenobiais, Ponce (2007, p. 92) indica que esses leigos não buscavam uma formação para exercer o ofício sagrado. Já para Manacorda (2006, p. 134), os leigos eram aspirantes à carreira eclesiástica.

comerciante, a concorrência crescente dos servos fugitivos que afluíam às cidades florescentes, a estrutura feudal do país inteiro, tudo isso resultou nas corporações: os pequenos capitais economizados aos poucos pelos artesãos individuais e o número estável destes numa população crescente desenvolveram a condição de oficial e aprendiz, implantando nas cidades uma hierarquia semelhante à existente no campo. Portanto, a propriedade principal era constituída, durante a época feudal, de um lado, pela propriedade da terra e pelo trabalho servil a ela acorrentado e, do outro, pelo trabalho do pequeno capital que dominava o trabalho dos oficiais. A estrutura de ambos era condicionada pelas limitadas relações de produção – pelo escasso e grosseiro cultivo da terra e pela indústria artesanal. A divisão do trabalho pouco ocorreu na florescência do feudalismo (MARX e ENGELS, 2007, p. 91).

Ainda que a capacidade produtiva da sociedade romana não tivesse evoluído, algumas profissões continuaram a existir, principalmente aqueles ofícios essenciais para manter o sistema produtivo feudal, como o cultivo da terra e a construção de moradias, além de ferreiros e carpinteiros. A aprendizagem desses ofícios ainda se dava pela observação e imitação nas oficinas para depois eles serem executados pelos aprendizes, sem a presença do artífice.

As atividades artesanais foram retomadas juntamente com o renascimento econômico, daí surgirem as associações profissionais, corporações de ofícios que reuniam aqueles que exerciam um determinado ofício. Essas corporações de artes e ofícios garantiram a autonomia das oficinas, criaram regras únicas, linhas de condutas e ganharam prestígio social. As corporações desempenharam um papel fundamental na sociedade e nos processos educativos, tornando-se um lugar de formação profissional. Orientavam-se por princípios técnicos e éticos assimilados pelo aprendiz, mas também por aqueles que participavam da vida da corporação. Seu estatuto e suas regras – que preservam os segredos do ofício – deviam ser respeitados, assim como os comportamentos individuais e sociais assumidos.

As corporações<sup>42</sup> exerceram, na segunda Idade Média, um papel educativo fundamental e de orientação política e cultural, principalmente nas cidades, tornando o

---

<sup>42</sup> “As corporações de ofícios surgiram em contradição com o sistema feudal, mas com o tempo encontraram seu espaço dentro do sistema e tornaram-se um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do trabalho livre e ao mesmo tempo um dos sustentáculos do velho regime” (SOLIS, 1994, p. 245). “A estrutura

trabalhador independente de uma ética religiosa e eclesiástica e criando uma nova mentalidade no sentido laico, técnico e mais racional.

Observar e imitar já não eram mais suficientes. A operação manual se modernizava, os avanços científicos impunham mudanças no processo de formação, a especialização nos meios de produção avançava, como descreve Manacorda:

Tanto nos ofícios mais manuais quanto naqueles mais intelectuais, é exigida uma formação que pode parecer mais próxima da escolar, embora continue a se distinguir da escola pelo fato de não se realizar em um “lugar destinado a adolescente”, mas no trabalho, pela convivência de adultos e adolescentes. Surge agora o tema de uma aprendizagem em que ciência e trabalho se encontram e que tende a se aproximar e a se assemelhar à escola. É o tema fundamental da educação moderna que apenas começa a delinear-se (MANACORDA, 2006, p. 161).

Nas corporações havia normas que regulavam as relações externas diante do poder público e da comercialização. As normas internas estabeleciam os papéis dos mestres, sócios, aprendizes e dos trabalhadores avulsos. Determinavam o critério de ingresso, como a idade, a quantidade de aprendizes, a forma de pagamento e do exame final, em que o aprendiz demonstraria seu talento ao realizar uma obra digna de um artista. Após o exame, o aprendiz era incorporado ao grupo dos mestres, mostrando que estava apto para exercer com autonomia o seu ofício. A formação dos aprendizes tinha um caráter especial, pois, mais tarde, eles iriam ocupar o lugar dos mestres. A formação no trabalho envolvia aprendiz e mestre numa relação pedagógica muito próxima, na qual aprender e ensinar se realizavam no trabalho. Continua Manacorda (2006, p. 162):

Não há separação entre o trabalhar e o aprender; uma coisa é também a outra, de acordo com as características imutáveis de toda a formação através da aprendizagem, própria, em todos os tempos e lugares, a quaisquer atividades imediatamente produtivas. Os adolescentes aprendem não num lugar separado do lugar do trabalho dos adultos. Não é a escola do trabalho, pois o trabalho é a escola; somente vão crescendo a eles os aspectos intelectuais.

---

artesanal de produção montada com base nas corporações corresponde, portanto, a uma estratégia feudal, de origem rural, que mantinha os trabalhadores atados aos proprietários das oficinas, mesmo que fosse dado a eles o direito de associação e de reunião” (OLIVEIRA, 2006, p. 63).

Na estrutural artesanal, a aprendizagem pelo trabalho está diretamente ligada à execução da tarefa na oficina, que caracteriza a relação ensino-aprendizagem como uma prática do aprender fazendo. Em geral, os ofícios manuais não tinham uma organização sistemática dos conhecimentos a serem transmitidos. De fato, aos trabalhadores manuais, o que restou do ensino oficial foi o domínio das primeiras letras e as operações aritméticas mais simples. Entretanto, os conhecimentos técnicos adquiridos durante longo tempo de trabalho, transmitidos como “segredo da arte”, dotava-os de um saber científico da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho muitos deles confeccionados pelo próprio artesão, mesmo que esses saberes não se articulassem com os saberes mais gerais das diferentes áreas de conhecimento.

#### **4 – Trabalho e educação na sociedade de classes**

##### **4.1 – A divisão social do trabalho e a formação do trabalhador**

A formação do trabalhador está sempre relacionada com a função que ele vai desempenhar no processo produtivo, mediante as tarefas que irá executar. No entanto, a divisão social do trabalho não se define simplesmente pela divisão de tarefas, mas pela existência das diversas formas de propriedades, ou seja, pela divisão entre as condições e os instrumentos ou meios de trabalho e do próprio trabalho, gerando, dessa forma, a desigualdade na distribuição do produto do trabalho.

A propriedade primitiva ou tribal foi a primeira forma de propriedade em que a família era a base social com tarefas determinadas e hierarquizadas em funções, poderes e consumo daquilo que se produzia. Não havia divisão de classe. Todos se apropriavam do modo de produção, e o processo educativo se dava coletivamente entre os membros da comunidade.

Nas formações antigas, a segunda forma de propriedade foi a comunal ou estatal, cuja estrutura social é constituída pela divisão entre senhores – cidadãos livres e escravos. Essa divisão geraria a divisão na educação, sendo uma educação para os homens livres – os proprietários – e outra para os escravos – os não proprietários e os serviçais. A terceira

forma da propriedade era feudal ou estamental e tinha como característica a propriedade privada territorial e, também, a propriedade dos instrumentos de trabalho. Ainda apresentava os artesãos livres ou oficiais das corporações, que viviam nas cidades medievais denominadas de burgos.

No topo da estrutura social estava a nobreza feudal, logo abaixo os oficiais livres e, na sua base, os trabalhadores como servos da gleba e os aprendizes das corporações dos burgos. Aqui surgiu o comerciante como a nova figura social intermediária.

Do desenvolvimento das forças produtivas, das transformações ocorridas na estrutura social do feudalismo, da propriedade privada e da divisão do trabalho se originou a propriedade privada capitalista, quando a divisão social do trabalho atingiu seu grau mais elevado, com duas classes sociais antagônicas: os proprietários dos meios de produção, possuidores dos meios, das condições, dos instrumentos, da distribuição da produção – e únicos donos do produto do trabalho –, e a massa de trabalhadores despossuídos, que vendiam sua força de trabalho como mercadoria ao proprietário do capital.

Num processo lento, as relações feudais foram rompidas, promovendo, de maneira gradativa, a separação entre o trabalhador e os meios de produção no campo e nas manufaturas. O trabalhador do campo foi, aos pouco, expropriado, assim como o artesão, e transformado em trabalhador livre, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. A apropriação dos meios de produção e o controle do trabalho passaram ao capitalista. A relação capital-trabalho, no interesse da produção, fez da força de trabalho uma mercadoria; o trabalho foi apropriado pelo capitalista em troca de salário.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> “Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho. Nela se fala em valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de preço necessário ou natural. Fala-se também dos preços de mercado do trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo e acima do preço necessário” (MARX, 2001, p. 615). Aqui cabe uma distinção entre salário e mais-valia. Na relação capital-trabalho, a força de trabalho é a mercadoria que produz valor. O princípio dessa condição é que o trabalhador seja livre para vendê-la a quem quiser. O salário deve satisfazer às necessidades materiais do trabalhador e de sua família em tudo que favoreça uma condição de vida sem privações. O capitalista, ao contratar a mão de obra, utiliza-a plenamente durante o tempo estipulado pelo contrato de trabalho. Desse modo, a força de trabalho tem apenas valor de uso, porém o trabalhador é usado para produzir, e produz durante o tempo de trabalho mais do que recebe para produzir. A diferença entre o que o trabalhador recebe para produzir e o que ele efetivamente produz, já que ele produz mais do que ganha, é mais-valia. A mais-valia constitui o elemento mais importante da exploração capitalista, pois sua extração gera lucro ao capitalista, uma vez que ela representa o tempo extra de trabalho não remunerado. O capital é o trabalho não pago.

A produção baseada na cooperação desapareceu quando as primeiras manufaturas entraram em atividade nas cidades, e eram elas que respondiam pela separação entre capital e trabalho, acelerando, com a divisão do trabalho, o desenvolvimento das grandes indústrias no sistema de produção capitalista.

Típico da Idade Média, o artesanato doméstico e urbano, destinado a atender a população local e regional, expandiu-se e se instalou em vários pontos das cidades. Os artesãos, incentivados pelo burguês-comerciante, que controlava a aquisição da matéria-prima, a concessão de instrumentos de trabalho e a ampliação dos locais de distribuição dos produtos, livraram-se das amarras do feudalismo. Mais tarde, o trabalho artesanal se modificaria, com o aumento da procura de produtos de melhor qualidade.

A divisão do trabalho organizou-se para atender ao aumento da demanda com maior produtividade, tornando-se bastante nítida nos grêmios livres.<sup>44</sup> Nesses casos, a divisão profissional do trabalho foi substituída pela divisão do trabalho, isto é, a exclusividade profissional, dominante nas oficinas de artesanato medievais, foi substituída pela distribuição de funções técnicas nas oficinas modernas de manufaturas.

Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista (MARX, 2001, p. 414).

Na Antiguidade e no Feudalismo, o trabalho era realizado pelo escravo e pelo servo. Os instrumentos de trabalho eram primitivos e as técnicas rudimentares; o aprendizado do trabalho não exigia maiores preocupações com o domínio técnico da profissão. Com a manufatura e, mais tarde, a indústria moderna, surgiu uma diferenciação entre trabalhadores não especializados para tarefas mais rudes e trabalhadores especializados encarregados de realizar as tarefas que exigiam um nível mais elevado de conhecimento.

---

<sup>44</sup> “Nos primeiros tempos da burguesia, ainda não se mostravam muito acentuadas as diferenças existentes entre o operário e o mestre do seu grêmio. Viviam sob o mesmo teto e colaboravam nas mesmas tarefas. Mas logo que o ‘mestre’ do grêmio se converteu em comerciante e começou a organizar a produção em grande escala, o patrão, transformado em capitalista, foi se separando cada vez mais do trabalho material. E, à medida que as distâncias entre o capitalista e o operário que produzia aumentava, mais desaparecia a antiga colaboração que existia entre eles, mais se acentuava o caráter despótico do capitalismo” (PONCE, 2007, p. 150).

Ao incorporar a ciência no processo produtivo, o capital requer trabalhadores especializados detentores de conhecimentos técnicos, voltados para o progresso científico no modo de produção capitalista. A industrialização, ao transformar o trabalho humano, desloca os trabalhadores das oficinas artesanais para as fábricas, deslocando, conseqüentemente, a população do campo para a cidade, provocando conflitos sociais e mudanças culturais e educacionais.

As transformações progressivas e graduais ocorridas nas estruturas agrárias foram reflexos dos avanços da burguesia no comércio e nas manufaturas. A acumulação de capitais levou a burguesia ao poder político e ao domínio do Estado, rompendo as estruturas do Antigo Regime. Mas o grande passo dado pela burguesia foi a substituição do Estado feudal pelo Estado burguês e a passagem para o capitalismo,<sup>45</sup> que só foi definitiva quando revoluções políticas tiveram sancionadas, juridicamente, as alterações estruturais da sociedade de classes e quando o Estado passou a corresponder ao interesse da classe dominante.

Na época moderna, as grandes revoluções teóricas nos diferentes campos do conhecimento, como astronomia, matemática e física, originadas dos estudos de Copérnico, Kepler, Galileu e Newton, inauguraram os primeiros eventos da ciência moderna. Dada a importância dessas transformações, surgiram as primeiras ideias contratuais que ousaram pensar a organização da vida humana como um fenômeno particular, com leis próprias, diferentes da natureza, o que levou a conceber a vida humana como uma sociedade. Dali em diante, a sociedade não se comportava mais segundo as leis naturais, que ordenavam a natureza, mas sim por leis sociais, históricas e mutáveis,

---

<sup>45</sup> “Duas espécies bem diferentes de possuidores têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário do dinheiro, dos meios de produção e do meio de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, o trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos estes dois polos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalho dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 2001, p. 828).

conforme os interesses econômicos e políticos dos homens, em cada época. Assim, não existia mais a ordem natural das coisas, que tanto havia servido ao regime feudal.

De todo esse movimento de técnicas renovadoras, surgiram novas propostas de forma de governo e de organização do Estado, orientadas pela livre iniciativa de negociação e representação política. Todas essas posições renovadoras tiveram sua origem no pensamento leigo, independentemente da Igreja, por isso eram consideradas como heréticas por contestarem a ordem natural das coisas. No entanto, foram os temas voltados para as questões econômicas que tiveram maior relevância, porque ressaltavam as questões vinculadas às relações de trabalho e às relações de produção como forma de ordenar juridicamente a economia. Toda a regulação do direito ao trabalho, da livre negociação entre capital e trabalho, passou a ocupar um lugar de destaque no temário dos ideólogos da sociedade moderna.

A sociedade moderna tem como princípio a noção de liberdade que se caracteriza pela ideologia do liberalismo, no qual cada indivíduo é livre para dispor de sua propriedade. Assim, o trabalhador, como proprietário de sua força de trabalho, estaria livre para vendê-la, mediante um contrato celebrado com o proprietário dos meios de produção – o capitalista. Pelo contrato, as regras eram, aparentemente, iguais para o trabalhador, que vendia sua força de trabalho, e para quem a comprava, o capitalista.

Essa igualdade formal, no entanto, escamoteia uma desigualdade real. Por um lado, o capitalista – proprietário dos meios de produção – tinha todo o poder de barganha na escolha da força de trabalho; por outro, o trabalhador contava somente com a sua força de trabalho e não tinha alternativa: estava submetido ao poder econômico do capitalista.

O grande evento do capitalismo foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no final do XVIII, que se caracterizou pela evolução tecnológica aplicada na produção e a consequente revolução nos processos de produção e de mudanças substanciais nas relações sociais, o que lhe conferiu um caráter fortemente social. Porém, a Revolução Industrial não consistiu apenas no emprego das máquinas na produção, substituindo o trabalho manual. O grande crescimento da produção eliminou, de imediato, as formas anteriores de apropriação do trabalho, baseadas no controle do Estado e das corporações de ofícios.

Ao entrar na fábrica e ao deixar sua oficina, o ex-artesão está formalmente livre, como o capitalista, também dos velhos laços corporativos;

mas, simultaneamente, libertado de toda a sua propriedade e transformado em um moderno proletário. Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também da sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado (MANACORDA, 2006, p. 271).

Para alcançar a alta produtividade, o capital incorporava aos seus planos de trabalho a investigação científica dos processos produtivos; por isso, a criação de escolas técnicas e de laboratórios de altos estudos era uma questão vital para o avanço do capitalismo. As escolas tradicionais já não satisfaziam às exigências da indústria moderna; assim, por iniciativa própria das indústrias, foram criadas as escolas politécnicas com a finalidade de formar os trabalhadores de nível superior, fazendo com que o sistema educativo apresentasse uma educação elementar para os trabalhadores e uma educação superior especializada para os mentores do processo produtivo.

Os próprios capitalistas, diante da nova realidade, foram obrigados a buscar solução para a instrução da massa trabalhadora para atender às novas necessidades da modernização do processo produtivo. Muitos métodos foram desenvolvidos no próprio local de trabalho, ao reproduzirem, nas fábricas, os métodos convencionais de aprendizagem artesanal, a observação e a imitação, deixando sob a responsabilidade da escola toda a incumbência pela formação técnico-profissional dos trabalhadores.<sup>46</sup>

A relação trabalho e educação torna-se um tema de grande relevância para a pedagogia moderna, com as grandes descobertas científicas e com conhecimentos voltados para o saber-fazer, conforme a orientação do processo de trabalho do modo de produção capitalista.

---

<sup>46</sup> “Tentam-se, então, por duas vias diferentes: ou reproduzir na fábrica os métodos ‘platônicos’ da aprendizagem artesanal, a observação e a imitação, ou derramar no velho odre da escola desinteressada o vinho novo dos conhecimentos, criando várias escolas não só *sermocinales*, mas *reales*, isto é, de coisas, de ciências naturais: em suma, escolas científicas, técnicas e profissionais.” (MANACORDA, 2006, p. 272).

## 4.2 – As classes sociais e a desvinculação entre trabalho e educação

Marx (2001) diz que os proprietários da força de trabalho, os proprietários do capital e os donos da propriedade fundiária – cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e a renda fundiária –, ou seja, os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, constituem as três grandes classes da sociedade moderna,<sup>47</sup> fundada sobre o modo de produção capitalista.

A estreita ligação com a estrutura econômica das classes sociais faz com que a educação, em cada momento histórico, não possa ser de outra forma se não o reflexo direto dos interesses e aspirações dessas classes. A classe que explora economicamente utiliza o Estado e a ideologia como instrumentos de dominação política. A educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam, na mentalidade e na conduta dos indivíduos, as condições fundamentais para sua existência.

A divisão da sociedade em classes também divide o conhecimento, e a formação dos seus membros entre a formação intelectual e a formação profissional no seu sentido pedagógico requer questionamento; isso não constitui apenas sua manifestação, mas um caminho para segmentação mais detalhada, que regulamenta a diferença inerente ao modo de produção capitalista, que vai além das propostas educacionais.

A sociedade moderna necessita de um sistema de ensino estruturado e organizado, porém marcado pela diferenciação das instituições escolares. Ao mesmo tempo que se organiza, ele se diferencia, e esse processo, por ser contraditório, não significa que seja paradoxal. Essa contradição no campo educacional se dá pela demarcação da diferença que se manifesta, levando à polarização entre a formação geral e a formação profissional.

---

<sup>47</sup> “A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (...) De todas as classes de que hoje se compõe a burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. Todas as demais se arruinam e desaparecem com a grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico. As classes médias – pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês – combatem a burguesia para garantir a própria existência, enquanto classes médias, e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras. Mas ainda são reacionárias, pois tentam virar a roda da história para trás. Quando são revolucionárias, é porque estão na iminência de passar para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado” (MARX & ENGELS, 1998, p. 18).

No entanto, a situação real da relação trabalho e educação é a realidade do trabalho parcelado, do ensinamento superficial e reduzido de baixo custo, de instrumentos de trabalho mais simples, da autonomia da ciência em relação ao processo de trabalho, exacerbada pela separação entre o saber e o pensar, e conseqüentemente pela hierarquização do trabalho coletivo. A escola é que dá substância a esse processo ao qualificar trabalhadores de diversos níveis, o que favorece a diferenciação do trabalho remunerado, estabelece critérios meritocráticos de seleção e de mobilidade profissional e social.

A escola burguesa privada e seletiva mantinha sua porta fechada para as demais classes sociais. O sistema de produção exigia trabalhadores com conhecimentos básicos para operarem as máquinas; as condições políticas impunham a expansão e a ampliação de vagas na escola elementar, levando à criação de novos estabelecimentos de formação profissional, com propostas curriculares diversas. Agora, todos os indivíduos, aos quais eram atribuídas habilidades para o trabalho, podiam ter a oportunidade de acesso à educação; no entanto, não era a toda ou qualquer escola, nem a todos os indivíduos, pois as escolas eram organizadas e patrocinadas pela classe dominante – industriais, clero e grandes comerciantes – com o apoio dos poderes institucionais e, na sua maioria, eram pagas.

As escolas destinadas aos futuros trabalhadores tinham objetivos imediatos de desenvolver as habilidades práticas e não estavam preocupadas em desenvolver o espírito científico. Essa educação de nível elementar, concedida aos trabalhadores pela burguesia, solidificou a divisão de classes, pois aquelas profissões manuais que requeriam uma formação prática ligada à execução de tarefas, já definidas pelo sistema de produção, não necessitavam dos trabalhadores os domínios dos fundamentos teóricos. A transmissão do ensino se orientava de forma a difundir apenas os conhecimentos parciais, evitando que os trabalhadores pudessem alcançar um nível elevado de conhecimento que os levasse a uma autonomia diante dos saberes hierarquizados no sistema produtivo. Por esse método, processaram-se a expropriação e o controle do saber do trabalhador adquirido no cotidiano do seu trabalho.

A formação profissional do trabalhador se planejou a partir da combinação da transmissão de conhecimentos parcelados e imediatos, como forma de afastar o

trabalhador de toda atividade que lhe permitisse controlar o processo de trabalho. Já as profissões consideradas intelectuais, que só podiam ser efetuadas com pleno domínio teórico de seus fundamentos, tinham como finalidade preparar aqueles que compunham a burguesia e seus representantes para atuarem nos diferentes setores da sociedade.

A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e as “escolas de ciências e humanidade” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (SAVIANI, 2007, p. 159).

Ao fazer referência às mudanças ocorridas na formação do trabalhador em virtude da Revolução Industrial, Manacorda (2006, p. 271-272) afirma: “(...) os trabalhadores perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem ignorância”. Para ele, a evolução da tecnologia, da ciência moderna e do processo produtivo impôs aos trabalhadores as operações repetitivas das máquinas obsoletas, o que gerou um grande problema, pois à medida que eram introduzidas novas tecnologias, elas deveriam estar disponíveis, de maneira que não fosse necessário para a indústria recorrer ao contingente de trabalhadores que aguardavam no exército de reserva, pois, para o capital, isto seria um grande desperdício das forças produtivas.

Diante disso, filantropos e utopistas, assim como proprietários dos meios de produção, foram obrigados, pela realidade imposta, a colocarem em suas iniciativas, como problema central, a formação dos trabalhadores para as necessidades da moderna produção fabril. Assim, o problema da relação instrução-trabalho ou da formação técnico profissional no modo de produção capitalista revela-se primordial, tanto para o desenvolvimento das forças produtivas quanto para a pedagogia moderna.

Todo esse movimento estreita a relação trabalho e educação no projeto educativo da sociedade moderna, em que a educação se afirma como um direito universal e como uma exigência dos trabalhadores para sua afirmação como classe revolucionária.

Ao recorrer a Marx, Manacorda (2000, p. 73) afirma:

(...) a consideração sobre a divisão da sociedade e do homem implica também o âmbito das próprias relações da esfera moral, uma moral dividida. A essência da

alienação significa que em cada esfera a economia, a moral, a religião têm a sua moral particular que regula e impõe normas diversas e contraditórias, pois cada esfera tem um comportamento estranho à outra, entre si e ao homem.

É oportuno retomar o conceito de homem onilateral porque, mesmo na divisão da sociedade e na alienação humana, em que o homem é alienado numa esfera restrita, alienado da natureza no sentido positivo de seu desenvolvimento, ele conserva o sentido desumano do homem. “A onilateralidade do homem tem como fim o desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas e da realização humana” (MANACORDA, 2000, p. 78-79). O papel da educação na reintegração do homem onilateral torna-se urgente à reunificação do conhecimento científico com o desenvolvimento da produção (MANACORDA, 2000, p. 85).

Já no Manifesto Comunista, para superar a divisão de classe, no décimo e último item, Marx aponta umas das medidas que o proletariado terá que tomar ao chegar ao poder: “A educação pública e gratuita de todas as crianças. Abolição do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma atual. Unificação da instrução com a produção etc.” (MARX & ENGELS, 1998).

A formulação de uma teoria pedagógica ou de um sistema de educação com o objetivo de reintegrar essas esferas, que se encontram divididas, não é suficiente; o que se deseja é uma práxis educativa de impedimento à divisão dos homens em esferas alheias (MANACORDA, 2000) – uma práxis educativa de fundamentos associativos e coletivos na sua concretude, unindo a sociedade como um todo.

## **Parte IV – A relação trabalho e educação no campo da saúde**

### **1 – Uma síntese da constituição histórica da relação trabalho e educação no Brasil**

No Brasil colonial, a formação profissional estava restrita ao trabalho manual no domínio de técnicas rudimentares do trabalho agrícola, sendo realizada no ambiente de trabalho, no cotidiano dos engenhos e na produção de cana-de-açúcar. No sistema escravocrata de produção e de organização do trabalho, os colonizadores utilizavam o trabalho escravo da população nativa de índios, negros e outros indivíduos que exerciam funções de comando ou em atividades que requeriam alguma técnica. A relação educação e trabalho era informal; independentemente de ser escravo ou não escravo, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem regulação e sem organização pedagógica que orientasse os aprendizes nos ofícios.

Toda a educação profissional, nesse período, foi obra dos jesuítas que utilizavam os seus colégios e suas residências, localizadas nas grandes províncias, como as primeiras “escolas-oficinas” de formação de artesãos. Para isso, trouxeram da Europa oficiais para ensinarem os ofícios de carpintaria, ferraria, construção civil, tecelagem e louças, entre outros aos índios, negros e homens livres, para que produzissem materiais necessários ao desenvolvimento da colônia.

O sistema escravocrata, sustentado pela violência, criou, na população, a representação de que atividades manuais realizadas com esforço físico eram exclusivas para negros, configurando o preconceito contra o trabalho manual destinado às camadas mais pobres da população. Nesse processo de distinção do trabalho, no período colonial, é que se enfatiza a dicotomia entre trabalho manual e intelectual – é esse o primeiro sinal da dualidade estrutural na sociedade brasileira (MANFREDI, 2002, p.7; BRASIL, MEC, 1999).

A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, no Rio de Janeiro, trouxe transformações significativas para a economia e a política do Império. Foi implementada uma política industrial para fornecer os produtos de interesse da metrópole. A primeira tentativa de construção de um sistema público de ensino cindiu o sistema escolar em secundário e superior – com o intuito de formar uma força de trabalho para a produção

com ofícios bem determinados para o sistema produtivo, ainda precário, e uma educação superior para a formação de uma elite que iria desempenhar funções na burocracia imperial. A formação profissional ficava por conta das associações civis – religiosas ou filantrópicas – ou das instituições estatais nas províncias do Império. Os primórdios da formação profissional, no Brasil, registram apenas decisões circunstanciais, especialmente destinadas a amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, o que fez essa formação assumir um caráter assistencialista que tem marcado toda a sua história.

Em várias capitais da Província, foram criadas as Casas de Educandos de Artífices. A primeira foi em Belém, no Pará, dentro dos padrões de hierarquia e de disciplina semelhantes ao regime militar. Todas as crianças e os jovens que se encontravam em situação de mendicância, abandonados nas ruas, eram recolhidos às casas. Em 1854, um decreto imperial criava estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”, onde as crianças aprendiam as primeiras letras e eram, em seguida, encaminhadas às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos (MANFREDI, 2002, p. 77; BRASIL, MEC, 1999).

Ainda no Império, foram criados os liceus de artes e ofícios, sendo o primeiro deles no Rio de Janeiro (1858), depois em Salvador (1872), Recife (1880), Maceió (1884), São Paulo (1880) e Ouro Preto (1886). Todos os cursos oferecidos eram de livre acesso, exceto para os escravos. Durante o Império, o Estado executava uma política educacional assistencialista e compensatória com a intenção de dignificar a população pobre, preparando-a para o trabalho; já as instituições privadas de caráter civil promoviam a formação para o trabalho artesanal considerado qualificado pela sociedade.

No início da República, os liceus serviram como base para a organização do sistema de educação profissional, sendo criados em vários estados da federação. Foi a primeira iniciativa do poder público de preparar os trabalhadores para o exercício profissional. Essa iniciativa política tinha cunho ideológico, visava a criar mecanismos de controle e disciplinar as classes populares, que se insurgiam contra as péssimas condições de vida após o fim da escravidão, porque, na República, legitimou-se a estrutura social excludente herdada do período colonial.

Ainda na Primeira República, vislumbrava-se uma nova fase econômica e social com a aceleração dos processos de industrialização e urbanização. Os serviços de infraestrutura urbana de transportes e de edificações e as importações de máquinas industriais para os novos setores da economia nacional exigiram novas qualificações profissionais e novas demandas de instrução básica e profissional para a população.

Com nova configuração do sistema escolar e da educação profissional, as instituições que ofereciam o ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros foram substituídas pelas redes de escolas estaduais, federais e outras instituições: Igreja Católica, associações filantrópicas e sindicais e afins. Nesse momento, a intenção era a de transformar a população urbana em trabalhadores assalariados, num processo institucionalizado de qualificar e disciplinar os trabalhadores livres pelo sistema de educação profissional (MANFREDI, 2002).

Em 1910, as 19 escolas de aprendizes de artífices, criadas no governo Nilo Peçanha, tinham como objetivo a formação de trabalhadores, por meio de ensino prático e de conhecimentos técnicos, em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos, de acordo com as necessidades de cada estado da federação onde elas funcionavam. Somente em 1932 surgiu a primeira iniciativa oficial de se organizar o sistema de ensino no Distrito Federal, com o lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, de forma flexível, possibilitasse especializações “para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico) (BRASIL, MEC, 1999).

Durante o Estado Novo, as iniciativas do Movimento da Escola Nova geraram tensões com os setores privados (a Igreja Católica, o setor industrial e os latifundiários) no que dizia respeito à definição da política educacional, além da construção do sistema corporativo de representação sindical, que obstruía qualquer iniciativa dos trabalhadores no campo da formação profissional, independentemente do jugo oficial. Essa articulação facilitou a construção um sistema de educação profissional paralelo ao sistema público das redes estadual e federal, o chamado “Sistema S”, organizado e dirigido pelos sindicatos

patronais com recursos oriundos de contribuições fiscais repassadas mensalmente pelas empresas.

No entanto, a política educacional implementada no Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, estabelecendo a correspondência entre a divisão do trabalho e o sistema de ensino, em que o ensino secundário e o normal eram destinados às elites dirigentes e o ensino profissional era dirigido às classes subalternas. A herança dualista não só perdurava como era, assim, explicitada.

Uma nova configuração do sistema de ensino, na década de 1950, permitiu a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes, flexibilizando as duas modalidades de ensino e os diferentes níveis da formação profissional. Mas somente com promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei federal n. 4.024/61, é que a plena equivalência entre os cursos, sem as exigências do exame, foi definitivamente abolida.

Essa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte”. Todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes (BRASIL, MEC, p. 13, 1999).

No espírito da LDB, os governos militares implementaram mais uma reforma no sistema de ensino fundamental e médio com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei n. 5.692/71, que instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino secundário, unificando-a ao ensino técnico. Cabe ressaltar que, naquele período, o país pretendia ampliar o parque industrial com o intuito de alcançar índices que o colocassem em condições de integrar a economia mundial – daí a necessidade de formação de trabalhadores que seriam incorporados ao processo produtivo em expansão. A organização do sistema educacional com base no taylorismo-fordismo levou a concepção produtivista da educação para o interior da escola, então orientada pela “pedagogia tecnicista”, conforme os processos de objetivação do trabalho que acontecia nas indústrias.

A obrigatoriedade imposta pela lei n. 5.692/71 não foi atendida pelas escolas públicas, uma vez que estas não tinham estrutura material nem corpo docente preparado para atuar, principalmente, nas disciplinas específicas da habilitação técnica. No plano pedagógico, a articulação entre formação geral e técnica não foi possível, pois a acentuada atenção dispensada à formação geral, exclusivamente nas escolas privadas e confessionais, deixou a obrigação da oferta do ensino de 2º grau profissionalizante para a rede de escolas públicas, que atendiam a população mais pobre.

Não demorou muito tempo para se reconhecer o equívoco, pois o entendimento de que toda escola de 2º grau, automaticamente, se transformaria em uma escola técnica não seria possível, uma vez que as escolas não tinham o mínimo de estrutura para a implantação da reforma do ensino profissionalizante.

Reconhecido o caos que se instaurara no sistema educacional brasileiro, a lei n. 7.044/82 acabou, de maneira sutil, com a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau, ficando a escola desobrigada de preparar para o trabalho – devendo, porém, qualificar para o trabalho. Tornou-se uma iniciativa da escola a inclusão das disciplinas profissionalizantes conforme a habilitação que fosse oferecida. Dali em diante, o sistema de ensino ficou assim organizado: uma formação geral, com denominação de Ensino Básico e Ensino Profissionalizante, com as habilitações técnicas fundamentadas, respectivamente, pelos pareceres MEC 45/72 e 76/75.

A partir dos anos 1990, são sucessivas as mudanças no sistema educacional brasileiro, em especial na educação profissional técnica de nível médio. A reorganização da economia mundial, somada a mudanças na base técnico-científica do processo e do conteúdo do trabalho, traz a necessidade da recomposição do capital e da substituição da tecnologia fixa pela tecnologia flexível. Essas transformações no sistema capitalista de produção tendem a privilegiar o capital morto, em detrimento da força de trabalho, ou seja, do capital vivo. Dessa forma, emerge uma nova categoria geral: a sociedade do conhecimento, que veio acompanhada de novos conceitos operativos, como qualidade total, flexibilidade, trabalho participativo em equipe, formação flexível, abstrata e polivalente.

O novo modelo de gestão e de organização do processo de trabalho, simultaneamente, com a reestruturação produtiva introduzida no sistema de produção

capitalista, caracterizado pelo padrão da acumulação flexível, impôs novas necessidades para a formação do trabalhador. As novas demandas dos setores produtivos e de serviços intensificaram o debate em torno da reforma no Ensino Médio e Profissional.

O projeto hegemônico neoliberal aprovou a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – lei n. 9.394/96 – e o decreto federal n. 2.208/97, que instituíram as bases para a reforma da educação profissional. A reforma tinha como objetivo principal ampliar a oferta educacional adequada às novas demandas do sistema produtivo com novos padrões de produtividade e competitividade em tempos de globalização. Assim, a proposta de modernização do Ensino Médio e Profissional pretendia acompanhar as novas tecnologias e atender às demandas do mercado de trabalho, que exigia flexibilidade, qualidade e produtividade.

As características atuais do setor produtivo tornam cada vez mais tênues as fronteiras entre as práticas profissionais. Um técnico precisa ter competências para transitar com maior desenvoltura e atender as várias demandas de uma área profissional, não se restringindo a uma habilitação vinculada especificamente a um posto de trabalho. Dessa forma, as habilitações profissionais, atualmente pulverizadas, deverão ser reorganizadas por áreas profissionais (BRASIL, MEC, pg. 18, 1999).

Nessa perspectiva, o Ensino Médio pretendeu articular conhecimentos e competências como preparação básica para o trabalho e para a cidadania, capacitando o educando a continuar aprendendo e a se adaptar, com flexibilidade, às novas condições de trabalho e às exigências de aperfeiçoamentos posteriores. A educação profissional de caráter complementar permitiria o desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva.

Ao estabelecer a separação entre Ensino Médio e Profissional, a reforma reduz a educação profissional num saber-fazer de tarefa rotineira sem considerar o caráter social do trabalho. A desvinculação entre o Ensino Técnico e o Ensino Médio corresponde à criação de duas redes, uma técnica de caráter profissionalizante, e outra acadêmica e propedêutica. Isto recompõe a dualidade estrutural que não reconhece a educação básica como substancial para a formação do trabalhador e prevê a educação profissional de formação técnica voltada para o trabalho produtivo.

Em 2002, chega ao fim, depois de oito anos, um governo neoliberal que fez da educação um dos caminhos para o avanço do capital. O povo brasileiro elegeu um novo governo, que trazia a bandeira do crescimento econômico, sem se esquecer das questões sociais. A esperança de ver o país com uma distribuição equitativa da renda nacional ainda não se realizara; o que restou foi o aprofundamento de uma crise ética na política nacional abalando toda a estrutura do governo. Na política educacional, outro desastre, em especial na Educação Básica e Profissional, com destaque para a revogação do decreto n. 2.208/97, que foi substituído pelo decreto n 5.154/04.

Causa espanto fazer a reforma da reforma por decreto, uma atitude política que pensamos já haver acabado com o fim de um regime autoritário que durou vinte anos no país. Em relação ao decreto n. 5.154/04, podemos observar sua finalidade em resolver um problema crucial na formação profissional, que permanece durante anos no sistema educacional brasileiro.

Na tentativa de resolver o problema da dualidade do Ensino Médio e do Ensino Técnico, uma tarefa árdua, talvez mesmo inviável no modo de produção capitalista, com a integração dessas modalidades de ensino, vem o decreto n. 5.154/04 preservar os resquícios do decreto n. 2.208/97, com a formação concomitante e a formação subsequente, acentuando a formação flexibilizada, característica principal do novo padrão de acumulação do sistema produtivo. É importante ressaltar que qualquer tentativa de integração dos Ensinos Médio e Técnico, sem a participação dos profissionais da educação, das instituições de ensino e dos trabalhadores, por meio de suas entidades representativas, não logrará êxito.

## **2 – O processo de investigação em sua concretude**

A saúde sempre foi motivo de preocupação para a existência humana. Em seu ciclo vital, os problemas de saúde acometiam os homens com doenças, e toda a assistência era realizada por pessoas que tinham um conhecimento diferente das atividades produtivas ou detinham uma capacidade reconhecida pela comunidade, em virtude de sua forma de se relacionarem com os indivíduos doentes.

Nas comunidades primitivas, em que as atividades produtivas eram basicamente a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, no denominado comunismo primitivo, os problemas de saúde eram tratados por curandeiros, magos ou sacerdotes – pessoas dotadas de capacidades especiais. As práticas de saúde se sustentavam, quase sempre, no sobrenatural. Os curandeiros, para exercerem essa função, passavam por um processo de formação, que lhes permitia, por meio de ritual de curas, livrar os indivíduos dos males que os atingiam. Em caso de cura, recebiam presentes e votos de reconhecimento pelo trabalho, que era todo realizado por uma única pessoa, desde o diagnóstico até as formas terapêuticas de cura, toda a prescrição e o preparo dos medicamentos. O curandeiro recebia a ajuda do aprendiz, que, mais tarde, assumia o posto no grupo. É o mundo imaginário e místico da comunidade que explica as doenças e as medidas terapêuticas.

No que diz respeito à assistência à saúde, no início da Idade Média suas práticas eram exercidas pelos religiosos e também por leigos; eram atividades de diversos agentes, em sua maioria realizadas pelos clérigos. Como não necessitavam de salários, pois eram sustentados pela Igreja, a assistência tinha forma de caridade, e aqueles que cuidavam da cura podiam aceitar presentes, mas não era esperado que cobrassem pelo trabalho.

Entretanto, um crescente número de leigos ingressou na atividade de saúde. Esses leigos trabalhavam em postos remunerados, cuidando de algum senhor, nos serviços de saúde de alguma cidade ou em serviços privados. Em qualquer dessas situações, estipulavam seus direitos, deveres e a remuneração. Os serviços das cidades cuidavam dos pobres, investigavam as causas de doenças incomuns ou as epidemias, orientavam os enfermos e supervisionavam as boticas. Quando o tratamento era para pacientes particulares, obedeciam a rígidos códigos e cobravam a tabela das guildas (ROSEN, 1994).

Os enfermeiros e os práticos diversos do quadro da Igreja executavam um trabalho profissional especializado e remunerado, ao mesmo tempo em que faziam parte do trabalho de assistência espiritual – sendo o trabalho intelectualizado mais valorizado do que o manual. Os clínicos, formados nos mosteiros, dominavam o conhecimento religioso<sup>48</sup> e o metafísico, o que justificava a ordem social vigente e explicava as doenças. “Esses médicos atendiam às camadas mais privilegiadas da sociedade e detinham os saberes mais valorizados, desenvolvendo um trabalho intelectual, praticamente, sem envolver procedimentos manuais” (PIRES, 2008, p. 83).

A assistência à saúde da camada mais pobre da população era realizada pelos religiosos especializados, pelos práticos, pelos homens de ofícios e pelas parteiras. As corporações de artífices formavam os homens de ofícios, eram dentistas, cirurgiões, cirurgiões-barbeiros, algebristas e boticários. Durante a Idade Média, uma separação entre médicos e cirurgiões se estabeleceu. Trabalhando com as mãos, o cirurgião<sup>49</sup> continuou a ser um artífice, a aprender seu ofício com o mestre. Cada grupo ocupava um degrau na escada social – os cirurgiões, um nível inferior (ROSEN, 1994, p. 65).

O trabalho dos homens de ofícios era artesanal, e os profissionais detinham o domínio de todo o processo de trabalho. A produção do conhecimento sobre a saúde se dava no ato do atendimento. As parteiras que dominavam um conhecimento específico e cuidavam de doentes eram chamadas de sábias pelo povo e de bruxas, pela Igreja. Juntamente com os práticos, elas se formavam pelo legado da tradição oral e pelo acompanhamento da prática na relação de aprendizagem mestre-aprendiz (PIRES, 2008). Formados pelas universidades, os médicos clínicos gozavam de grande prestígio na sociedade feudal, por ter o seu trabalho um caráter intelectual, conforme o pensamento dominante, com valor social superior ao trabalho manual, desenvolvido pelos cirurgiões, cirurgiões-barbeiros, boticários, dentistas e práticos.

---

<sup>48</sup> “Os conhecimentos e teorias em relação ao processo saúde-doença desenvolvidos na Antiguidade foram guardados pela Igreja, nos mosteiros, e reorientados para respeitar os princípios e as limitações impostas pelo cristianismo. Ressurge a interpretação religiosa do fenômeno saúde-doença (as doenças resultam de castigo divino), associada à teoria dos humores e à determinação ambiental” (PIRES, 2008, p. 83).

<sup>49</sup> “Porém, tanto os clínicos quanto os cirurgiões negligenciavam os doentes que só pudessem ser tratados mediante cirurgias arriscadas. Em consequência, surgiu uma classe de empiristas itinerantes; eles faziam operações difíceis e sérias, como cataratas, redução de hérnias e retiradas de pedras na bexiga” (ROSEN, 1994, p. 65).

O crescente número de habitantes exigia maior número de médicos clínicos para dar assistência à população. Esses profissionais, formados nas universidades e reconhecidos pelo domínio técnico-científico da saúde, eram insuficientes para dar conta da totalidade do processo de trabalho. Outros ofícios da saúde, também qualificados, necessários para realizar determinadas atividades na assistência, foram incorporados ao processo de trabalho. Os boticários, no preparo dos medicamentos, tinham sua função definida; os tratamentos de intervenção cirúrgica eram atividades das guildas cirúrgicas. A incorporação de outras atividades no processo de trabalho em saúde não tirou dos médicos clínicos o poder de determinar regras para o exercício dos ofícios de saúde – o que consolidou a divisão do trabalho por área de conhecimento com função específica. Os ofícios independentes passaram a ser subordinados às regras estabelecidas pela corporação dos clínicos, mas esse controle só se tornaria mais significativo quando esses trabalhos se realizassem em um mesmo espaço físico – hospital ou unidade ambulatorial que envolva o trabalho coletivo (PIRES, 2008, p. 84)<sup>50</sup>.

A concentração do atendimento aos pacientes, em um só espaço, derivou do declínio da sociedade feudal e da precária organização da assistência à saúde, associada à emergência do modo de produção capitalista. O aumento da população ampliou a complexidade das doenças, mas, graças ao aumento de conhecimento científico na área da saúde, foi possível uma intervenção mais complexa – surgiram, assim, as grandes instituições médicas, unidades de serviços com as suas respectivas especializações. O avanço tecnológico facilitou o diagnóstico clínico mais preciso das doenças. Os novos conhecimentos na área da saúde tornaram-se hegemônicos pelo paradigma positivista, em que os conhecimentos são passíveis de verificação empírica, produzidos com o rigor do método científico.

---

<sup>50</sup> “A partir do século XIII, o hospital medieval começou a sair das mãos de religiosos e ir para a jurisdição secular, em especial nas cidades. Isso não implica a completa substituição do clero, pois os monges e freiras continuaram a cuidar dos enfermos; a responsabilidade, no entanto, passou ao município” (ROSEN, 1994, p. 65). “Os hospitais e enfermarias dos religiosos, até o século XVIII, eram instituições de caráter essencialmente religioso, nos quais os doentes das camadas pobres eram atendidos. O objetivo principal da assistência era espiritual, e tanto para pacientes quanto para quem prestasse a assistência, era uma oportunidade para a redenção dos pecados e salvação da alma. Os doentes eram assistidos por religiosos e pacientes recuperados. Eventualmente, os físicos eram chamados para realizar algum tipo de atendimento” (PIRES, 2008, p. 85).

Os médicos se tornam os detentores do “verdadeiro” saber científico, e as outras práticas, não institucionalizadas, são classificadas como charlatanismo e bruxaria. O conhecimento se fragmenta, ocorre uma enorme ampliação do número de especializações, resultando no parcelamento do conhecimento e do homem, que passa a ser visto e atendido segundo *os órgãos doentes* (PIRES, 2008, p. 87, grifo da autora).

A verticalização no processo de trabalho em saúde, pelo domínio do médico, que dirige, direta ou indiretamente, as atividades dos demais profissionais é consequência da influência taylorista-fordista na organização do trabalho da assistência em saúde nos espaços institucionais – uma vez que, mesmo que esses profissionais tenham autonomia no ato de cuidar, a expropriação do saber e o controle do processo de trabalho se dão de forma parcial. Na enfermagem, o enfermeiro é o profissional de nível superior que detém o controle de toda a assistência e delega atividades parceladas aos técnicos de enfermagem ou a outros trabalhadores de atividades ligadas aos cuidados. Em outros setores, como nos laboratórios de análises clínicas, por exemplo, a mesma relação se dá entre os médicos, os bioquímicos e os técnicos de análises clínicas.

A divisão do trabalho do modo de produção capitalista instalou-se na organização da assistência à saúde. O processo de trabalho em saúde,<sup>51</sup> que deriva de um trabalho coletivo no espaço institucional, tornou-se parcelado em diversas atividades, exercido por profissionais de saúde de vários de níveis de formação ou por trabalhadores treinados em serviço para atividades específicas. Como espaço terapêutico e de formação dos profissionais de saúde, o hospital se consolidou, à medida que foi intensificado o uso de equipamentos tecnológicos ao serviço da assistência.

As inovações tecnológico-organizacionais, que estão mudando com grande intensidade o trabalho e a vida na atualidade, também são utilizadas no setor saúde com os equipamentos de base microeletrônica, com a aplicação dos novos materiais oriundos dos avanços obtidos na química, com as descobertas da engenharia genética, com as novas técnicas de transplantes e de reprodução humana. O processo de trabalho em saúde

---

<sup>51</sup> “Questões bem atuais referentes ao processo de saúde abordam as mudanças do mundo do trabalho que se iniciam em meados dos anos 70 e suas repercussões no setor saúde, particularmente: a crescente incorporação tecnológica, o desemprego estrutural, a flexibilização e precarização do trabalho, entre outros fenômenos que ocorrem no mundo do trabalho em geral e se reproduzem no setor saúde com especificidades” (PEDUZZI, 2009, p. 320).

também sofreu o impacto dessas mudanças, em virtude das novas formas de organização e de gestão nos serviços de saúde.

Segundo os *Referenciais Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde* (BRASIL, MEC, 2000), o modelo de assistência à saúde adotado no país é o da hegemonia médica baseado numa organização “hospitalocêntrica” da assistência médica, na sofisticação tecnológica, na exacerbação da demanda espontânea e no domínio do saber clínico. Esse modelo de assistência vem encontrando respaldo nos serviços de saúde público e privado, pois as transformações que ocorrem no seu interior têm como base a crescente incorporação de tecnologias sofisticadas, uma grande utilização de novos medicamentos, o uso intensivo de equipamentos, a difusão do uso de serviços diagnósticos e a automação de testes laboratoriais.

A expectativa criada em relação à formação do trabalhador em saúde é a de que ele responda à dinâmica da divisão técnica do trabalho. Do mesmo modo, essa formação deve preparar profissionais com capacidade individual para incorporarem as mudanças oriundas do desenvolvimento técnico-científico, que vêm ocorrendo no processo de trabalho em saúde com a introdução de novas tecnologias, em que o conhecimento e a informação se tornam forças produtivas, passando a compor o capital – o que favorece a sua acumulação e reprodução.

Para compreender alguns aspectos da formação do trabalhador na área de saúde, é preciso entender que as exigências dos requisitos de formação estão relacionadas com a regulação e a organização do processo de trabalho em saúde, por isso sofrem transformações constantes, implementadas pela modernização tecnológica e por novos métodos de gestão, advindos do modo de produção capitalista.

## **2.1 – A caracterização do campo de investigação**

O hospital em que a pesquisa foi realizada está sediado na antiga capital da República desde 1948 e é considerado uma instituição de grande porte para os padrões da época, tendo nascido em um contexto sociopolítico de ênfase na construção de hospitais e ambulatórios que têm como patrocinadores alguns institutos previdenciários. O fim da Era Vargas levou os trabalhadores a exigirem dos Institutos de Aposentadorias e Pensões

maiores investimentos em ações de políticas sociais para seu benefício. A grande massa de trabalhadores, incorporada pelo processo de industrialização, obrigou o governo a definir, como política de saúde, a criação dos chamados hospitais modernos (SILVA et al., 2012). Era um momento em que os trabalhadores lutavam por melhores condições de assistência à saúde.

Com a reforma no sistema de saúde, oriunda do Golpe de 1964, os Institutos de Previdência foram unificados, o hospital passou a fazer parte do então criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que era responsável pela saúde, pela arrecadação e pelo pagamento dos aposentados. O hospital passou a ser gerido pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) nas décadas de 1970 e 1980. Nessa época, teve início o estudo para viabilizar a implantação do Serviço de Transplante Renal e da Clínica de Cirurgia Cardíaca. Na década de 1990, o hospital passou a pertencer ao Sistema Único de Saúde (SUS), período em que nele foi implantada a informatização, criada a creche e inaugurado o atual prédio do Ambulatório, de 1992.

Em 2000, foram implantados os serviços de Ouvidoria, a Cirurgia Torácica e a Cirurgia Reconstructiva dos Membros e a Microcirurgia. Além disso, foram reestruturados os serviços de Oncologia, Anatomia Patológica e Patologia Clínica, assim como a Clínica Médica B, a Farmácia, a Hemoterapia (Banco de Sangue), a Central de Esterilização, a Maternidade e a Unidade de Transplante Renal – todos com investimentos em infraestrutura e com a aquisição de novos equipamentos. Foram criados, ainda, os serviços de Cirurgia Hepatobiliar (transplante de fígado), de Psicologia, de Fisioterapia e o Ambulatório de Genética Clínica.

Hoje, o Hospital Público Federal, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, área de maior concentração de favelas do município, atende uma população de cerca de um milhão de habitantes. É um hospital geral, subordinado ao Ministério da Saúde, de atendimento universal à população de todas as idades.

Além de garantir assistência médico-hospitalar, esse hospital serve como campo de aperfeiçoamento para profissionais de saúde e desenvolve pesquisa científica coordenada pelo Centro de Estudos, Aperfeiçoamento e Pesquisa (Ceap), que, administrativamente, está ligado à direção geral.

O Ceap tem como objetivo propor, por meio de práticas inovadoras, um novo modelo gerencial, unificando as áreas de ensino, aperfeiçoamento e pesquisa, que integram os diversos setores e comissões do hospital de forma participativa. O Centro engloba a Secretaria de Gestão Acadêmica, a Assessoria Pedagógica, o Departamento de Ensino, as Residências e os Estágios, o Departamento de Educação Permanente, a Biblioteca, o Comitê de Ética em Pesquisa e o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico – o qual orienta e promove a pesquisa científica, estimulando e auxiliando os profissionais em sua produção. Sua missão é tornar o hospital um centro de referência em pesquisa de reconhecimento nacional e internacional, direcionando-o para a certificação como “Hospital de Ensino”, cujas metas são estimular, orientar e promover a formação de profissionais qualificados para as atividades de ensino superior e de pesquisa.

Em cumprimento à resolução n. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, foi criado o Comitê de Ética em Pesquisa, ao qual este projeto de pesquisa foi submetido à aprovação. Após a apreciação dos profissionais do departamento de pesquisa do hospital, e de acordo com os objetivos da investigação, foram indicadas as equipes de técnicos de enfermagem da Clínica Médica A, setor feminino. A indicação dos profissionais da Clínica Médica deu-se pelo fato de que esse setor apresenta uma diversidade de requisitos técnicos, em razão das diferentes enfermidades que ali são atendidas, e onde inúmeras situações de trabalho estão disponíveis para a análise do objeto investigado.

Já os técnicos do Laboratório de Análises Clínicas foram indicados pela diversidade que o setor apresenta em relação àqueles que prestam assistência à saúde e atuam diretamente na ação dos cuidados. Assim, pela forma específica do processo de trabalho, hoje totalmente automatizado, esse seria um espaço que traria novos elementos para a investigação.

O trabalho de campo foi iniciado no plantão A, da equipe de enfermagem da Clínica Médica A. Esse primeiro momento foi somente de observação, para conhecer o processo de trabalho na clínica. Em seguida, foi esclarecido, aos trabalhadores – objetos da investigação –, o objetivo da pesquisa e como seria a participação dos sujeitos nela envolvidos.

Desde logo, puderam ser apontados alguns pontos relevantes no processo de trabalho. Na equipe de enfermagem, por exemplo, observou-se uma divisão de trabalho:

- uma enfermeira que coordena toda a equipe da clínica;
- técnicos de enfermagem diaristas, que são pessoas mais velhas, de larga experiência no serviço, cuja função é a de abastecer de material a clínica – remédios, roupas e todo o material relativo aos cuidados;
- técnicos de enfermagem de nível médio, que se dividem em três grupos de plantão (A, B e C), numa escala de 12 horas por 60 horas, cursam ou cursaram uma graduação na área de saúde, cuja função é fazer a prescrição médica e os cuidados considerados de baixa complexidade.

Outro ponto relevante é a combinação de um rodízio entre esses profissionais para atender os pacientes na enfermaria. Alguns aspectos devem ser considerados daqui em diante: o trabalho dos enfermeiros diaristas e plantonistas, a divisão do trabalho e das tarefas no setor e a rotina de cada plantão. É importante lembrar que, na clínica médica, há uma diversidade de atendimentos que exige dos trabalhadores diferentes procedimentos para executarem as tarefas, portanto, um conhecimento generalizado e diversificado para realizarem os procedimentos relativos aos cuidados.

Ao observar a rotina dos diaristas, verificou-se que esses profissionais têm como função preparar toda a estrutura para os técnicos de enfermagem executarem os procedimentos dos cuidados. Estão sempre atentos à reposição de material de todo o tipo, inclusive de remédios, mas não dão assistência aos pacientes nos cuidados. São, geralmente, profissionais mais velhos com uma larga experiência em serviços. Todo o trabalho de gestão da clínica está sob a responsabilidade da enfermeira supervisora, como alimentar o Datasus,<sup>52</sup> por exemplo, tarefa que se fosse realizada por um técnico-administrativo a liberaria para a assistência ao paciente, como argumentou a própria enfermeira supervisora.

---

<sup>52</sup> A informatização das atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes tecnológicas adequadas, é essencial para a descentralização das atividades de saúde e a viabilização do controle social sobre a utilização dos recursos disponíveis. Para alcançar tais objetivos, foi criado o Departamento de Informática do SUS (Datasus). A partir de 2011, o Datasus passou a integrar a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, conforme o decreto n. 7.530, de 21 de julho de 2011, que trata da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.

Todos os controles da prescrição são feitos pelo técnico em enfermagem. Em caso de faltar alguma medicação, esta é, imediatamente, solicitada ao médico responsável pelo atendimento do paciente, porém com um controle bem rudimentar. Numa folha de papel, faz-se uma coluna com o número da enfermaria e seus respectivos leitos; à medida que o médico entrega a prescrição, o leito é riscado e a enfermaria correspondente envia uma cópia para a farmácia, que providencia esse material.

Cabe destacar que os médicos preparam e fazem a aplicação dos medicamentos sem qualquer controle, nem interferência dos técnicos. Ao fazerem alguma mudança na medicação, não anotam na prescrição, ocasionando divergência nos pedidos de medicamentos. Outra informação importante é que a avaliação para o procedimento do cuidado é feita pelo técnico. Em caso de o procedimento estar além daquilo que lhe cabe, o técnico deverá comunicar à enfermeira ou ao médico.

Há normas de procedimentos para cada profissional no processo de trabalho em saúde. O técnico em enfermagem tem na sua bolsa seu material de trabalho, como aparelho de pressão, termômetro etc. Há um livro de ocorrência no setor, onde todos os casos de destaque são anotados pelas equipes de plantão.

Acompanhar os procedimentos dos cuidados, na enfermaria, significa penetrar no centro disseminador do processo de trabalho da clínica médica. A primeira atividade, segundo a rotina de trabalho, é o banho, sempre pela manhã. Mesmo sem um plano de trabalho que oriente a execução das tarefas, o grupo se divide por enfermaria, e o banho é organizado conforme o estado do paciente. Ao constatar a necessidade do banho no leito, avalia-se a condição de asseio do paciente para definir os procedimentos, que exigem uma técnica de enfermagem e devem ser executados com atenção, para não colocar em risco o paciente.

Depois do banho, a troca da roupa e a arrumação da cama. Quando esse procedimento foi observado, uma técnica em enfermagem disse que, durante sua formação, eram exigidos os mínimos detalhes para a arrumação da cama. Afirmou que até ficava sem dormir quando se aproximava essa prova. Entretanto, no serviço as coisas são bem diferentes. Tudo tem de ser adaptado, conforme a situação que se apresenta diante da estrutura do hospital ou das condições em que se encontra o paciente. O banho é a

primeira etapa da rotina de trabalho, depois os sinais vitais (pressão, temperatura e em seguida os medicamentos – etapa que merece mais atenção.

A primeira etapa começa com *aprazar* os medicamentos, ou seja, colocar os horários de acordo com a prescrição feita pelo médico, que deve ser rigorosamente respeitada. Eventualmente, os técnicos fazem uma avaliação; porém, qualquer mudança somente é feita com a orientação médica. É a própria rotina que determina o fluxo, que o torna um “fluxo duro”, no qual o técnico não pode interferir. Tudo é muito repetitivo, os medicamentos são padronizados, só mudam em casos extremos desde que sob a orientação médica.

Uma técnica em enfermagem, ao preparar a badeja de medicamentos, surpreendeu-se com a mudança do frasco, que antes era de vidro e, naquele momento, estava numa embalagem plástica. Diante da dúvida, indagou à colega: “Mudou a medicação?” Para explicar o espanto, a colega fez uma analogia com a história da formiguinha. Segundo ela, a formiguinha anda sempre na mesma direção pelo mesmo caminho; quando cai uma folha no seu caminho, ela não sabe como desviar. Logo após referiu-se ao filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, descrevendo a cena em que Carlitos, de tanto apertar parafusos, fica condicionado e não consegue controlar seu próprio impulso.

As equipes trabalham de forma integrada, estão sempre conversando sobre os procedimentos e sobre o processo de trabalho no setor. Toda a atenção está voltada para que não seja trocada a medicação. É bom ressaltar que a aplicação dos medicamentos, uma vez que segue a prescrição médica, é um trabalho puramente de execução.

Cabe à enfermeira chefe da equipe fazer a revisão nos leitos com o objetivo de orientar os procedimentos que devem ser realizados em cada paciente. Os técnicos, por sua vez, preparam os pacientes para os enfermeiros fazerem os cuidados considerados de alta complexidade, procedimentos que, de acordo com a divisão do trabalho, são de responsabilidade do profissional de nível superior. Trata-se de procedimentos que requerem conhecimentos mais detalhado do caso, por isso estão no domínio desse profissional.

A partir desse momento, as tarefas do processo de trabalho começam a se tornar repetitivas. O que pode se alterar é o estado de saúde do paciente, que, conseqüentemente,

exige cuidados especiais, de acordo com a gravidade do quadro de alterações apresentadas.

Ao retomar a observação na clínica médica, após 15 dias no plantão A, notava-se que as coisas não estavam bem. Durante esse período ocorreram casos de óbitos de pacientes considerados crônicos. O ambiente ficou pesado, os profissionais passaram por momentos muito difíceis, devido à relação que foi estabelecida com o paciente durante o tempo que permaneceu na enfermaria. Nesse momento, percebe-se que recai nos ombros dos técnicos em enfermagem a carga emocional em virtude de seu envolvimento no ato de cuidar. Foi mais um momento de tristeza. É muito complicado pelos números de óbitos e pela situação fúnebre que envolve o processo de embalar o corpo.

Um fato que chama a atenção é o modo como o médico se refere aos pacientes, identificando-os por números. Por exemplo, o paciente 5.7: 5 refere-se à enfermaria 305, e 7 é o leito. Ao perguntar à técnica em enfermagem se ela também se referia ao paciente desse modo, ela respondeu que nem sempre. À medida que estabelece uma relação com o paciente, o nome é gravado com o tempo; já para os pacientes mais recentes, ela utiliza o mesmo artifício do médico.

A clínica médica recebe estagiários de enfermagem de nível técnico, que são acompanhados pela técnica de enfermagem, muito paciente para ensinar os estudantes. Foi muito interessante ver seu interesse em passar os procedimentos com correção aos alunos. É mais uma atividade de técnico em enfermagem que vai além dos cuidados. Vale destacar que o cargo que ela ocupa é de auxiliar de enfermagem, conforme o edital do concurso público; recebe um salário em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que é considerado baixo pelos profissionais da área, mesmo após a aprovação no Congresso da lei que extinguiu essa função. Para a equipe do plantão noturno, a noite é mais tranquila quando o paciente tem boa assistência durante o dia. A mesma rotina se repete no período noturno; eventualmente o paciente apresenta alguma anormalidade no quadro clínico, o que não altera o processo de trabalho.

No plantão noturno, surgiu um procedimento chamado de “evoluir o paciente”, que significa fazer uma avaliação de seu estado. A evolução é realizada leito a leito – cada paciente é indagado sobre seu estado físico durante aquele dia. Pergunta-se sobre alimentação, evacuação, pressão, temperatura, medicação, visita e atendimento médico.

O interessante, nesse procedimento, é a postura do técnico em enfermagem, que se coloca como um ouvinte do paciente. A fala do paciente, a sua forma de expressão, torna-se fundamental para o técnico fazer a evolução. Todas as informações são repassadas de plantão para plantão. Posteriormente, caso haja a necessidade de que essas informações sejam passadas para a equipe, seu registro deve estar no livro de ocorrência de maneira legível e compreensível.

A segunda etapa do trabalho de campo foi exposta ao chefe do Laboratório de Análises Clínicas, para que ele soubesse o que se pretendia observar naquele setor, ou seja, fazer o acompanhamento do processo de trabalho, desde a fase da coleta de material até a de análise laboratorial.

A coleta do material começa por volta das quatro horas da manhã e, em seguida, vai para análise. Os exames de emergência são entregues no prazo de até uma hora; já os exames de rotina seguem de acordo com a demanda. A coleta de material inicia-se na emergência e percorre as enfermarias que fizeram a requisição de exames. Dois técnicos de laboratório, muito experientes e habilidosos no manuseio dos instrumentos, executam a ação com muita precisão e segurança.

A coleta do material é realizada sem sofrimento para o paciente. Logo em seguida esse material vai para análise, no laboratório de emergência, onde o trabalho é todo informatizado, com máquinas modernas – as quais são substituídas a cada cinco anos – que analisam o material e disponibilizam, no sistema de informação, os resultados para a consulta do médico.

Os pedidos dos exames com as amostras do material coletado são cadastrados e neles colocados etiquetas de leitura ótica, que permitem o envio das informações para o sistema, o que requer atenção redobrada no cadastramento e na colocação da etiqueta. Logo após, as amostras são colocadas nas máquinas para serem processadas de acordo com o exame solicitado. Por meio de um sistema de informática integrado, chamado Matrix, o resultado do exame estará disponível para o médico acessá-lo no computador de qualquer lugar do hospital.

Segundo os trabalhadores do Laboratório de Análises Clínicas, o processo de trabalho já está definido pelo processamento das máquinas, e qualquer alteração causa desvio no exame, o que pode acarretar trocas dos tubos ou dos exames solicitados. O

domínio do conhecimento técnico do profissional torna-se fundamental, pois sem ele não será possível respeitar o processo de trabalho imposto pelas máquinas. A rotina jamais é alterada por intervenção do trabalhador.

Como se sabe, num processo de trabalho informatizado, a interferência do profissional é quase nula. Aqui está a expressão maior da transformação do trabalho vivo em trabalho morto; no entanto, a máquina só executa o trabalho com a interferência do trabalhador, pois sem o seu comando ela não dará o resultado correto do exame. Portanto, a afirmação de que a máquina substitui o trabalhador se transforma numa falácia – o que ocorre é a redução drástica do número de profissionais e a intensificação do trabalho em razão do elevado número de exames solicitados, diante do alto índice de atendimento no hospital.

Vale ressaltar que os técnicos que operam essas máquinas têm mais de trinta anos de profissão e, hoje, consideram-se apenas meros apertadores de botões, pois, como afirmam, são profissionais formados à moda antiga – em outras palavras, foram formados em bancada.

Muitas vezes, esse processo de formação envolve interesses contraditórios. Por um lado, os requisitos exigidos dos profissionais, pelo mercado de trabalho, definem o perfil do trabalhador, obedecendo à lógica capitalista, preparado para empregabilidade com habilidades e competências para absorver as instantâneas mudanças no processo de trabalho. Por outro lado, esses profissionais têm a responsabilidade e o compromisso ético de ter uma formação que compartilhe de uma política de saúde, que atenda às necessidades da população numa rede de serviços de saúde com qualidade (TRAVASSOS, 2004).

## **2.2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa**

Os técnicos em enfermagem se caracterizam por ser uma categoria de trabalhadores predominantemente feminina. A idade varia entre 23 e 38 anos, e estão divididos, proporcionalmente, entre solteiros e casados. A família é composta de até cinco pessoas, com renda familiar de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00. A matriz familiar (pai e mãe) tem nível de escolaridade média – somente duas famílias apresentam escolaridade de nível

superior. A maioria mora nos subúrbios do Rio de Janeiro e no Grande Rio, em moradias alugadas e financiadas. Um grupo majoritário se autodeclarou pertencer à cor ou raça branca, em seguida parda e, por último, negra, segundo as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos são técnicos de nível médio e cursaram, na mesma proporção, escolas públicas e privadas. Entre eles, somente dois concluíram seus estudos de graduação e apenas um cursou a pós-graduação *lato sensu*. Várias são as razões que os levaram a optar pelo curso técnico em enfermagem; a principal é ter uma profissão que lhes permitisse a inserção imediata no mercado de trabalho, principalmente no setor público. Todos foram unânimes em afirmar que o grande objetivo era a estabilidade no emprego. Consideram bom o salário que recebem, se comparado ao setor privado.

Muitos tiveram êxito imediato na busca por emprego, pois foram admitidos por empresa privada; outros foram aprovados em concurso, ainda muito novos no exercício da profissão, no período que vai de três a seis anos de experiência profissional. Consideram o horário de trabalho compatível com o seu desempenho. Os fatores que mais interferem nas atividades profissionais são os psicológicos, em razão da grande carga de trabalho e do reduzido número de técnicos em enfermagem, o que desobedece às orientações do Conselho Nacional de Enfermagem, ao qual todos são filiados, embora somente dois trabalhadores sejam sindicalizados.

Eles consideram que o curso técnico em enfermagem lhes assegurou uma formação profissional, diante das exigências da área de saúde, suficiente para realizarem suas tarefas. Afirmam que os conhecimentos adquiridos durante a formação são utilizados de maneira integral e parcial, conforme o trabalho a ser realizado, mas, no cotidiano, nem sempre utilizam as técnicas que aprenderam durante a sua formação.

A habilitação técnica em enfermagem lhes proporcionou melhores condições salariais e segurança no emprego, assim como o reconhecimento social por pertencerem a uma categoria de trabalhadores da saúde, mesmo que a profissão seja pouco valorizada no mercado de trabalho.

Com idade entre 31 e 56 anos, os técnicos em análises clínicas formam um grupo mais experiente, com passagem por diversos serviços de saúde nas redes pública e privada. Estão divididos proporcionalmente entre homens e mulheres, assim como em

relação ao estado civil, com um reduzido número de filhos. Predomina entre eles a cor/raça parda e pertencem à matriz familiar, cuja escolaridade corresponde ao nível médio, com uma renda familiar compreendida entre R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00. Habitam em moradia própria nos subúrbios do Rio de Janeiro.

A opção pela habilitação técnica em análises clínicas deveu-se à oportunidade de emprego, e eles não encontraram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho logo após terminarem o curso. A formação profissional lhes proporcionou melhores condições de vida, não só pela condição salarial, mas também pela flexibilidade de horário, que facilita a composição com outros serviços.

Alguns profissionais têm graduação na área de saúde, embora estejam no exercício da função de técnico, pois se sentem seguros pela garantia do emprego, no caso dos estatutários; já os terceirizados, mesmo com a possibilidade de perderem o emprego, ocupam a função há mais de dez anos. O horário de trabalho é satisfatório, porque está de acordo com o desempenho da função. Os fatores financeiros e psicológicos são os que mais interferem na atividade profissional, sendo que as condições materiais para o trabalho são consideradas boas, com algumas deficiências na estrutura física do laboratório. Todos estão registrados no conselho profissional, porém distantes da vida sindical.

Quanto aos conhecimentos adquiridos na formação profissional, os trabalhadores foram unânimes em afirmar que os utilizam adequadamente nas atividades de trabalho, da mesma forma que os classificam como suficientes diante das tarefas realizadas no laboratório. Indicam que os trabalhadores de nível técnico, qualquer que seja sua habilitação, não são valorizados. Mesmo assim, houve uma acentuada melhora nas condições financeiras e no reconhecimento social pela importância do seu trabalho para os serviços de saúde.

### **2.3 – O itinerário formativo dos trabalhadores**

A formação dos trabalhadores de nível médio em saúde sempre foi objeto de discussão pelas entidades representativas da categoria, pelas instituições de ensino e pelo governo. A educação profissional passa a ocupar com destaque a agenda nos três níveis de

governo e se configura como uma política pública de âmbito nacional patrocinada pelo Ministério da Saúde, com imensos projetos que abrangem todo o território nacional e cuja finalidade é a formação de trabalhadores em grande escala. Tem caráter compensatório e aligeirado e está, geralmente, fora do sistema formal de ensino, criando um sistema paralelo de formação dos trabalhadores para a saúde.<sup>53</sup>

A trajetória profissional dos trabalhadores investiga a opção pela carreira na saúde, onde estudaram, quais as experiências anteriores e as qualificações adquiridas no serviço. A decisão pela carreira da saúde está ligada a uma ocupação que garanta um emprego após a conclusão do curso.

Eu não pensava em fazer enfermagem, tinha uma ideia completamente diferente na cabeça, só que eu precisava de uma resposta rápida de trabalho que me desse uma volta financeira rápida. E aí eu fiz o meu técnico em enfermagem pensando em passar no concurso público. E foi isso que aconteceu. Depois que eu terminei, em 2005, no mesmo ano passei no concurso público para o hospital (técnica em enfermagem – 01).

A opção pela carreira na área de saúde ocorre pela busca de uma profissão que lhe assegure um lugar no mercado de trabalho. Sem o prévio conhecimento do campo da

---

<sup>53</sup> “O PROFÁE foi desenvolvido em todo o território nacional no período de 2000 a 2003. O projeto tem investimentos de U\$ 370 milhões assim distribuídos: U\$185 milhões, oriundos de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e outros U\$ 185 milhões, retirados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional” (Brasil/MS/FORMAÇÃO, 2001, p. 10). O Programa de Formação de Auxiliar de Enfermagem (Profáe) visa à profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem, por meio de cursos de qualificação técnica profissional de auxiliar de enfermagem e complementação do ensino fundamental de todos aqueles que estão empregados na rede pública e privada de saúde sem a qualificação necessária para o exercício de suas funções. É pré-requisito para a qualificação profissional a conclusão do ensino fundamental, realizado com duração máxima de 18 meses. Como prioridade, as turmas serão formadas nos próprios locais de trabalho, para evitar a evasão. A organização dos cursos será de forma descentralizada com instituições habilitadas por processo licitatório promovido pelo Ministério da Saúde (BRASIL/MS/FORMAÇÃO, 2001, p. 10). “Para atender todo esse contingente de trabalhadores, o PROFÁE realizará cursos de formação pedagógica para docentes de educação profissional de nível técnico na área de enfermagem e sua meta é formar 12 mil enfermeiros docentes. O curso adota uma metodologia de educação a distância, na modalidade semipresencial, articulando teoria e prática ao longo de seu desenvolvimento. O projeto também pretende organizar o Sistema de Certificação de Competência voltado para os egressos dos cursos de qualificação profissional em auxiliar de enfermagem, cuja finalidade é reconhecer formalmente as competências demonstradas pelos egressos na realização de suas atividades profissionais. Ainda pretende incentivar a modernização das escolas técnicas e dos centros formadores de Recursos Humanos do SUS, promovendo o seu fortalecimento institucional e a capacitação técnico-gerencial, assim como o acompanhamento de sinais do mercado de trabalho em enfermagem com a implantação de um sistema de informação sobre o mercado de trabalho e a formação de recursos humanos do setor” (BRASIL/MS/FORMAÇÃO, 2001, p. 11).

saúde, das tarefas ou até mesmo das funções que cabem aos técnicos em enfermagem, esses trabalhadores, ao ingressarem nos serviços de saúde, se identificam com a profissão.

Eu comecei bem nova, por falta de opção mesmo, não sabia o que fazer. Foi no colégio que estudei o 2º grau que resolvi fazer, não foi por aquele desejo de criança. Foi mesmo falta de opção. No colégio tinha nutrição e enfermagem. Fiquei na dúvida entre técnica em nutrição ou enfermagem. Decidi por enfermagem. Não foi sonho, mas depois realmente gostei. Quando eu comecei a fazer o curso, aí passei a gostar. Identifiquei-me, cuidar de pessoas. (Técnica em Enfermagem – 04)

Na opção dos trabalhadores pela formação técnica, observa-se que eles consideram a educação funcional tal como os adeptos da teoria do capital humano, uma vez que, para o sistema capitalista de produção, o retorno econômico será imediato, enquanto a qualificação de força de trabalho, no seu sentido ideológico, esconde uma relação perversa ao projetar para o trabalhador uma carreira segura com bons salários, escamoteando a disputa pelo emprego por um grande número de trabalhadores disponíveis para livre escolha dos empregadores, quando desejarem substituí-los. Os trabalhadores ainda acentuam que a formação técnica em enfermagem lhes possibilita ingressar no mercado de trabalho com mais facilidade.

O que me levou a escolher a área de saúde? Não sei. Não sei. Eu acho que... Sei lá! A gente já nasce com isso. Porque na minha família não tem ninguém que é da área de saúde, só minhas irmãs, mas todas fizemos praticamente na mesma época. Sempre tive medo de sangue, sempre tive medo de entrar em hospital, mas uma hora da minha vida surgiu a enfermagem e abracei. Hoje só sei fazer isso. Também a área é muito boa. Pra gente é mais fácil de você estudar. Quando eu fui procurar o curso técnico, na época era enfermagem ou era informática. E eu preferi ir para o lado da enfermagem mesmo, que é uma área também mais fácil trabalhar, da gente entrar no mercado de trabalho (técnica em enfermagem – 06).

Os técnicos de enfermagem e de análise clínicas, oriundos de famílias de trabalhadores, não tiveram a influência de seus familiares na escolha da profissão, mas o que se observa é a escolha prematura na definição da carreira em razão da obrigação de fazer o curso técnico, após a conclusão do ensino fundamental. Isso demonstra que, de

acordo com a matriz familiar – em relação ao nível de escolaridade dos pais –, não houve mobilidade no que se refere ao nível de escolaridade dos profissionais, o que implica a categorização desses trabalhadores subalternos na dualidade estrutural típica da sociedade de classes, que nutre o modo de produção capitalista, pois está reproduzindo uma posição na escala social, mantendo os filhos na mesma posição dos pais.

Os estudos sobre mobilidade indicam que a ocupação é uma forma de definir a posição social de um indivíduo em uma dada sociedade. Esses estudos se fundamentam em base teórica que têm como perspectiva medir a mobilidade social, conforme as categorias ocupacionais existentes. Tais categorias indicam posições sociais mais complexas, que vão além do puro e simples exercício de uma profissão, porque têm sua origem na divisão de classes, e a família é um dos elementos fundamentais para a análise das desigualdades educacionais e sociais.

Bom, na verdade eu não tinha um parâmetro pra escolher. Tinha 15 anos... 14 anos na época. Queria me matricular no curso técnico. Na verdade eu escolhi a dedo, sem nenhuma perspectiva do que estava escolhendo, só por causa do curso técnico. Depois que eu entrei no curso, eu descobri que era um lado interessante de lidar com vida, mas a princípio foi mesmo aleatória essa minha escolha de técnico em enfermagem (técnica em enfermagem – 11).

A inserção no mercado de trabalho, após a habilitação técnica de nível médio, destaca que a história escolar, em relação à trajetória profissional, está distante da área de saúde, embora o nível técnico tenha sido uma opção intencional. Automaticamente, esses profissionais aumentam sua escolaridade, porém não ampliam seu nível de ação no serviço de saúde, assim como não alteram sua condição de classe.

O interessante nesse grupo de trabalhadores que tiveram formação profissional no ensino técnico regular, na idade de escolarização, é que eles não foram formados no serviço e passaram por processo seletivo para ingressarem no serviço público, o que indica que uma formação profissional sólida os conduz ao emprego com estabilidade até a sua aposentaria, que é o desejo explícito desses trabalhadores.

Os técnicos em análises clínicas, diferentemente dos técnicos de enfermagem, ingressaram no serviço público antes da Constituição de 1988, por isso não prestaram concurso. Tiveram uma formação de bancada e hoje trabalham em laboratório

informatizado com máquinas de última geração, o que, segundo eles, lhes dá uma grande vantagem em virtude do conhecimento adquirido nas práticas laboratoriais.

Em 78 eu consegui uma vaga no serviço público, no Ministério do Exército, fiquei lá até 89. Depois eu voltei a ser funcionário público de novo no Inamps, onde estou atualmente. Em 86 entrei na Secretaria Estadual de Saúde atual, também. Então tenho dois cargos públicos estadual e outro federal. Eu peguei época de fundamento, época de bancada. Você, para processar uma glicose, você levava 15 a 20 minutos, para fazer um hemograma, você levava quase meia hora. Hoje em dia, você tira uma glicose em 4 minutos, o hemograma em 2 minutos você faz, sem fazer a diferencial, é lógico. Então eu peguei bancada. Então eu tenho um fundamento não vou dizer muito bom, mas razoável em laboratório. Então, isso me dá uma boa margem dentro da minha profissão (técnico em análises clínicas – 01).

Até hoje, na formação dos técnicos em análise clínicas, predominam as práticas laboratoriais. As análises são feitas manualmente sob o olhar do aluno. Segundo os profissionais do laboratório, os novos trabalhadores ficam surpresos porque não vão trabalhar em bancada. Aqui há uma grande distância entre a escola e o mundo do trabalho, no caso específico da formação de técnicos em análises clínicas, o que, num primeiro momento, nos parece um paradoxo por não haver escola com laboratórios equipados – porque, de acordo com esses profissionais, que tiveram sua formação em bancada, é fundamental o domínio das técnicas de análises em cada procedimento dos exames.

A introdução das novas tecnologias transforma o conteúdo do trabalho, ao distanciar o trabalhador do objeto a ser transformado, reduzindo o tempo das atividades diretamente ligadas à produção, gerando o produto do trabalho cada vez mais destituído de sua materialidade, o que dificulta para eles penetrarem no cérebro das máquinas inteligentes. Desconhecedor desse processo, os técnicos de análises clínicas veem a relação trabalho e educação como simbiótica, em que esses termos estarão sempre juntos na sua trajetória profissional.

Os cursos, ainda hoje, não ensinam ninguém a trabalhar em equipamentos. Justamente para saber o que é utilizado na hora de fazer cada exame, o reagente que vai usar, quanto por cento. Uma diluição, o caso de

bioquímica, a glicose às vezes muito alta, você tem que fazer uma diluição para ter um resultado. Então precisamos passar por uma bancada. Os estagiários ficam um pouco assustados, porque eles não vão nunca trabalhar em bancada, não vão ter aquela experiência que eu tive um dia. Hoje em dia, por menos que seria o equipamento, todos os laboratórios e hospitais estão equipados, não tem mais bancada, a maioria é tudo assim (técnico em análises clínicas – 04).

Não ter formação em bancada não emperra a produção dos resultados dos exames, porque, com o contato com as máquinas, naturalmente os ensinamentos se voltam para a função que será executada e, com isso, a formação é transferida para a ocupação do posto de trabalho. Nesse caso, prevalece a formação que busca a produtividade guiada pelo princípio de racionalidade, que se traduz no empenho em atingir o máximo com o mínimo de dispêndio de custo e de tempo.

No entanto, para operar as máquinas, os técnicos são treinados pela empresa responsável pela instalação das máquinas – um treinamento, na sua forma mais elementar, sem qualquer preocupação com o conhecimento adquirido durante anos de trabalho. Porém, há um diferencial quando esse técnico veio da bancada, pois na sua formação as práticas laboratoriais são fundamentais para o entendimento dos processos das análises.

Com as máquinas modernas, a firma quando coloca o equipamento nós temos um treinamento para manusear. Agora, o principal mesmo para nós, que somos da antiga, é lá atrás, a bagagem que nós trouxemos lá de traz do manual, porque no manual você via as coisas acontecerem. (técnico em análises clínicas - 02).

O trabalhador demonstra total segurança no serviço do laboratório, exalta a eficiência do serviço de saúde com qualidade, realizado numa instituição pública.

Eu já estou com 34 anos fazendo laboratório. Quer dizer, eu peguei lá do comecinho que a gente fazia as análises em tubo de ensaio, manual... Hoje nós temos aqui no hospital os equipamentos de ponta. Aqui não deve nada a nenhum laboratório particular. O que eles têm no particular nós temos aqui, que é para poder dar o mesmo atendimento, a mesma qualidade. O que o particular der nós damos aqui no hospital. Então trabalho aqui no laboratório

de emergência... Porque nós temos dois laboratórios, de emergência e o laboratório da rotina (técnico em análises clínicas – 02).

Nota-se que mesmo as máquinas modernas jamais conseguem neutralizar o conhecimento que esses trabalhadores adquiriam durante longo tempo na profissão, o que lhes dá um segurança no ato de executar suas tarefas, conforme assinala Saviani:

As máquinas, como extensão dos braços e agora também do cérebro humano, não são mais do que instrumentos através dos quais o homem realiza aquela atividade, ainda que se trate de instrumentos capazes de pôr em movimento operações complexas, múltiplas, amplas e por tempo prolongado. Portanto, o criador desse processo, aquele que o domina plenamente e que controla em última instância, continua sendo o homem. Continua sendo um trabalhador. Seu trabalho consiste agora em comandar, controlar todo o complexo das suas próprias criaturas, mantendo-se ajustada às suas próprias necessidades e desenvolvendo-as na medida das novas necessidades que forem se manifestando (SAVIANI, 2000, p. 165).

Esse processo de acumulação de conhecimento no laboratório de análises clínicas decorre da formação de bancada dos técnicos que nele atuam, com o domínio de todo o processo de trabalho, que vai da coleta do material até a avaliação do resultado expedido pela máquina. Isso demonstra que, mesmo com a fragmentação do processo de trabalho, acentuada pela introdução de novas tecnologias no modo de produção capitalista, são as mãos dos trabalhadores que operam toda essa parafernália.

Por certo que o trabalho, mesmo nesse aspecto, continuará sendo uma prerrogativa humana, conservando-se a sua definição geral como atividade através da qual o homem, guiado por determinada finalidade, transforma o objeto por meio de determinados instrumentos (SAVIANI, 2000, p. 165).

## **2.4 – Os Técnicos em Enfermagem como sujeitos da pesquisa**

### **2.4.1 – A relação entre a formação profissional e o serviço de assistência à saúde**

Os depoimentos demonstram que os técnicos de enfermagem tiveram uma formação orientada pela concepção tecnicista de educação, cujo principal objetivo é reordenar o processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e eficiente, como se fosse um trabalho no sistema produtivo, em que os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade determinam as atividades de diferentes sujeitos, produzindo um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica, ao contrário, lhes é estranho.

Numa análise bem próxima do processo de trabalho na clínica médica, verifica-se que são as necessidades imediatas dos cuidados que reproduzem essas mesmas necessidades, em virtude do modelo de organização do processo de trabalho. Assim, tanto reiteram as necessidades de saúde e o modo como os serviços se organizam para atendê-las quanto podem criar novas necessidades e respectivos processos de trabalho, num movimento contínuo, sem que o trabalhador perceba quais as reais necessidades estão na compreensão da saúde como prática social e que ultrapassam a formação profissional especializada no campo da saúde. As necessidades humanas de saúde são ocorrências da forma de como está organizado o processo de trabalho (PEDUZZI, 2009; PIRES, 2008).

No campo da saúde, sempre foi acentuada a necessidade de os trabalhadores técnicos de nível médio terem o domínio de tecnologias atuais, por isso a formação profissional tem privilegiado a atualização de técnicas e de metodologias voltadas para o exercício profissional com a visão pragmática de atender às mudanças que ocorrem no sistema de produção capitalista. Qualquer esforço de formação trabalhadores capazes de compreender, de maneira crítica, as alterações que ocorrem no processo de trabalho encontram resistência devida ao processo de trabalho em saúde está organizado sobre lógica do capital.

Assim, a relação ensino-serviço se dá pela oferta de curso de curta duração em serviços, com a denominação de Educação Continuada, com cursos de reciclagem, atualização, aperfeiçoamento. Com proposta de formação, a curto prazo e baixos custos,

seu objetivo é habilitar profissionais treinados para tarefas imediatas, cujos conhecimentos perdem seu significado pela própria mudança no processo de trabalho.

O hospital oferece formação em serviço em cursos de curta duração. Geralmente são palestras voltadas para a prática do cuidado dos pacientes, que é o objeto central da prática de enfermagem. Os cursos são ministrados por especialistas em determinada área da saúde.

Tem os cursos que eles oferecem de vez em quando. É uma palestra que eles dão, mas é uma palestra que acontece uma vez a cada dois meses, uma vez a cada três meses. Mas são cursos muito repetitivos. Então, por exemplo, eu assisti um curso quando eu entrei sobre diluição de medicações, no final do ano passado teve esse curso de novo, e era a mesma teoria, a mesma coisa, então acaba desgastando muito, muita gente não vai exatamente por conta disso (técnica em enfermagem – 09).

Mesmo que os profissionais formados em cursos técnicos de saúde adquiram conhecimentos e habilidades compatíveis com as funções que lhes serão exigidas no exercício da profissão, que exista conexão entre os currículos e a realidade do processo de trabalho, que a experiência adquirida nos estágios curriculares obrigatórios procure articular o conhecimento escolar à realidade, é a prática em serviço que vai moldando o profissional, ou seja, é no exercício da profissão que se adquire o conhecimento técnico. A prática se sobrepõe à teoria, visto que, no processo de trabalho em saúde, os conhecimentos teóricos ficam distantes dos procedimentos pelo imperativo da técnica.

Aprende na prática, só na prática, aquilo que não se aprende no curso. Na traqueostomia tem a cânula e a subcânula que você tira para limpar. Porque no curso a gente tem um boneco e tudo, mas o boneco não é traqueostomizado. Deviam botar um boneco traqueostomizado. Tem um boneco que você passa sonda. Que ele é hermafrodita, para você aprender tanto no homem como na mulher. A traqueostomia eu já sabia desde o hospital do Estado, porque eu trabalhava em clínica cirúrgica, clínica cirúrgica faz muita traqueostomia (técnica em enfermagem – 04).

Com uma formação direcionada para a execução das tarefas, desvinculada da realidade, o técnico em enfermagem demonstra total desconhecimento do sistema de saúde, tampouco estabelece a relação de que a camada mais pobre da população, quando

busca os serviços públicos de saúde, se depara com as instituições em estado precário. Então esse técnico aponta, como principal obstáculo, a falta de material adequado para aplicar o que aprendeu durante sua formação profissional. Não percebe que o distanciamento entre ensino e serviço é fruto de uma visão de educação em que o conhecimento adquire uma função utilitária, já que os conteúdos selecionados estão direcionados, prioritariamente, para a prática profissional. As técnicas são completamente esquecidas para darem lugar às adaptações.

Hospital do estado é muito carente como todos os hospitais públicos, principalmente quando, no curso, você aprende na arrumação de cama direito com cinco ou seis lençóis. A gente tem um lençol que a gente amarra nas pontas. E muita falta de material adequado para trabalhar. A teoria é totalmente diferente da prática. Na prática você tem que improvisar muito, é muita improvisação. Não sei no hospital particular, porque eu nunca trabalhei em hospital particular, mas em hospital público é muita improvisação (técnica em enfermagem – 04).

Torna-se evidente que o processo de aprendizagem e de qualificação técnica para o exercício profissional em enfermagem está diretamente ligado à execução de tarefa em cada procedimento do cuidado, que o qualifica para o trabalho por meio de um processo pedagógico próprio, em que as técnicas são produzidas no ato de cuidar, e assume característica de conhecimento tácito adquirido no próprio processo de trabalho, já que o domínio das tais técnicas não se relaciona com o conhecimento teórico.

Foi a experiência do dia a dia, a prática do dia a dia, e contando com as colegas mais experientes passam, assim como se passa para quem entra, mas quando sai do curso, sai ruim mesmo. Por mais que o curso seja bom, o que conta muito na área da saúde é a prática, tem muita coisa que se vê na teoria que não é aplicado na prática. Não que influencia no procedimento, mas sim na disponibilidade do material que você tem que trabalhar no setor. O grande problema fica mesmo é ao desenvolver a técnica (técnica em enfermagem – 11).

As adaptações são inevitáveis para evitar erros e não colocar a vida do paciente em risco. O trabalho do técnico em enfermagem torna-se indispensável para manter o paciente em estado de saúde, que o mantenha com vida durante o período em que se encontra sob a

responsabilidade da instituição de saúde. Quanto ao cuidado com o paciente, não tem como improvisar. As técnicas devem ser adequadas, com os respectivos materiais necessários aos procedimentos.

A gente aprende tudo muito correto, muito certinho. Quando chega para trabalhar não é isso que tem para trabalhar. No caso aqui, pelo menos no hospital, é mais por falta só de materiais... Como é que eu vou explicar? Algumas coisas a gente ainda continua a fazer direitinho, mas em relação a cuidados direto com paciente já fica mais difícil (técnica em enfermagem – 03).

Entre os técnicos de enfermagem, há total decepção em relação ao exercício da profissão na instituição de saúde, pois eles não conseguem aplicar o que aprenderam durante a formação profissional. Para o aluno em formação, o problema já começa no estágio profissional, tal o espanto que tem com as condições em que se encontra o serviço de assistência à saúde.

Mas só que você se decepciona um pouco, porque aprende uma coisa na escola, quando vai colocar em prática não é bem assim, não tem os recursos para fazer cumprir o seu trabalho da forma como aprendeu (técnica em enfermagem – 01).

Você aprende. O meu curso foi muito técnico mesmo, a gente tinha prova de fazer cama, prova de procedimento, todo dia era uma prova, e a gente realmente tinha que saber. Quando eu cheguei para fazer o estágio, foi um choque horrível, porque tudo que eu aprendi nada era feito (técnica em enfermagem – 02).

A relação ensino-serviço tem correspondência com a finalidade do modo de produção capitalista, no sentido de reproduzir e ampliar as relações de produção. A relação ensino-serviço se define como técnica quando exige do profissional determinados procedimentos para executar o trabalho, sem interferir na sua concepção, por ser um trabalhador individualizado de execução de tarefas determinadas pelo processo de trabalho. Essas tarefas também são definidas quando as relações sociais determinam as condições do trabalho, ou seja, nas relações jurídicas e nas obrigações contratuais.

Portanto, é no interior do processo de trabalho que se obtêm a formação e as qualificações requeridas, e não durante a formação profissional na instituição de ensino. No entanto, é essencial, para o capital, o domínio da técnica para a produção. Contudo, o que lhe interessa é uma formação disciplinadora da conduta do trabalhador, o que impede a postura crítica para o entendimento de que a assistência à saúde está diretamente ligada à sociedade de classes. Toda a preocupação do técnico em enfermagem está no sentido funcional da técnica incorporada pela fraternidade do ato de cuidar.

## **2.5 – A organização do processo de trabalho em saúde na clínica médica**

### **2.5.1 – A rotina**

No processo de trabalho em saúde, como em outros processos do setor de serviços, não há uma distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, como ele se apresenta no sistema de produção, mas sim uma divisão de trabalho introduzida pelas mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão – as quais afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços que, cada vez mais, se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados (ANTUNES e ALVES, 2004).

No trabalho em saúde, os instrumentos materiais são os equipamentos médicos, os medicamentos, o material de consumo e as instalações físicas de ambientes hospitalares. Já os instrumentos não materiais são os saberes, que se articulam em determinadas situações de execução entre os sujeitos do processo de trabalho e os instrumentos materiais. Essas são as ferramentas principais da relação teoria e prática em saúde, que permitem a apreensão do objeto de trabalho, ou seja, as necessidades humanas de saúde. No entanto, numa dimensão micro do cotidiano do processo de trabalho, na clínica médica, a prática dos técnicos em saúde está inserida na produção e no consumo dos serviços de saúde, que reproduzem uma dinâmica que envolve os trabalhadores numa alienação do processo de trabalho, que deleneia os procedimentos na divisão de trabalho instituída por uma rotina determinada pela racionalização, conforme acentuam ANTUNES E ALVES (2004, p. 33):

(...) com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em consequência dessas mutações, várias

atividades no setor de serviços, anteriormente consideradas improdutivas, tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital.

O que ocorre muito é que a rotina acaba sendo um poste, entre aspas, involuntariamente, porque se você não tem essa rotina, acaba se perdendo no meio do caminho... A rotina acaba sendo indispensável, você não tem como fugir dessa rotina (técnico em enfermagem – 08).

A rotina no trabalho de enfermagem inicia-se na passagem de plantão. Ela está organizada conforme os procedimentos definidos pela enfermeira supervisora. Pode-se observar que a rotina é estabelecida pela organização do processo de trabalho, de forma que não há um modelo instituído ou discutido pelos grupos para realizarem os procedimentos, não há um estudo de modelo de organização que oriente a rotina na clínica médica. Durante o período de observação, não foi detectada nenhuma mudança na rotina que provocasse alguma estranheza aos técnicos de enfermagem.

Fica um pouco confuso se não tiver um cronograma do dia, porque o nosso trabalho é baseado na prescrição. A prescrição tem horário das medicações, tem horário dos sinais vitais, tem horário das curvas de temperatura, curvas de pressão. Então você tem horários determinados. Se faz o banho dos pacientes na parte da manhã, é porque o horário que temos mais disponibilidade e fica mais confortável para o paciente também. Se der o banho à tarde e deixar a medicação das 12 horas para as 18 horas, das 18 horas para fazer às 24, fica confuso. Fica confuso e não vai seguir a prescrição. A medicação não vai fazer o efeito que deveria fazer. Então, por isso a gente precisa de um cronograma (técnica em enfermagem – 01).

Organizar o tempo significa estabelecer uma rotina que oriente o trabalho durante o plantão. É uma segurança para que os procedimentos não deixem de ser realizados. O tempo é aqui entendido como o momento em que cada ato tem sua finalidade na assistência ao paciente, e não como uma forma de organização do processo de trabalho.

Ah! Deixa-me entender se é bom ter uma rotina. Não, é bom você ter uma rotina porque organiza o tempo. Nessas 12 horas eu tenho aquelas coisas

pra fazer. O que se consegue organizar, que essa hora é do banho, hora da medicação, então a rotina é bom por causa disso. Porque te ajuda a organizar o seu tempo. Existem 12 horas para trabalhar. Às vezes acha que é muito, mas é pouco, às vezes é muito pouco, a gente não para, fica o dia inteiro em pé, não consegue parar. Parece que 12 horas é muito, quando está em casa parece que é muito, mas quando você está aqui é muito pouco. Eu acho que é bom por causa disso, porque te ajuda a organizar o tempo (técnica em enfermagem – 06).

Os técnicos de enfermagem demonstram que a rotina se faz necessária nesse processo de trabalho, pois qualquer alteração implica a realização dos cuidados mesmo assim. Ainda que a rotina torne o serviço cansativo, não há como escapar dela.

Olha, é cansativo fazer todo dia, mas a rotina é o banho, é uma coisa que não tem como mudar, banho... Daqui a pouco tem horário de medicação, não pode mudar, não tem como mudar. A clínica médica requer isso, porque se fosse uma maternidade, ganhou neném, acabou. Aqui o paciente continua, ele está acamado, ele precisa todo dia de um banho, da higiene, daqui a pouco a medicação. É aquela rotatividade, tem que ser aquela rotina mesmo (técnico em enfermagem – 10).

## **2.5.2 – O rodízio no trabalho de enfermagem**

Outros trabalhadores apontam a necessidade do rodízio na unidade clínica, que lhes permitiria superar o desânimo, ou o fato de estarem preparados para uma eventual mudança de setor. Também indicam que a rotina os impede de desenvolver outras habilidades, assim como conhecer a organização de outros processos de trabalho, e que o rodízio os levará a passar por outras experiências profissionais. A alternância aliviaria o esgotamento devido ao longo tempo executando tarefas num mesmo setor.

Olha, rotina tem, mas depende da forma de como está trabalhando. E depende do setor também. A rotina é a básica. São os medicamentos, sinais vitais, essas coisas, assim, é sempre a mesma coisa, mas que depende de setor para setor. Eu acho que a pessoa está mesmo cansada da rotina de um setor, de uma clínica médica. Seria bom, sei lá! De repente ser transferido para a emergência... Assim, sempre ter esse rodízio para não ficar muito pesado. A pessoa começa a ficar nessa rotina direta, acaba se desanimando... Então seria bom um rodízio. Sei lá! Mudar de unidade, ir um pouco para uma emergência,

trabalhar um pouco no CTI, conhecer o centro cirúrgico, uma central de material... Mesmo que seja um mês, fica um mês naquele setor, fica um mês no outro. Porque é bom porque se houver necessidade você vai para um outro setor, não vai ter tanto problema. Porque fica chato estar sempre no mesmo setor... É a mesma coisa, vai para o CTI, também começa a pegar rotina. Eu acho que deveria ter um prazo, uma sugestão seria um prazo, por exemplo, três meses... Fazer rodízio no hospital. Eu acho que seria muito bom (técnico em enfermagem – 07).

Surpreso com a possibilidade de um rodízio, o técnico em enfermagem demonstra contentamento pelo fato de pode haver integração entre os trabalhadores do hospital. O motivo do espanto foi o fato de as equipes do plantão da unidade clínica não se encontrarem para discutir o processo de trabalho em enfermagem em razão da escala de plantão. É sempre bom frisar que esses trabalhadores pouco se conhecem, e sua comunicação se dá pelo livro de ocorrência.

Nunca passou na cabeça. O que se fala muito é ter um rodízio entre clínicas. Porque tem os plantões e tem gente nessa rotina. Você não vê nada diferente, você não vê melhora naquilo que você está fazendo, não vê melhora. O que a gente fala é se esse mês essa equipe está aqui na clínica médica, mês que vem vai estar no transplante, outro mês vai estar... Isso que se pensa, de ter uma rotina. O hospital fazer um rodízio com os funcionários. Isso vai ser demais interessante, você ter um rodízio, uma interação entre as equipes (técnico em enfermagem – 11).

Os trabalhadores, degradados pelo intenso desgaste físico e mental que o trabalho em saúde lhes impõe, durante todo plantão – o que não seria diferente nas relações de produção capitalista –, se envolvem num processo de mitificação da integração pela possibilidade da implantação de um sistema de rodízio na instituição. Desconhecem que a própria natureza do rodízio não os levará à redução do tempo de trabalho; pelo contrário, seu entusiasmo será mais uma forma de aumentar o volume de trabalho no mesmo espaço de tempo.

### 2.5.3 – Autonomia e conhecimento

Ampliar o conhecimento é a principal característica destacada pelos trabalhadores. Para eles, o processo de trabalho levará à mudança do perfil profissional do técnico em enfermagem para uma formação mais ampla, que o capacite a executar as tarefas mais complexas, chegando ao patamar de um enfermeiro.

Cada dia ele tem que conhecer mais, estudar mais as doenças, cada dia surgem doenças com sintomas terríveis. O técnico vai ter que se preparar mais para poder cuidar do doente que estão ficando mais críticos. As doenças piorando e o técnico em enfermagem terá que se preparar cada vez mais, não vai poder ficar mais estacionado. Como era antigamente, a atendente teria que estudar para ser auxiliar, depois a auxiliar praticamente está acabando, vai estudar para virar técnico, daqui uns anos eu acho que o técnico vai ter que estudar para ser enfermeiro, porque do jeito que está aí por aí, eles estão querendo acabar... Acabar não, que o técnico cada vez evolua mais (técnico em enfermagem – 04).

Ampliar o conhecimento significa ter mais autonomia, estar preparado para executar tarefas mais complexas, sem a necessidade de intervenção do enfermeiro. A autonomia aqui não se refere ao limite imposto pela relação hierárquica de subordinação, mas sim à ampliação do conhecimento técnico, que fundamenta as tomadas de decisões e a organização do trabalho, favorecendo a qualidade da assistência e a maior segurança no ato do cuidado.

Eu acho que tinha que ser quase chegando ao nível superior, mais ou menos isso. Precisamos de mais tempo para fazer um curativo que a gente sabe, não precisa de um enfermeiro. Acho que é mais ou menos isso. Eu acho que poderia ser um pouco mais... Não é minha autonomia, mas eu acho que a gente poderia ter um pouco mais de estudo mesmo, mais conhecimento. E mais conhecimento e mais autonomia, eu acho que seria legal (técnica em enfermagem – 03).

Outra característica destacada está ligada à solidariedade. O técnico em enfermagem, antes de tudo, deve ser uma pessoa solidária para o exercício profissional. Não basta somente o domínio técnico; seu envolvimento com os pacientes exige um comportamento solidário.

Esse comportamento solidário pode ser explicado pela divisão social do trabalho, em que Durkheim (1999) expõe que o comportamento econômico dos indivíduos é determinado por normas e regras morais, que mudam com a transformação da sociedade. Esses fatores institucionais influenciam o desenvolvimento econômico, bem como são por ele influenciados. Para Durkheim, o individualismo, no sentido da existência de indivíduo racional, capaz de prever com exatidão os seus interesses particulares e agir em conformidade com esses interesses, é um fenômeno recente e gradual, constitui somente uma característica da sociedade moderna capitalista e nasce como fruto da evolução da própria sociedade. Nas sociedades mais antigas, o comportamento individual estava fortemente condicionado por regras sociais que não permitiam o desenvolvimento da esfera privada.

Vejam como é destacada a característica principal do técnico em enfermagem:

Ah, o perfil, antes de tudo, tem que ser solidário. Eu acredito que todo ser humano tem esse dom da solidariedade dentro, mas cada um tem uma personalidade diferente, então um pode ser mais solidário que o outro. O principal para o técnico em enfermagem é ser solidário. Tem que ter força de vontade para o aprendizado, porque vai melhorando conforme o tempo, mas não adianta ser só técnico e não ter essa solidariedade. Agora, se não tem condições de administrar ou ver sangue, não dá. Eu acredito que seja só solidariedade mesmo (técnico em enfermagem – 07).

É interessante observar que a dimensão ética ultrapassa o saber técnico necessário para o bom desempenho desse técnico, pois o compromisso ético se estabelece pela solidariedade dos profissionais.

Ainda segundo Durkheim (1999), para se constituir uma sociedade é necessário que se estabeleçam, entre os indivíduos, determinados laços de solidariedade, que podem assumir duas formas: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

A solidariedade mecânica se estabelece por semelhança, e quando essa forma domina uma sociedade, significa dizer que as diferenças entre os indivíduos não são perceptíveis. Todos se assemelham porque vivem os mesmos sentimentos, aderem aos mesmos valores, reconhecem o mesmo ente sagrado. A sociedade é coerente porque os indivíduos ainda não se diferenciaram.

Já a solidariedade orgânica é a forma oposta à mecânica; trata-se da própria expressão das diferenças, pois os indivíduos já não são semelhantes. Desse modo, cada indivíduo desempenha uma função própria e diferente dos demais, mas todos são indispensáveis à vida social. A solidariedade orgânica é estimulada pela divisão do trabalho que alimenta o sentimento de dependência recíproca entre os sujeitos conforme sua função ou especialização.

Para Durkheim, a educação é um dos mecanismos que fomentam a regulação da divisão social do trabalho. Em cada sociedade e a cada momento histórico, haveria um tipo de regulador da educação, ao qual os indivíduos estariam submetidos, mesmo que esboçassem alguma resistência. Historicamente, a educação tem correspondido às variações dos estratos sociais, logo, à sua condição de classe. Nesse caso, cada profissão requer domínios e conhecimentos especiais. A função da educação, na regulamentação das diferenças, jamais será igual e a mesma para todos, afirma Durkheim: “Toda e qualquer educação, a do rico e a do pobre, a que conduz às carreiras liberais, como a que prepara para as funções industriais, tem por objetivo fixar essas ideias na consciência dos educandos” (DURKHEIM, 1999, p. 40).

A educação, para Durkheim, deveria acompanhar a dinâmica da sociedade, tornando-se mais específica e diversificada de acordo com as diferentes funções a serem desempenhadas pelos indivíduos. Isso implica formas de subordinação à ideologia da classe dominante na sociedade moderna e enfatiza a dualidade estrutural da divisão capitalista do trabalho, que determina a formação especializada, a diferenciação das profissões e a multiplicação das atividades industriais.

#### 2.5.4 – O cuidado em saúde

As atividades de enfermagem, pela sua natureza e importância, incluem uma avaliação técnica. O banho, por exemplo, é um momento importante para a integridade física do paciente e para detectar, antecipadamente, problemas que afetam a sua mobilidade. A verificação dos sinais vitais vai além de uma atividade de anotar dados ou sintomas: envolve habilidades e discernimento técnico em relação às alterações que ocorrem no paciente, por isso cabe aos técnicos de enfermagem uma avaliação diária das condições de saúde dos pacientes.

O cuidado é o que se faz diretamente com o paciente, o banho, o curativo. Executar o que está na prescrição, os sinais vitais, as medicações, mudança de cúbito. O paciente que está acamado, a gente precisa virar o paciente de posição, de duas em duas horas, de quatro em quatro horas, dependendo do estado do paciente. É isso, é o que a gente faz diretamente com o paciente (técnica em enfermagem – 01).

Para os técnicos de enfermagem, o cuidado em saúde ultrapassa a avaliação técnica das condições do paciente. Por estarem sempre junto ao paciente, estabelecem uma relação mais íntima que os levam ao envolvimento pessoal, tornando-os confidentes.

Pra mim, o cuidar no paciente é desde a parte física. O cuidado físico, não machucar, não cair, não estar sujo, da parte nutricional, se está se alimentando, se bebeu água, a parte fisiológica, se está evacuando, urinando, e a parte também psicológica. Porque é o profissional que está o tempo inteiro. Ele que vai à enfermaria, que ver quando está com dor, muitas vezes é ele que ver chorar, ver se tem algum ataque de nervosismo, porque trabalha com meninas novinhas, 16 e 17 anos, geralmente são mais abertas, que dão ataque de histeria, porque está estressada, são novas, podiam estar fazendo mil coisas e estão aqui. Essa parte do psicólogo é muito pesada, mas é uma parte que o técnico de enfermagem fica bastante tempo. Tanto é que tem coisas que as pacientes não

falam para os médicos, elas falam pra você. E aí você que tem que passar para o médico (técnica em enfermagem – 02).

A grande dificuldade está na busca do equilíbrio entre o cuidado e o envolvimento pessoal. A eterna busca pelo equilíbrio também é um fator de desgaste para o profissional, ou seja, o trabalho em enfermagem vai além do domínio das técnicas do cuidado. Todo esse movimento de escuta é o diferencial desses profissionais em relação aos demais, principalmente em relação aos médicos e a outros profissionais, por não viverem o dia a dia dos pacientes, conforme acentua Pinheiro (2009, p. 113):

O cuidado em saúde é uma dimensão da integralidade em saúde que deve permear as práticas de saúde, não podendo se restringir apenas às competências e tarefas técnicas, pois o acolhimento, os vínculos de intersubjetividade e a escuta dos sujeitos compõem os elementos inerentes à sua constituição. O cuidado é uma relação intersubjetiva que se desenvolve em um tempo contínuo, e que, além do saber profissional e das negociações, é a inclusão do saber, dos desejos e das necessidades do outro.

O cuidado é uma relação intersubjetiva, porque os técnicos em enfermagem ao compreenderem que o indivíduo só pode constituir-se como homem e, nessa condição, como sujeito dos seus próprios atos na relação cotidiano com os outros homens, ou seja, o profissional, e somente nessa condição, quando se reconhece que a subjetividade se manifesta como indissociável da intersubjetividade (SAVIANI, 2004b). Portanto, nos procedimentos do cuidado em saúde, o paciente é um indivíduo concreto como síntese nas relações sociais próprias da sociedade em que vive, cuja condição de vida o colocou na relação de cuidado no processo saúde-doença.

Mesmo com relação ao domínio do modelo biomédico, orientado pelo saber clínico da medicina e centrado na assistência individual, a conexão entre as dimensões individual e coletiva, do processo saúde-doença, não é impedida. Isso possibilita que se pensem alternativas para a construção de modelos para a atenção integral à saúde – alternativas essas que deverão trazer a prevenção e a promoção em saúde, assim como diferentes formas de implementação da política de assistência à saúde nas diversas esferas de governo.

### 2.5.5 – A convivência com o óbito

A convivência com o óbito leva o técnico em enfermagem ao ápice da alienação no processo de trabalho em saúde. Nesse momento, ele não identifica seu envolvimento no processo de trabalho, não tem consciência de sua própria situação, não se reconhece como sujeito da história, pois perdeu a condição de sujeito de seus próprios atos, da materialidade do seu trabalho.

O óbito transforma a sua capacidade de agir em um sentimento de inpotência. Para o técnico em enfermagem, o trabalho torna-se alienado, porque o trabalhar deixou de fazer parte da sua própria natureza e nele não se realiza, mas nega-se a si mesmo, está sempre com uma sensação de sofrimento, pois dificilmente encontra conforto ou bem-estar. Por conta disso, não desenvolve suas energias mentais e físicas, portanto só se sente bem quando encerra o plantão. O processo de trabalho em saúde, mesmo como ato de cuidar, está sob as condições do sistema capitalista, no qual o trabalhador se distancia de suas faculdades criadoras (FROMM, 1983; MARX, 2004).

Não há referências, durante a formação profissional do técnico em enfermagem, sobre como lidar com a morte, embora seja um fenômeno ao qual esse profissional está exposto diariamente e com o qual deveria saber trabalhar. Esse aprendizado se dá no campo da prática, quando o profissional começa a perder os pacientes sob seus cuidados. O técnico demonstra desequilíbrio emocional diante do óbito, e o que aprendeu ainda é insuficiente, pois passa pela experiência de vida de cada um, pela convivência com o ato de morrer dos pacientes. Trata-se de um aprendizado solitário e vem da necessidade individual de cada profissional que, no seu dia a dia de trabalho, convive com morte, à qual não se habitua, pois lidar com ela é doloroso, acompanhado de muito sofrimento que leva ao processo de mecanização das ações.

Uma vez já me fiz essa pergunta. Eu cheguei numa situação que eu me fiz essa pergunta. Tem horas que a pessoa não quer que ninguém morra, que tenha alta e vá para casa. Só que às vezes a pessoa morre, morre tanta gente... Depende do lugar que você trabalha, aqui morre tanta gente que você começa achar que é normal. Aí começa a não ter mais sensibilidade. Bom, eu falo por mim. Uma vez eu fiquei assim: “Gente, mas eu não posso me acostumar a isso, porque isso não é uma coisa normal.” O serviço... É o que eu falo, a rotina às

vezes acaba aceitando aquilo como uma coisa normal, mas não é. É isso que tem que lutar todo dia pra não ser uma coisa normal. Ainda mais aqui dentro do hospital essa parte do óbito. Dependendo do lugar que você trabalha, no hospital, tem muito óbito (técnica em enfermagem – 11).

O técnico em enfermagem é o profissional da saúde que assiste o indivíduo em todas as fases de sua vida no ambiente hospitalar. Esse contato diário faz estabelecer uma relação mais próxima com o paciente pelo ato de cuidar. Geralmente, o técnico não está preparado para enfrentar uma situação de perda do paciente, nem sabe lidar com os seus sentimentos quando o cuidar não envolve uma morte digna, pois tanto o paciente quanto a família buscam no técnico em enfermagem o apoio e a assistência. Preparado para promover a vida e cultivar a saúde, esse profissional não sabe como reagir diante da morte do outro. A morte reflete o limite da sua capacidade profissional.

Naturalmente há o envolvimento de caráter profissional pelo ato de cuidar; há sempre afinidades em consequência das reciprocidades, que criam um elo entre profissionais e pacientes suficiente para que a ausência do paciente gere um vazio ou até mesmo um sentimento prolongado de perda, dependendo do grau de envolvimento entre eles.

Eu acho que no começo era um pouco mais difícil conviver com isso. Quando comecei era um pouco mais difícil, porque ainda ficava muito tempo pensando. Mas, claro, que agora não é que eu não sinta nada. Tem paciente que se apega, paciente que te chama pelo nome, que você conhece a sua história. Que a gente chora quando o paciente morre, mas a maioria das vezes a gente tenta, é difícil, tenta se manter um pouco distante. Pra não sofrer tanto. Porque senão a gente acaba levando isso pra nossa vida. Falo até em casa que meu cansaço não é tanto físico, é muito emocional. Estava conversando com as meninas. Um dia a gente estava até rindo porque tem uma personagem num desenho animado que é a “vampira” do X-Men. Todo mundo que ela toca, ela pega uma característica daquela pessoa, parece que é assim, que cada um que está aqui dentro parece que levamos um pouco. Então quando o clima está muito pesado, o plantão fica diferente. O plantão fica estranho, o plantão fica um plantão diferente mesmo. Então é difícil (técnica em enfermagem – 06).

Criar um mecanismo de defesa ou de autoproteção diante da morte significa, para os técnicos em enfermagem, controlar os sentimentos de angústia e diminuir o envolvimento com o paciente para manter uma certa distância. Lidar com os sentimentos da morte é muito difícil, o que pode não ser aceito de maneira consciente, mas que emerge inconscientemente, evidenciando, nos seus atos, o que pode estar relacionado com a incapacidade de lidar com seus próprios temores da morte.

Ela diz que fiquei muito fria, que eu não era assim. Eu falei: “Não, mãe, não, não é que a gente ficou fria, a gente acaba...” A gente respeita muito aquele ser ali, tanto que briga muito quando se vê determinadas situações por aquele que já foi, mas é uma forma muito de autoproteção.

Acho que você pegou o caso da ..., no ano passado. Aquela menina... Ela rodava, ia e vinha, ia e vinha. Aquilo é um óbito que todo mundo sentiu, mas a gente não pode... Como que eu posso te explicar? A gente não pode... Eu não posso trazer isso pra mim. Porque além da ... eu tive a ..., que eram meninas de 15 anos. A gente está com a ..., com 14 anos, e são todas pacientes que estão indo. Então isso a gente sabe, como profissional você sabe que ela está indo. Que está chegando a hora. Se eu for chorar cada um deles, a minha mente já não aguenta, não suporta. Tenho 27 anos e com certeza ainda vou trabalhar muito tempo. Eu falo pra mim, mãe: não é que eu não sinta, mas eu tenho que me proteger de alguma forma. A troca de pacientes na clínica, ela é um pouco mais lenta do que em outros setores, então você acaba realmente tendo muito contato com os pacientes. Eu tive uma paciente que ficou internada aqui um ano. Um ano ela e a filha o tempo inteiro. Muita coisa. Quando ela saiu daqui, ela saiu, sim, mas já saiu, infelizmente, para Papai do Céu. Então a gente sente, mas não pode simplesmente sentar com o filho e chorar.

É isso que a gente costuma falar muito, lidar com as pessoas, conhece a sua história, sabe tudo, mas a maioria dos técnicos vê isso aqui como trabalho, não pode levar para o lado pessoal, senão eu vou chorar, vou chorar, vou chorar... Abala, abala. É isso que eu estou te falando, às vezes eu chego em casa e a minha vontade é sentar e ficar ouvindo música chorando. Se você parar para analisar, tem muito técnico de enfermagem em estado depressivo. Você lida com a morte diariamente. Mas a gente tem que tentar de uma forma ficar assim: “Eu sou superior” (técnico em enfermagem – 09).

O envolvimento é muito grande, cuida-se de pessoas durante um longo período, os cuidados, imediatamente antes da morte, continuam sendo prestados, o que contribui para a dignidade do ser humano. Com dificuldade para lidar com a morte, os técnicos de

enfermagem buscam formas de se proteger da situação quando lidam com pacientes terminais, para não sofrerem diante de sua morte.

(...) Assim, trabalho um pouco frio nessa parte, porque tem que ter calor humano para estar nos cuidados, mas tem que ser frio ao mesmo tempo. Não pode nem ser muito frio com o paciente, nem muito caloroso com ele. A gente acaba sofrendo também, fica triste principalmente quando o familiar está perto. Tem que ficar na medida, tem que ficar equilibrado. Se tratar do paciente meio triste, ele vai acabar ficando mais deprimido, isso não gera um desconforto para quem trabalha só vendo gente. Está entre a vida e a morte. O paciente tem duas saídas aqui, ou vai pra casa ou entra em óbito, não tem outra saída. A gente está num extremo. É como se fosse também uma maternidade. Tem a parte que está nascendo. As outras unidades têm paciente que está entrando em óbito (técnico em enfermagem – 07).

## **2.6 – As novas tecnologias no processo de trabalho no laboratório de análises clínicas**

### **2.6.1 – A terceirização do serviço de análises clínicas**

Os equipamentos instalados no laboratório de análises clínicas são de empresas privadas que atendem à chamada do edital de licitação e disputam com afinco esse espaço do mercado da saúde, que, por sua vez, pode comprar a força de trabalho assalariada dos profissionais de saúde ou de outros profissionais que desenvolvem atividades de apoio, determinando o preço do produto (exames ou procedimentos). Nesse caso, a chamada pública foi somente para o uso de equipamentos – numa relação comercial que pode ser caracterizada como um aluguel pelo equipamento, por determinado período de tempo, que geralmente dura até cinco anos. Segundo um técnico,

Tem os equipamentos, cada firma que entra aqui numa concorrência com um determinado tipo de trabalho. É difícil você encontrar uma empresa que trabalha com hemograma, bioquímica e imuno. Normalmente elas entram para disputar um pedaço do bolo. Então nós temos aqui os equipamentos de hematologia no laboratório da rotina e o equipamento de hematologia no laboratório de emergência. Bioquímica no laboratório de rotina também no laboratório de emergência. Para quê? Para que se der um problema no equipamento aqui, nós usamos o da emergência. Então o pessoal do plantão de

emergência, ele tem que ser treinado tanto nos equipamentos da emergência como da rotina. (técnico em análises clínicas – 02).

Em outro depoimento, o trabalhador descreve o que ocasiona a terceirização do laboratório de análises clínicas:

Toda vez que muda o equipamento, muda um *kit*, tem problema, chama a informática para mudar o valor de referência. Então tem que ter um ambulário para estar sempre renovando. Ambulário é um livro com as bulas dos *kits* que vêm no equipamento. Hoje tenho um de glicose que trabalha com Arctec, amanhã se mudar aquele aparelho, e vier um outro aparelho? Se vier um aparelho Joaquim da Silva? O ambulário dele não vai ser igual àquele, porque o *kit* não é da Merck, nem da Roche – são coisas diferentes, são valores diferentes. A gente tinha muita divergência no laboratório emergência, que é Roche; no laboratório de rotina, o equipamento já é de outro fabricante. Quando fazia o exame pelo laboratório de emergência dava um valor, e quando fazia no laboratório de rotina dava outro valor. Então os médicos ficavam doidos. Até quando resolveram colocar em que aparelho foi feito o exame (técnico em análises clínicas – 03).

A introdução das novas tecnologias no processo de trabalho do laboratório de análises clínicas revelou que os trabalhadores formados em bancadas, ou seja, nas práticas laboratoriais, penetravam no interior das máquinas com total facilidade. Haviam adquirido um conhecimento do processo de análise na sua formação e o aperfeiçoado no decorrer de sua carreira profissional. Para eles, as máquinas não causam nenhum espanto, pois sua segurança está no domínio das técnicas que lhes permitia o total controle do processo de trabalho. Vale destacar que a tercerização no laboratório de análises clínicas não precariza as relações de trabalho, pois os trabalhadores estão sob o regime jurídico único, o qual regulamenta o serviço público.

“A automação da produção é considerada como representando tendencialmente um impulso para formação e para reprofissionalização da mão de obra, mesmo para setores onde a mão de obra não qualificada representa ainda a maioria dos efetivos (HIRATA, 2000, p. 129).” A especialização flexível tem sua origem no novo modelo produtivo, representado pelo modelo empresarial japonês. De acordo com Hirata:

As características da organização do trabalho da empresa japonesa em ruptura com o taylorismo e o fordismo são essencialmente o trabalho cooperativo em equipe, a falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica um funcionamento fundado na polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção). O trabalhador japonês, polivalente e multifuncional, não tem uma função parcial fragmentada, mas uma visão de conjunto do processo de trabalho em que se insere. Tal visão de conjunto é necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que surgem cotidianamente no interior do processo de trabalho (HIRATA, 2000, p. 130).

Não se pode considerar que o “novo modelo produtivo” tenha influência direta sobre a organização do processo de trabalho em saúde, mas provocou algumas adaptações, de caráter puramente ideológico, no envolvimento dos trabalhadores no modo como conduzem suas atividades, na condição de corresponsáveis pelo sucesso da empresa.

A introdução, na organização e na gestão do processo de trabalho em saúde, das características do modelo de especialização flexível traz uma ruptura do modelo de produção taylorista-fordista, pois apresenta uma nova lógica de exploração da força de trabalho, em que a divisão do trabalho se apresenta diluída numa integração de funções e se estabelece à medida que coloca sobre os ombros dos trabalhadores a total responsabilidade pelo gerenciamento e a operacionalidade da produção. “O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da ‘cultura fordista’, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era toyotista” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 339).

### **2.6.2 – A interferência da automação na formação do técnico em análises clínicas**

As mudanças que se estruturaram no modo de produção capitalista de produção, com o modelo de acumulação flexível, trouxeram novos conceitos que exigem uma quantidade de conhecimento e de atitudes muito diferentes das qualificações formais requeridas pela organização do trabalho que era baseada na produção em série, típica do taylorismo-fordismo. Na acumulação flexível, a divisão técnica tornou-se menos

evidenciada, a integração entre a produção e o controle de qualidade se intensificou e o trabalho individualizado foi superado pelo trabalho em equipe, o que requer um novo tipo de trabalhador.

A formação profissional, portanto, não se reduz ao campo de disputa entre os interesses dos trabalhadores e do capital. Pode-se afirmar que, desde o momento em que se instaurou a divisão social do trabalho e as mudanças gradativas foram inseridas na divisão técnica do trabalho, ambas passaram a ser feitas, a princípio, de forma genérica. Mais tarde, e de maneira cada vez mais específica, novas exigências sociais e técnicas chegaram aos trabalhadores, a quem cabe realizar trabalhos de acordo com as especialidades tais como as determinam as divisões.

É notório que a incorporação das novas tecnologias no processo de trabalho, no laboratório de análises clínicas, causa, paulatinamente, o desaparecimento de um grupo de trabalhadores que tem o total controle do processo produtivo e cria uma nova categoria de trabalhadores, denominada, pelos trabalhadores formados em bancada, apertadora de botões, profissionais treinados para operar as máquinas, para aumentar a produtividade, sem a capacidade técnica de identificar algum desvio nos resultados dos exames.

Tem um código de barras que hoje em dia você não precisa mais digitar exame por exame: glicose, ureia, creatina, colesterol. Então ele vai ler o código de barras, acabou. Então, se eu chegar ali para o meu colega da faxina e falar assim: “Ô Fulano, bote isso lá para mim?” Se eu ensinar ele uma vez e der *enter*, ele vai fazer. Ele faz o exame. Entendeu? Desvalorizou muito a área técnica em laboratório de análise clínica (técnico em análises clínicas – 03).

No entanto, no processo de trabalho em saúde, a máquina não dá conta de procedimentos necessários aos cuidados, pelo fato de que a precisão dos resultados fica sob a responsabilidade do trabalhador, que recorre a técnicas manuais para avaliar as informações transmitidas pela máquina – de que se depreende que o conhecimento técnico do trabalhador jamais será desprezado. O controle do processo de análise, pelos trabalhadores, será constante, mesmo diante da incorporação das operações mais complexas de um exame de análise clínica, conforme acentua um trabalhador:

A máquina passa a amostra, libera um resultado, quando o paciente está com o resultado todo normal já libera o resultado. Quando dá algum desvio,

alguma anormalidade faz na lâmina para analisar em microscópio aquelas alterações apresentadas. A cada resultado se faz uma avaliação. Mesmo porque são 400 hemogramas diários. Então nós temos que ver a prioridade. Estou passando os hemogramas, se encontrar um paciente com uma hemoglobina abaixo de sete, quer dizer, um hematócrito dando em torno de 18, 15, abaixo de 20, já tenho que liberar com a máxima urgência, porque esse paciente precisa imediatamente receber a bolsa de sangue. Então, a vida dele depende do meu resultado para que o banco de sangue libere a bolsa necessária. E que é o caso da transfusão sanguínea, que é necessária com urgência. E também pode ocorrer do equipamento descalibrar de repente, liberar um resultado falso. Que a gente tem que estar ali controlando: “Não, esse resultado não está batendo.” Vamos ver se os reagentes estão funcionando, vamos passar novos controles. Verificando sempre o equipamento, se está liberando o laudo certo ou não. Se soltar uma pecinha, um entupimento, qualquer coisa, uma amostra coagulada, dali para sempre o resultado começa a falhar (técnico em análises clínicas – 02).

As máquinas que hoje realizam operações complexas, em alta rotatividade, são capazes de fornecer grandes quantidades de resultados em poucos minutos, porém não funcionam por livre e espontânea vontade – ainda dependem da intervenção do trabalhador, pois é ele quem domina e controla, em última instância, toda a complexidade dos seus próprios inventos, mantendo-se sempre ajustado na medida em que novas necessidades forem aparecendo durante sua vida.

A máquina sempre melhora, só não melhora o homem. Quanto mais tecnologia a gente tem, mais esquecido ele fica. Botou no aparelho, fez tudo e acabou, não se faz uma revisão. Porque é que está no aparelho é que determina. A pessoa virou uma presa, soltou resultado, liberou e acabou. Ainda mais hoje em dia. Antes faziam-se 150 exames, hoje fazem no mínimo 300 no dia mais fraco. Agora cada paciente tem de 20 a 30 exames. Você vai revisar aquilo tudo? Eu pelo menos faço a minha avaliação se acho um resultado meu destrambelhado. O paciente tem outros exames. Antes de liberar, vejo os outros exames para ver se estão compatíveis. E às vezes o paciente não tem exame nenhum. Aí eu vou e repito aquele exame de novo. Então foi repetido e confirmado, centrifugo e vou repetir aquele exame de novo, para ter certeza daquilo que estou soltando (técnico em análises clínicas – 03).

O trabalhador demonstra insatisfação em utilizar os equipamentos para realizar os exames, porque fica impedido de visualizar o processo de análise. Mostra certa desconfiança dos resultados emitidos, por isso está sempre revisando o resultado para segurança do paciente. Sua relação com os aparelhos o leva à convivência conflituosa com a equipe de trabalho, por não confiar nos resultados que as máquinas liberam, o que origina um questionamento sobre a substituição dos trabalhadores pelas máquinas, devido à automatização do processo de trabalho no laboratório de análises clínicas:

E eu fico muito triste. Eu não gosto de trabalhar com máquina. Não, não gosto de maquinário. Eu gosto de coisa que eu possa ver, e como eu trabalho com maquinário as pessoas não gostam muito, porque... Não, tem que ver. Tem que olhar um por um... (técnico em análises clínicas – 03).

### **2.6.3 – A redução do quadro de trabalhadores**

A introdução de novas tecnologias no processo de trabalho tem como finalidade o aumento da produtividade, a redução do tempo com grande quantidade de exames, como consequência imediata da redução do número de trabalhadores no laboratório. A máquina reduziu o número de profissionais, aumentou a eficiência, mas não substituiu a força de trabalho.

É o que estou falando, se tivesse a mesma quantidade de funcionário com as máquinas mais modernas, teria condições de fazer uma revisão de todos os exames. Porque se tinha quatro funcionários para uma máquina, como a máquina faz tudo, reduziu para dois, ou para um. Um pode passar o controle, outro pode ficar só para fazer revisão. Ele vai só revisar os exames que saíram alterados (técnico de análise clínicas – 03).

Mesmo com o uso de equipamentos de tecnologia de ponta, informatizado, a atenção do trabalhador é redobrada, pois a necessidade de vigiar a máquina a todo momento significa a garantia de precisão dos exames, uma vez que, sem a intervenção do trabalho humano, não há produtividade. Portanto, a introdução das novas tecnologias, no processo

de trabalho em saúde, não pode prescindir do conhecimento técnico do profissional de saúde.

A supervisão é constante. Tem que ver a máquina o tempo todo, se o reagente está correto, se as análises estão saindo certas. O tempo que você perde não precisa de tantos técnicos, um para cada exame, mas precisa de uma quantidade que dê suporte ao equipamento, não é só contar com o equipamento, porque, por várias vezes, o equipamento pifa. Quem vai fazer os exames? Um só vai dar conta de tudo? Então nós precisamos sempre, em cada setor, no mínimo três a quatro técnicos (técnico em análises clínicas – 04).

O uso dos equipamentos reduz o tempo do processamento da análise do material; eleva, acentuadamente, o número dos resultados do exame, mas não diminui a intensidade do trabalho. O que se observa é uma atenção maior com a possibilidade de alterações nos exames, que, por sua vez, devem ser avaliados pelos trabalhadores. Assim, apesar de toda a eficiência das máquinas, nos laboratórios de análises clínicas, elas não substituem o trabalho humano. A produção dos resultados depende do domínio do conhecimento técnico e da intervenção direta no processo de trabalho pela ação do trabalhador. O que se vê é o aumento da produtividade com um reduzido número de trabalhadores.

Atualmente, tem-se observado uma significativa expansão dos assalariados médios no setor de serviços, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do sistema produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização (ANTUNES e GIOVANNI, 2004, p. 338).

No setor de saúde, essa relação não se dá de forma direta, uma vez que o trabalho em saúde tem a sua especificidade nos procedimentos dos cuidados. Entretanto, as inovações tecnológicas e de gestão interferem no processo e nas relações de trabalho, nas mudanças do perfil dos trabalhadores, nos salários, nas condições de trabalho e, como consequência, na formação dos trabalhadores.

Pela característica especial do trabalho em saúde, cujo objeto são as pessoas em sua individualidade, que se modifica durante o processo de saúde-doença, na assistência clínica a tecnologia empregada nesse processo sofre constantes adaptações para a garantia de um melhor resultado – o que dificulta a padronização, como na produção industrial

(PIRES, 2008). As inovações tecnológicas, introduzidas no setor saúde, assim como no setor produtivo, têm como finalidade aumentar a produtividade do trabalho em saúde, em que uma reduzida quantidade de força de trabalho produz, com mais intensidade, maior quantidade de serviços.

#### **2.6.4 – A alteração do perfil do técnico em análises clínicas**

Segundo a opinião dos trabalhadores, o perfil do técnico em análises clínicas está mudando com as novas tecnologias. Sem dúvida, a automação do processo de trabalho exige um profissional que tenha conhecimento do processo de informatização, dos procedimentos de análises para entender o funcionamento da máquina, da fisiologia humana e dos estados mórbidos, para poder realizar um trabalho criativo e não apenas mecânico.

O que acontece nas máquinas é exatamente o que acontecia no manual, não tem diferença nenhuma. Só que, no manual, você usava quantidade maior de reativo, maior de soro, hoje você usa quantidades pequenininhas, mas as reações são reações calorimétricas, reações de bioquímica idênticas às reações feitas na bancada, só que com essas máquinas modernas é tudo mais acelerado. Você usa uma quantidade bem menor de reativo, de soro, mas elas aceleram muito a reação... Só que quando chega um novato, hoje aqui, para aprender, o que ele aprende é apertar botão. Ele não sabe nem o que está acontecendo ali dentro. Só que nós, não, nós sabemos tudo o que está acontecendo ali, era o que a gente via, a gente via acontecer, via a cor... Quer dizer, fazia uma conta onde você tirava um fator, concentração do padrão sobre a leitura do desconhecido tirava um fator que ia multiplicar, você ia à calculadora, para a leitura do paciente por aquele fator e dava 80 miligramas de glicose, de 120, 200, então você via a cor... (técnico em análises clínicas – 02).

Hoje, com o laboratório de análises clínicas todo automatizado, a formação de bancada não responde aos requisitos mínimos para operar as máquinas, com o entendimento do que está sendo processado no seu interior, daí, então, a necessidade de uma formação também para o uso das máquinas informatizadas, conforme indica o trabalhador a seguir:

As máquinas estão tirando o valor do técnico. Técnico em laboratório é um curso que devia ter continuidade, ter mais valor, e deviam ser até obrigado a fazer uma comparação junto com o equipamento que a gente usa. Porque tem curso técnico que é só bancada. Então bancada é uma coisa, automação é outra. Porque os reativos são outros, são coisas mais modernas, os valores são diferentes. Os valores são diferentes, principalmente da bancada. De um equipamento para outro, muda os valores (técnico em análises clínicas – 03).

A experiência adquirida durante a sua vida profissional lhe permite avaliar, com toda a firmeza, que o conhecimento técnico suprimido pela máquina condiciona o trabalhador a simples operador dos equipamentos; já não há a necessidade de conhecimento ou de uma qualificação para a execução das tarefas que se realizam no mais perverso processo de alienação. Aqui se consagra a degeneração do indivíduo, do seu ato de agir e de pensar, quando realiza o seu trabalho.

Eu acho que os cursos deviam ter as duas opções, continuar com a bancada e dar informação da automação. Eu posso pegar até o menino da faxina e ensinar a ele como mexer e acabou: “A partir de hoje vai aprender a mexer no aparelho de bioquímica.” Vou treiná-lo. Ele vai centrifugar, apertar um botão e dar *enter*. Acabou, quem vai fazer tudo é a máquina. Então qualquer pessoa pode manusear, a equipe de hematologia, de bioquímica... É desse risco que eu estou falando para você, é a pessoa, qualquer pessoa... A pessoa teve curso, passou no curso, a outra pessoa não entende nada, ele vai aprender a mexer no aparelho. Operar a máquina. Vai aprender a calibrar, botar tudo bonitinho, botar os *kits* no lugar certo, centrifugar. Ele vai botar, simplesmente, o tubo com material do paciente e vai dar *enter* (técnico em análises clínicas – 03).

Com tudo isso, para o trabalho de investigação, avaliação dos resultados e decisão sobre o processo de análise do material, não basta dar *enter*. Para a utilização de quaisquer equipamentos, é preciso a decisão humana, a programação para o funcionamento da máquina, a definição de parâmetros e a avaliação constante das informações fornecidas pelos equipamentos, como expressa esse trabalhador:

Em qualquer tipo de automação que você realize, em qualquer profissão, na minha opinião, se você não tiver o olho humano, se você não tiver a tarimba humana, vai sair muita besteira (técnico em análises clínicas – 01).

Verifica-se que a mudança ocorrida no processo de trabalho do técnico em análises clínicas atinge, de maneira substancial, o conteúdo, a sua estrutura e a sua ordenação e sequência, pois, agora, a máquina passa a responder pela execução das tarefas que antes cabiam ao trabalhador. No entanto, novas tarefas, consideradas essenciais para o funcionamento da máquina, passam a ser de responsabilidade daquele trabalhador. No caso do laboratório de análises clínicas, primeiramente, a máquina deve ser calibrada com as especificações dos exames, ou seja, novas habilidades e novos conhecimentos técnicos que interferem no perfil do trabalhador.

São novos procedimentos de testes e ajustes relacionados à informatização que trazem novos desafios para fazer o acompanhamento e o controle dos resultados emitidos pela máquina. Com isso, o técnico em análises clínicas amplia o seu perfil ao integrar às tarefas as funções de preparação, de controle de qualidade e até algumas sugestões diretamente ligadas à programação da máquina.

“O trabalhador necessita ser flexível, ou seja, saber lidar com uma variedade de funções, saber integrar-se a diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos” (MACHADO, 2000, p. 181). No entanto, para o capital, novas formas de controle dos trabalhadores também necessitam de novos parâmetros. Ser um trabalhador flexível significa ter maior responsabilidade pelo processo de trabalho, pois o caráter integrador e as novas formas de gestão do trabalho buscam diluir a parcelarização do trabalho com o fim dos postos fixos e das tarefas parciais, agregando novos tipos de controle pela própria máquina e pela participação regulada (MACHADO, 2000).

Quanto à mudança de perfil, observa-se, pelo depoimento dos técnicos formados em bancada, que não houve uma alteração significativa, pois todo o conhecimento adquirido anteriormente os conduziu ao total entendimento do processo que a máquina realiza para os procedimentos das análises – e, quando necessário, são eles, diretamente nas práticas laboratoriais, que fazem as avaliações dos resultados duvidosos.

## 2.6.5 – A relação com o cuidado

Os trabalhadores referem-se à característica especial do trabalho em saúde que é seu objeto de trabalho – os pacientes. Afinal, são individualidades, que sofrem transformações durante seu estado clínico, por isso a tecnologia empregada no trabalho exige mudanças e adaptações constantes para que haja melhor resultado em relação aos procedimentos do cuidado, dificultando a padronização, comum ao sistema produtivo.

Quando tem um paciente internado numa emergência precisando fazer um exame, o exame do paciente deu bom. Sempre procuro olhar os exames dos pacientes, sempre procuro olhar, ver como está a evolução do paciente. Eu sei que o exame que faço, a máquina não tem como errar. Procuro pelo número, pela matrícula, vai dar todo o histórico desde que ele esteve internado e até ambulatório (técnico em análises clínicas – 03).

Para os técnicos em análises clínicas, a atenção à saúde vai além dos procedimentos dos cuidados na relação direta com o paciente. Cientes de que os equipamentos não têm a função de garantir bons procedimentos de cuidados, reconhecem a importância em prestar um serviço de qualidade, ao divulgar o resultado dos exames para o bom atendimento do paciente, mesmo sem conhecê-lo.

É como tratar o material que chegou do paciente, que você não está vendo, porque nós não saímos daqui, nós trabalhamos trancados aqui 24 horas. Só sai para comer. Então não vê o paciente se é novo, se é pessoa de uma idade. Eu não preciso estar olhando. Eu vou tomar todos os cuidados com aquilo para que saia muito bem feito. Nós estamos aqui para fazer um bom serviço de qualidade para beneficiar alguém, esse é o nosso objetivo, fazer o melhor. Prefiro que o resultado chegue até eles, nem vão saber quem fez, mas que chegue bem feito e ajude o médico a tirar a pessoa daquela situação o mais rápido possível (técnico em análises clínicas – 02).

A introdução das novas tecnologias, no laboratório de análises clínicas, não tira a especificidade do processo de trabalho em saúde. Até mesmo distante do paciente, o profissional tem uma relação de convivência com o óbito. Conhecedor da situação clínica

do paciente, diante dos exames que foram solicitados, e com os resultados em suas mãos, envolve-se num processo de recuperação do paciente, que extrapola sua função.

Com pacientes da enfermaria, nós até temos, porque é um paciente diário, ele colhe amostra hoje, ele colhe amanhã, depois de amanhã. Então isso é diário, já se conhecem os pacientes. Inclusive às vezes entramos em contato direto com o médico por telefone. No caso da bioquímica, se o paciente foi encontrado em casa desmaiado, quando ele chega aqui, a bioquímica faz a glicose. Deu 40, 30, quer dizer, o médico tem que ser avisado, porque provavelmente esse paciente vai a óbito se não tiver essa pressa de informar ao médico do paciente que está com esse problema. Porque uma glicemia, uma glicose alta demais, se o normal dele vai de 60, 70 a 120 e a pessoa estiver com 1.200, 1.800 de glicose, ainda tem como reverter. O paciente não vai a óbito, mas se a glicose cair muito, no caso de ela chegar a 30, se não for atendido imediatamente, não tem mais... 15, 20 minutos, perdeu o paciente (técnico em análises clínicas – 04).

Constata-se que os equipamentos devem ser utilizados de maneira adequada, caso contrário, podem interromper os procedimentos de cuidados, o que leva o paciente a um estado clínico crítico. Nesse sentido, torna-se fundamental o domínio dos conhecimentos relativos aos equipamentos e aos quadros clínicos, sem os quais o profissional fica sem elementos para avaliar os resultados dos exames.

### 3 – A relação trabalho e educação e a mobilidade social

Ao considerar a elevação do nível de escolaridade associada à ocupação profissional, para inserção no mundo do trabalho, a mobilidade aparece como a única maneira de o indivíduo se mover na escala social. Essa movimentação pode ser horizontal, quando a *posição* ou o *status* não foi alterado, ou seja, a posição social não se altera; e pode ser vertical, quando há a mudança de um grupo social para outro.

As políticas sociais de emprego e renda, implementadas pelo Estado, contrariam a crença de que a educação tem um papel autônomo em relação à mobilidade social ascendente, pois não consideram as implicações ocasionadas pela escassez de emprego e pelo excedente de mão de obra na disputa no mercado trabalho, em que os melhores postos, em termos de melhor remuneração, são reservados aos mais ricos, prevalecendo, assim, a condição de classe – além do preconceito racial que pesa sobre a escolha do candidato (POCHMANN, 2004).

As mudanças ocorridas na vida pessoal e profissional dos técnicos de enfermagem e de análises clínicas, ao concluírem a habilitação técnica, mostram que a história escolar e de trabalho desses indivíduos é também sua história de classe social. No seio da família, viveram as dificuldades iniciais de inserção nos processos formais de ensino e de formação profissional, entrando precocemente no mundo do trabalho. O desejo de mobilidade social se apresenta com especial destaque para a garantia do emprego.

O meu primeiro emprego não foi da saúde. Eu era recepcionista, fazia ligação, atendia ao telefone, essas coisas, como se fosse uma secretária jr. Na mesma época que eu estava fazendo curso de técnica de enfermagem, trabalhei em duas clínicas particulares, e só então, depois, eu consegui passar no concurso. Já estou aqui tem sete anos (técnica em enfermagem – 01).

Nas análises da mobilidade vertical, verificam-se o desempenho individual e a competência técnica como características principais da mobilidade ascendente ou descente. Para isso, vincula-se a transição do *status* relacionando-o ao *status* de origem. Na maioria das análises, a matriz utilizada é a ocupação do pai e o destino da ocupação do filho, denominado estudos das matrizes.

Os estudos de mobilidade social destacam que quando o indivíduo adquire uma nova ocupação de melhor status na estrutura social, naturalmente, modifica suas ações e seus valores, alterando diversos aspectos da sua vida (BASTOS, 2004 p. 20).

Também se destaca a análise da mobilidade estrutural, caracterizada pela mudança do indivíduo na estrutura social, causada por transformações macrossociais, como, por exemplo, o deslocamento do indivíduo do meio rural para o urbano. Entretanto, esses estudos explicam que, na sociedade moderna industrializada, são poucas as oportunidades decorrentes dessas mudanças, em razão da estabilidade no número de novos postos de trabalho e da pequena oferta de empregos.

Ao ingressar no serviço público, o trabalhador sente-se seguro pela estabilidade no emprego e pela diferença salarial em relação ao setor privado.

Pra mim foi excelente! Primeiro pelo salário, segundo pela estabilidade, terceiro pela carga horária, que é excelente. A carga horária do profissional de saúde, no governo federal, é de 12/60. Já numa clínica particular você trabalha 12/36, quer dizer, dia sim, dia não, com o salário bem menor que o salário daqui (técnica em enfermagem – 01).

Ajudou bastante porque o salário no particular não é tão grande assim. Mesmo trabalhando no particular, já paga-se melhor do que algumas outras áreas que tem que não seja na área de saúde. Então ajudou. Como técnico de enfermagem, acredito que esteja melhor do que na área de técnico em processamento de dados, ou em comércio. A não ser que tivesse feito nível superior também. Mas se eu fizesse de enfermagem, eu acho que também seria até melhor (técnico em enfermagem – 07).

Nesse caso, a mobilidade social do indivíduo depende do seu desempenho no mercado de trabalho, do elevado nível de escolaridade, da sua competência técnica e da experiência profissional, do seu relacionamento pessoal no mercado de trabalho. Quanto maior for a lista de atributos pessoais e profissionais, maiores são as oportunidades de ascensão social. Portanto, o que se verifica é que a responsabilidade recai sobre o indivíduo, caso ocorra a imobilidade social ou a mobilidade descendente, em virtude da

ocupação profissional. Cabe ressaltar que a relação trabalho e educação está sempre presente como determinante da ocupação profissional daqueles que buscam uma mobilidade ascendente, considerada como um mecanismo de promoção social (PASTORE e VALLE SILVA, 2000).

Ser aprovado no concurso público garante ao indivíduo o reconhecimento social de poder ter acesso a bens que, anteriormente, ele não conseguia, além de ampliar seu horizonte na carreira profissional, ou seja, aumentar a escolaridade com o curso de nível superior.

Deu, sim, porque você tem uma segurança maior no mercado. Hoje em dia, quando você fala: “Ah, eu sou funcionário público...” Ainda mais um funcionário federal, você tem uma resposta do mercado muito melhor em relação às tuas compras, às tuas contas, porque te oferecem mais coisas, você é funcionário federal com estabilidade maior, uma condição melhor de vida. Eu acho que sim, e aí, claro, que vai mexer com você, se sentir melhor, você se sentir mais capaz. Estou estudando fisio. Eu quero fazer fisioterapia respiratória depois (técnico em enfermagem – 02).

Justifica Pochmann (2004) que o desempenho desfavorável do mercado de trabalho induziu, ainda mais, as segmentações ocupacionais, excluindo os pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados. Desse modo, ampliou o processo discriminatório no interior do mercado de trabalho entre diferentes faixas etárias de jovens e adultos, raça e gênero. Ele afirma ainda que tal círculo vicioso impediu que a educação revelasse o seu potencial transformador das relações humanas e da agregação de valor à produção no Brasil. Segundo Pochmann (2004, p. 384) contexto de emergência da “sociedade do conhecimento”, os requisitos da educação ampliaram-se.

Aqueles indivíduos que não correspondem às exigências da *sociedade do conhecimento* não têm perspectiva de mobilidade social ascendente, para isso deve-se abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstruir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho (POCHMAN, 2004, p. 384).

Contrariando a afirmação de Pochman (2004), para os entrevistados, o reconhecimento profissional vem a partir do momento em que exercem a profissão. Os entrevistados também destacam uma nova situação financeira que, até então, não haviam conseguido. Mesmo como trabalhadores de nível técnico, há o reconhecimento social, o que lhes traz uma grande satisfação ao exercer a profissão.

Financeiramente falando, sim. Porque foi a partir do curso que eu comecei a trabalhar pra poder, depois, pagar a minha faculdade. Então essa era a linha de raciocínio. Agora, socialmente, acho que só foi depois que eu comecei a trabalhar. “Ah, você é técnica de enfermagem?” Acho que todo mundo hoje em dia faz o curso de técnico de enfermagem. Agora, cair no campo de trabalho, nem todo mundo começa a trabalhar. Então até na minha época era uma coisa assim: você só é reconhecida, socialmente, como técnica de enfermagem só quando começava a trabalhar. Tinha aqueles esquemas de plantão, aí todo mundo falava: “Realmente, você é profissional” (técnico em enfermagem – 09).

Não adianta você ganhar 15 mil, se você está fazendo uma coisa que não te agrada, entendeu? Agora, na minha situação resolve, resolveu. Porque eu faço uma coisa que me encaixei certinho ali. Então estou satisfeito com o que faço. Entendeu? Aliás, estou satisfeitíssimo com a minha profissão. Indiferente de ter curso superior ou não. Você me desculpe, inclusive conheço muitas pessoas com nível superior, farmacêutico, biólogo, bioquímico... que não têm a metade da tarimba que tenho ou de alguns colegas meus no plantão têm (técnico em análises clínicas – 01).

Já para Duarte (2003, p. 13), “a sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica”. O capitalismo, em sua nova fase, procura mostrar-se como uma realidade em que se processaram alterações profundas, apresenta-se como a sociedade do conhecimento, sem que, no entanto, houvesse qualquer alteração em sua essência propriamente capitalista.

Segundo Antunes e Alves (2004, p. 339) “a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural”.

Essa população de jovens em idade produtiva são impedidos de ingressar no mercado de trabalho, assim como os trabalhadores acima de 40 anos, considerados idosos pelo capital.

Os estudos de mobilidade estão interessados em analisar e medir a trajetória do indivíduo na hierarquia social, com o objetivo de identificar o deslocamento na estrutura da sociedade. É notório que a mobilidade social ascendente ou descendente e a imobilidade são sempre relacionadas à ocupação profissional, que, por sua vez, está vinculada ao nível de escolaridade. Desse modo, os estudos da mobilidade procuram indicar o nível de desenvolvimento social e a desigualdade social pelo simples deslocamento dos indivíduos na escala social.

Segundo Pochmann, a expansão da escolaridade não deve ser vista somente como produtividade, mas como direito à cidadania. Portanto, para ter um retorno social do investimento e colher os frutos da sociedade do conhecimento, “o país precisa aumentar o ritmo de crescimento econômico e de acumulação de capital, com isso promover uma redistribuição do tempo de trabalho e da renda” (POCHMANN, 2004, p. 390).

Para alimentar essa crença e acirrar a disputa por um lugar ao sol, o capitalismo transforma a educação em produto essencial para a vida, pois, sem ela, o indivíduo não tem qualquer possibilidade de galgar uma posição social ou de disputar um lugar no mercado de trabalho competitivo e de obter, assim, melhores condições salariais.

O século XXI inicia-se com uma crise no coração do capitalismo, com efeitos deletérios para a economia nacional. As oportunidades de trabalho diminuíram, o desemprego se intensificou no setor industrial. Um grande número de trabalhadores desempregados é resultado da crise do capital em todo o mundo, com consequência desastrosa para a vida do trabalhador. Ficam as indagações para os estudiosos de mobilidade: como pode a mobilidade ser indicador de desenvolvimento e desigualdade social? Qual política de inclusão social tem a capacidade de fazer a redistribuição de renda aos segmentos mais pobres da população?

Vale ressaltar que os estudos de mobilidade social, ao medirem e analisarem a trajetória dos indivíduos na escala social, tendo como orientação os estudos de sua ocupação profissional, não consideram as contradições entre capital e trabalho. Qual perspectiva de mobilidade social ascendente leva o indivíduo a buscar uma ocupação mais elevada na hierarquia social, sem compreender sua condição de classe social? Percebe-se

que tanto os estudos de mobilidade social como as experiências exitosas de políticas de inclusão criam mecanismos bem sutis para o fetichismo da individualidade, pela necessidade da inserção do indivíduo na sociedade do conhecimento.

#### **4 – O novo elo da relação trabalho e educação**

As considerações aqui apresentadas têm como finalidade compreender a relação trabalho e educação diante das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, engendradas pela reestruturação produtiva. Assim, é importante ressaltar que a reconfiguração do trabalho está estritamente ligada à reorganização da economia capitalista pela mundialização do capital (CHESNAIS, 1996, destaque nosso) – o termo é utilizado visto que a globalização ultrapassa outra etapa no processo de internacionalização do capital. Essa é uma nova etapa de configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Cabe destacar, na história do capitalismo, que, durante séculos, várias crises foram superadas por diversos fatores de criação de um novo conjunto de relações internacionais, numa recuperação cíclica, que determina diretrizes econômicas e modela a vida social em todas as suas dimensões.

Verifica-se que, a partir a crise dos anos 1970, o cenário mundial vem demonstrando uma degradação econômica e social de um maior número de indivíduos em todo o mundo. Já dos anos 1980 até o final do século XX, o capitalismo refloresce com grande vigor em virtude de as instituições financeiras poderem operar livremente, incentivadas pela desregulamentação, pela liberalização dos mercados e pela criação de diversos produtos financeiros. Associam-se a esses fatores o crescimento das empresas multi ou transnacionais, a fusão e a incorporação, ocorrida nos diferentes setores da economia, favorecida por políticas de benefícios fiscais, as políticas de assistências sociais, salariais e de flexibilização do trabalho e das leis trabalhistas, que impõem ao trabalhador uma situação precária pela perda das garantias sociais, fruto de muitos anos de lutas. Esse ambiente favorável, que o capital encontra para sua expansão, leva um grande número de pessoas economicamente ativas ao estado de pobreza absoluta.

Depois do fim do socialismo real, verificou-se um período adormecido de lutas políticas, por não existir uma crítica ao capitalismo que se apresentasse como alternativa

ao capital. O novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI & CHIAPELO, 1999), de caráter puramente ideológico, surge como um mecanismo de superação das crises e das críticas que são absorvidas pelo capitalismo. É pela ideologia que se justifica o compromisso com o capitalismo, justificativa cujo significado é, ao mesmo tempo, individual e geral, para o bem comum. Portanto, compreender essa debilidade da crítica reforça uma resistência àquilo que é dado como inexorável. Leva ao entendimento de que o capital se desenvolve, e seu espírito é movido por atores e estratégias difíceis de serem decifradas.

Hoje, no início do século XXI, uma turbulência no coração econômico mundial nos Estados Unidos, considerada pelos países centrais como uma crise do sistema financeiro, indica que, mais uma vez, o capitalismo vai se revigorar, pois até o momento não se apresenta alternativa que coloque em risco a sua hegemonia, e assim os seus atores encontrarão uma saída.

O caminho percorrido pela mundialização do capital, estruturada na lógica do capital financeiro, para além das barreiras econômicas de mercado, implica um novo modo de trabalho e de comportamento social. O tempo tem outro significado, o tempo social é um presente contínuo de um tempo volátil, efêmero, descartável, ilimitado de tudo que se produz e, principalmente, dos que produzem: os trabalhadores.

A flexibilização é compreendida como processo que tem condicionantes macroeconômicas e sociais derivadas de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemonizado pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e, desta forma, generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente para o campo do trabalho (DRUCK e FRANCO, 2007, p. 29).

A flexibilização permitiu contratos temporários e a subcontratação de serviços de terceiros de diversas formas, como parte do crescente fenômeno de informalização do trabalho. Partindo do conceito de acumulação flexível que, segundo Harvey (2006), é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, acrescentando-se ainda a formação flexível do trabalhador (TRAVASSOS, 2004) – que

compreende a capacidade adquirida na trajetória profissional, independentemente da escolarização, em determinado nível de ensino, acessível aos novos atributos do processo de trabalho.

A flexibilização e a precarização do trabalho se confundem, pois, a cada movimento da reestruturação produtiva, assumem novas dimensões e configurações. Num curto espaço de tempo, impõem processos ágeis de produção e de trabalho, desse modo torna-se indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às mudanças que venham a ocorrer.

Nesse sentido, a precarização resulta do impacto de flexibilização, que tem como resultado a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores e a destituição da identidade do trabalhador, como membro de uma classe social. Há um sentimento de perda pelos trabalhadores, perda dos direitos de todo tipo, e de degradação das condições de saúde e trabalho. Desse modo, a precarização adquire uma situação de trabalho relacionada a outra, numa comparação de relação uma com a outra: haverá precarização quando um determinado tipo de trabalho se deteriora nas relações salariais, ou referentes aos direitos trabalhistas originados da instabilidade no emprego, ou na alteração dos vínculos de trabalho (LEITE, 2008).

Com essa nova configuração do trabalho, os assalariados, independentemente de sua relação contratual, e os supranumerários (CASTEL, 2002) são indivíduos que só dependem da sua força de trabalho para sobreviver. Essa força de trabalho, que produz toda a riqueza material, é que dá a identidade aos trabalhadores no modo de produção capitalista. Portanto, o trabalho não perde a centralidade, pois ele é a atividade social que molda, historicamente, a formação humana.

#### **4.1 – A constituição do “conceito de empregabilidade” na formação do trabalhador**

A partir dos anos 1990, são sucessivas as mudanças no sistema educacional brasileiro, em especial na educação profissional técnica de nível médio. Nesse contexto, para garantir a formação do trabalhador, os princípios da educação estão voltados para uma sociedade que se encontra sempre em mutação, uma sociedade em que as transformações acontecem a todo momento. Daí a busca constante por novos

conhecimentos, que logo se tornam efêmeros e, por isso, devem ser substituídos, por não corresponderem ao momento atual.

A partir desse momento, o conceito de empregabilidade torna-se crucial na formação do trabalhador, que deve ser competitivo no mercado de trabalho, uma vez que os atributos individuais não correspondem aos conhecimentos específicos de formação, mas constituem diferentes itinerários ou trajetórias na aquisição de novos conhecimentos transformados em qualificação, sem se considerar a sua origem ou a maneira pela qual tenham sido alcançados.

A recomendação da política oficial (BRASIL, 2000, p. 17-18) para educação profissional é de que as instituições educativas devem preparar os trabalhadores para o pleno exercício de suas funções mentais, cognitivas e socioafetivas, para desenvolverem a capacidade de aprender com autonomia e assimilar o crescente número de informações, adquirirem novos conhecimentos e habilidades para enfrentar situações adversas, com criatividade e flexibilidade, compreendendo suas bases sociais, econômicas, técnicas, tecnológicas e científicas.

Essa política também recomenda que as instituições de educação profissional estejam atentas às novidades e às exigências do processo produtivo e ofereçam cursos técnicos que preparem os profissionais, que, dependendo de sua atividade, sejam capazes de dirigir seu próprio negócio. Do mesmo modo, devem oferecer cursos de especialização técnica que levem à ampliação de seus horizontes.

Tal recomendação para a formação dos trabalhadores atende aos requisitos exigidos dos profissionais pelo mercado de trabalho e define o perfil do trabalhador obedecendo à lógica capitalista, preparando-o para a empregabilidade com habilidades e competências para absorver as instantâneas mudanças no processo de trabalho.

A educação, que tenderia, sobre o desenvolvimento tecnológico propiciado pela microeletrônica, à universalização de uma escola unitária capaz de propiciar o máximo de desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e conduzi-los ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais, é colocada inversamente, sob a determinação direta das condições de funcionamento do mercado no sistema capitalista (SAVIANI, 2003, p. 22).

Nesse momento tão importante em que o mundo do trabalho incorpora conhecimentos científico-tecnológicos, uma formação politécnica, que orientasse a prática pedagógica, teria como consequência a formação dos trabalhadores com o domínio dos fundamentos científicos.

#### 4.2 – O caráter ideológico da empregabilidade

O que de fato acontece com a flexibilização das condições de trabalho, da fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da intensificação do uso da força de trabalho no traçado de seu itinerário formativo profissional num processo. É que a livre escolha do trabalhador se evidencia sob o paradigma da individualização, supostamente, como ato emancipatório da classe trabalhadora, principalmente nos países periféricos, isso significa um brutal processo de subordinação ao capital pelas novas formas de exploração da força de trabalho em condições precárias.

O conceito de “empregabilidade” surge como uma estratégia para retirar do capital e do Estado a incumbência das políticas públicas de emprego, capazes de garantir melhores condições de vida aos trabalhadores. De maneira sutil, coloca sobre os ombros do trabalhador a responsabilidade pela sua inserção no mercado por iniciativa própria, e de forma perversa lhe atribui a dificuldade em conseguir emprego pela falta de qualificação, que não acompanha as constantes mudanças no modo de produção capitalista. Para ter “empregabilidade”, os trabalhadores devem possuir habilidades<sup>54</sup> e conhecimentos equivalentes ao seu desempenho exigido pelo sistema produtivo, considerado pela política oficial como elemento principal para a diminuição do número de desempregados em idade produtiva.

Os novos conhecimentos e habilidades disponibilizados pelos trabalhadores são absorvidos por demandas de setores produtivos. São novos atributos que se caracterizam

---

<sup>54</sup> Essas habilidades são assim definidas: “i. *Habilidades básicas* – competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades. ii. *Habilidades específicas* – competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos próprios das ocupações. iii. *Habilidades de gestão* – competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo” (BRASIL, 1999, p. 41).

por um conjunto de competências cognitivas que favoreçam as intervenções dos trabalhadores nas resoluções de problemas com o propósito de aperfeiçoar o processo de trabalho, cuja finalidade é aumentar a produtividade e assumir o compromisso em executar as tarefas com perfeição. Os diversos mecanismos de exploração do capital submetem os trabalhadores à intensa produtividade, obrigando-os a realizar uma quantidade maior de tarefas sob sua responsabilidade sem qualquer aumento de salário. Elevam os critérios de seletividade para a contratação em nome da empregabilidade.

O capital incute nos trabalhadores a necessidade de acumular competências como forma de aumentar sua empregabilidade, sem uma explicação que lhes assegure lugar nos postos de trabalho, o que caracteriza uma falsa realidade, na qual os indivíduos assumem as responsabilidades pela sua condição de desempregados.

A ideologia da competência lhe ensina, no cotidiano, na organização escolar, na organização empresarial, que só a competência no trabalho assegura felicidade e realização. Ocorre, porém, que a atual forma do capitalismo (sobretudo por causa da tecnologia e do lugar ocupado pelo capital financeiro, isto é, papéis e dinheiro nos bancos e das bolsas de valores) não precisa de muita gente trabalhando na produção, e por isso gera o desemprego. No entanto, o desempregado, ignorando o que se passa e orientando-se pelo que foi inculcado pela ideologia, sente-se culpado pelo desemprego, humilhado num beco sem saída (CHAUI, 2001, p. 107-108).

O “modelo de competência” aparece como um caminho, sob a orientação das empresas, para a formação dos trabalhadores, diante das mudanças que ocorreram na organização do processo de trabalho no setor produtivo. Diferentemente da qualificação profissional, ou até com o mesmo significado, porém com outra conotação, esse modelo traz, como fundamento principal, a mudança de atitude do trabalhador para a resolução de problemas e o enfrentamento de uma situação imprevisível, tendo em vista maior produtividade e qualidade na fabricação dos produtos.

A incapacidade das políticas sociais do Estado e o interesse do capital em aumentar a rotatividade da força de trabalho implicam a implementação de mecanismos ideológicos para ocultarem as contradições da sociedade capitalista. Elabora-se um discurso para atenuar os confrontos e os conflitos entre o capital e o trabalho, para ocultar

as desigualdades sociais, assim como as reais condições de precariedade em que vivem os trabalhadores.

O conceito de empregabilidade esvazia a ideia de um movimento integrador e de responsabilidade coletiva. Não é por acaso que sua assunção evidencia-se num momento no qual se torna mais evidente a irresponsabilidade do Estado com as políticas sociais, bem como a minimização de sua atuação como regulador das relações entre capital e trabalho (CASTRO, 2009, p. 201).

Ter empregabilidade ou “ser empregável”, no sentido técnico ou cognitivo, no momento de disputa acirrada por um emprego, é a palavra que abre todas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, mesmo que o conhecimento acumulado, durante muitos anos de exploração capitalista, seja ignorado para ocupar um novo posto de trabalho.

Além disso, entre as diversas formas de o capital se estruturar, com a finalidade de diminuir os custos e aumentar a produtividade, uma delas é a eliminação dos postos de trabalho, para mostrar certa autonomia da força de trabalho como se esta tivesse valor pelo elevado grau de qualificação demonstrado pelo trabalhador ao executar as tarefas.

A necessidade crescente de qualificar-se e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do tempo livre dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir empregabilidade, palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que posteriormente eram em grande parte realizada pelo capital (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 347).

A empregabilidade, na sua expressão mais simples, divulgada pelo capital, compreende a capacidade do trabalhador de preservar seu emprego ou de se inserir num mercado de trabalho em disputa com seus concorrentes, o que o obriga, de maneira imperiosa, a acumular habilidades e competências que o coloquem em vantagem diante daqueles que ainda não estão habilitados a corresponder às novas exigências do setor produtivo. Requerer trabalhadores polivalentes passa a ser tônica do setor empresarial, pois ter em seu quadro trabalhadores ajustados às modificações ocorridas no processo produtivo significa aumentar a produtividade e, como consequência, a mais-valia.

A partir dos anos 1990, a política oficial de qualificação dos trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade social estabeleceu uma relação de correspondência entre as habilidades necessárias e o modo de viver numa sociedade moderna, na qual tudo e todos se renovam a cada instante, em que ocupar um posto de trabalho requer uma atualização dos conhecimentos e, ainda, a capacidade de se tornar um empreendedor. Todo esse arcabouço de conotação ideológica isenta a responsabilidade do Estado em intervir na política econômica orientada pelas instituições financeiras internacionais.

O conceito de empregabilidade tem grande destaque no documento conjunto de política do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e, na verdade, é um conceito que norteia a política de formação dos trabalhadores. Suas proposições indicam, exatamente, a real necessidade de uma nova qualificação dos trabalhadores, tendo em vista o desemprego estrutural e a flexibilização do processo de trabalho e das relações de trabalho.

A noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção da empresa e implica transferir a responsabilidade da contratação ou da demissão ao trabalhador. Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesoeconômicas contribuem decisivamente para a situação individual (BRASIL/MTb/Sefor,1995).

Tornar-se “empregável” significa obter as habilidades necessárias para que se dominem as habilidades específicas utilizadas ao realizar as tarefas no trabalho. As habilidades básicas são aquelas relativas à comunicação, ao trabalho em equipe, à solução de problemas e à gestão de processos organizacionais. Habilidades que podem ser utilizadas em diferentes setores da empresa, além de favorecer a preparação para diversas ocupações.

Fica evidente que as habilidades são determinadas pela organização do processo de trabalho. São elas que de fato que definem o acesso ao emprego. E ainda, são avaliadas por meio de teste de desenvolvimento pessoal e profissional. São esses critérios de seleção estabelecidos pelas empresas que acirram a competição entre os trabalhadores para conseguirem emprego. A busca incessante para adquirir os atributos necessários à disputa

por um lugar no mercado de trabalho passa a ser incorporada pelo trabalhador como algo a ser perseguido, enquanto tiver força para trabalhar, independentemente do posto de trabalho que venha a ocupar.

Nesse contexto, o fato de o indivíduo não conseguir o emprego não é atribuído à falta de oportunidades (que caracteriza o atual modelo de acumulação), mas ao fato de ele não preencher os requisitos necessários para o trabalho, cabendo-lhe, portanto, buscar suprir, de forma contínua, esses itens para que possa tornar-se “empregável”. Assim, observa-se um deslocamento do ensinar para o aprender, e do formar para o treinar, caracterizando um novo tecnicismo, com um tipo de ensino centrado no estudante e nas redes de educação à distância, por onde ele pode navegar e acessar, a qualquer momento, o estoque de informações disponíveis de modo “democrático” e, com isso, compor sua “cesta básica” de informações e de conhecimentos (NORONHA, 2006, p. 49).

Vem daí a busca incessante por qualificação num processo contínuo e da valorização de conhecimentos básicos – o domínio de escrita e das operações matemáticas – na formação profissional, que ganham importância para a disputa por um emprego, pois “a empregabilidade deve ser entendida como a capacidade não só de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter num mercado de trabalho em constante mutação” (BRASIL/MTb/Sefor,1995, p. 9). Na compreensão do trabalhador, quanto mais ele se qualifica, mais valoriza sua força de trabalho – o que o levaria a alcançar os melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, os melhores salários.

Aqui se encontra o fetiche da empregabilidade, no qual a desqualificação do valor do trabalho, com a maior exigência de habilidades e competências – pelo princípio da flexibilização das relações de trabalho aliado à individualização, a fragmentação dos coletivos dos trabalhadores e a intensificação do uso da força de trabalho impedem qualquer processo de “emancipação” dos trabalhadores –, significa uma subordinação ao capital em condições ainda mais intensas de consumo da força de trabalho.

O conceito de “empregabilidade” surgiu como instrumento de relativização da crise do emprego em face da capacidade do setor produtivo de incorporar ou manter, no seu interior, o mesmo número de trabalhadores. Surgiu como justificativa para o desemprego em massa, atribuindo à má qualificação do trabalhador a culpa por seu não atendimento às novas exigências do mercado do trabalho. Nesse cenário, é importante

entender como o conceito de empregabilidade passou a se relacionar diretamente com as atividades de qualificação profissional e de valorização da educação (Brasil/MTb/Sefor, 1995).

A empregabilidade viabiliza-se como proposta da política oficial tornando-se condição para a melhoria dos indivíduos que não estão preparados para ingressar no mundo do trabalho, pois uma nova ordem se estabelece. O conceito leva em conta as novas demandas numa sociedade em intenso movimento de mudança, num mundo globalizado, que apresenta novas demandas, e para alcançá-las são necessários elevados níveis de ensino. Essa ampliação de aspirações decorre não apenas da urbanização e da modernização consequentes do crescimento econômico, mas também de uma crescente valorização da educação como estratégia de melhoria de vida e empregabilidade (BRASIL, MEC, 1999, p. 64).

O espírito empreendedor envolve todos os indivíduos pela possibilidade de serem donos do seu próprio destino, que só dependem de si mesmos, do seu próprio esforço. Nessa ótica, está garantido o direito à cidadania e, com isso, a ampliação da escolaridade obrigatória, que permite a um grande número de trabalhadores galgar melhores empregos e melhores salários, subindo na escala social, o que se apresenta, para as políticas sociais, como mobilidade social entre indivíduos das classes sociais mais baixas. Para isso, a educação escolar assume o papel central na formação do trabalhador; a ela cabe fornecer trabalhadores e trabalhadoras “empregáveis”, com habilidades que correspondam às inovações tecnológicas de produção e de gestão do processo de trabalho – assim, as instituições escolares serão ajustadas às demandas do mercado de trabalho.

Esse contexto ideológico insere na formação do trabalhador a igualdade de oportunidades de educação e trabalho na sociedade moderna, porém submetida às determinações do modo capitalista de produção, orientando um modelo de formação profissional com atributos adaptados à reestruturação produtiva, embora seu discurso oculte que a função social da escola não é a de garantir emprego ou de facilitar a mobilidade social numa sociedade de classes. Desse modo, a ideologia da competência orienta que as instituições educativas promovam a empregabilidade ou tornem as pessoas empregáveis.

O caráter ideológico da empregabilidade assegura a implementação de políticas de educação compensatórias, como forma de atenuar o desemprego e aliviar o sofrimento daqueles indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esse caráter traz insatisfação para o indivíduo, na medida em que busca transferir para ele a responsabilidade pelo seu fracasso, e desencadeia um processo de enfraquecimento das capacidades cognitivas e subjetivas – o que acarreta a perda de sua identidade como membro de uma categoria de profissionais, pois ele já não consegue vislumbrar uma profissão num mercado que dilui as habilidades específicas do trabalhador.

### **4.3 – A empregabilidade e a qualificação ou a culpabilização da vítima**

A mesma lógica que fomenta a inovação tecnológica no processo de produção atinge, de maneira vertiginosa, a força de trabalho, transformando rapidamente os trabalhadores em obsoletos e descartáveis – trabalhadores e trabalhadoras que devem ser substituídos por outros mais novos e modernos, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens e mulheres empregáveis a curto prazo, por meio das formas precárias de contrato de trabalho.

Toda essa lógica se estabelece, conforme indicam Druck e Franco (2007), nos planos ideológico, político e cultural. A individualidade é incentivada e se transforma no mais acirrado individualismo. É um processo em que o indivíduo é responsável por sua qualificação, por conseguir novos atributos exigidos pela reestruturação para ter empregabilidade e qualidades típicas daqueles que se adaptam, com facilidade, a novas situações, que têm agilidade e iniciativa, que são flexíveis. É a relação mais perversa trazida pelo “fetichismo da individualidade” para os trabalhadores na disputa pelo emprego.

No caso do fetichismo da individualidade, o que ocorre é que em vez de a individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e auto-educativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e, em consequência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade (DUARTE, 2004, p. 11).

Um novo paradigma produtivo rompe com as exigências do fordismo, incorporando um conjunto de novas aptidões, capacidades e atitudes que só seriam compreensíveis ampliando o conceito de qualificação no sentido de incorporar não somente o conhecimento técnico e formal, mas também o conhecimento tácito informal, a escolaridade e, sobretudo, uma nova postura dos trabalhadores em face do trabalho. A noção de competência passa a ser mais adequada para explicar as exigências do posto de trabalho ao se referir a atitudes e comportamentos (LEITE, 2003).

O novo paradigma produtivo diferencia, de maneira substancial, os trabalhadores em seus diversos níveis, fazendo com que as oportunidades de sobrevivência sejam tanto maiores quanto mais ampla a qualificação individual. Nesse sentido, quanto maior for a escolarização do trabalhador, maior será sua chance de reconversão profissional – logo, terá maior mobilidade profissional em face da reestruturação produtiva, e assim maiores seriam suas chances de empregabilidade.

No entanto, Cardoso (2000), ao pesquisar os padrões migratórios de trabalhadores na indústria automobilística em São Paulo, expõe que, na maioria das migrações, a escolaridade inicial faz pouca diferença, pois a qualificação está associada, antes de tudo, à experiência anterior de trabalho. Quanto mais qualificado e com longa experiência, mais difícil fica para voltar ao mercado formal de trabalho caso seja demitido, pois novos atributos serão exigidos em virtude da mudança ocorrida na função, podendo mesmo ocorrer o fim do posto de trabalho para o qual o trabalhador estava, anteriormente, qualificado.

Portanto existem trabalhadores que não estão nos contextos reestruturados, aumentando o contingente de desempregados, tornando-se um problema de ordem estrutural, ainda mais quando se alteram as formas do desemprego e o perfil do desempregado. Assim, a empregabilidade vai além da mera capacidade individual de ser empregado e deveria ser apreendida como uma construção social, pois a ação individual na busca do emprego ultrapassa a conduta individual (GUIMARÃES, 2002).

Nos estudos dos principais usos do conceito de precarização no Brasil (GEORGES, 2008), a flexibilidade dos trabalhadores se constituiu como uma condição de sua empregabilidade – corolário do empreendedorismo popular das camadas de baixa

renda. A responsabilidade pela empregabilidade é repassada ao indivíduo no contexto da reestruturação. É a culpabilização da vítima por não ter conseguido um novo emprego.

## **5 – A formação politécnica como ação transformadora**

É no próprio modo de produção capitalista que a formação politécnica deve se iniciar, mesmo diante das adversidades do capitalismo. Toda e qualquer iniciativa de rompimento com o sistema, que desenvolva novas forças produtivas e diferentes formas de interação social entre os indivíduos, fará sempre homens incompletos e privados de sua própria subjetividade e potencialidade.

Marx indica que “a união do trabalho produtivo remunerado com a educação intelectual, os exercícios físicos e a formação politécnica elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática” (Marx & Engels 1983, p. 60). Vale ressaltar que a formação politécnica não corresponde ao domínio de várias técnicas nem substitui a formação intelectual. A formação politécnica se estabelece, por meio dialético, na relação teoria e prática, abrangendo, de forma unilateral, os fundamentos científicos de todos os processos de produção e os aspectos teóricos de todos os ofícios (MANACORDA, 2000).

A formação politécnica tem como horizonte o fim do trabalhador parcial, como fragmento humano que, eternamente, repete uma operação parcial. Ao invés disso, visa à formação integral do trabalhador, para o qual as diferentes formações sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade (MARX, 2001).

As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos da produção. A legislação fabril arrancou do capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as

correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. A máxima da sabedoria do artesanato, “sapateiro, não passes do sapato”, tornou-se uma mera sandice no dia em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor; o barbeiro Arwright, o tear; o artífice de ourivesaria Fulton, o navio a vapor (MARX, 2001, p. 553).

Para os trabalhadores, a formação politécnica corresponde ao ensino de formação integral, no qual sua base se edifica nos domínios técnico-científicos do processo produtivo, que acompanha as transformações históricas. Portanto, não cabe um ensino para simples domínios de técnicas profissionais, reduzido às operações rotineiras impostas pela divisão do trabalho.<sup>55</sup>

O ensino, na formação politécnica, fortalece o próprio trabalhador, ao desenvolver suas habilidades cognitivas e físicas, ampliando seu domínio intelectual e preparando-o para assumir o seu lugar de sujeito na transformação social. Nesse sentido, o ensino fortalece o desenvolvimento das forças produtivas, busca a superação da dualidade trabalho intelectual e manual, e elimina a dicotomia entre ensino geral e profissional. E como incremento de transformação, o ensino, na formação politécnica, além de contribuir para o desenvolvimento das condições objetivas, proporciona ao trabalhador um ambiente de atividades inseridas nas relações sociais de produção.

A formação politécnica parte da atividade material produtiva, estando sua formulação intimamente ligada ao modo de o homem produzir sua existência – daí o trabalho se constituir a principal atividade educativa do homem. Pelo trabalho, o homem domina a natureza, adquirindo conhecimento necessário à sua forma de ação. Ao conhecer e ao dominar a natureza, o homem se potencializa e passa a ampliar seus domínios, e conhecimentos acumulados são avaliados mediante as necessidades da vida produtiva. Por meio do trabalho, os homens ajustam a natureza às suas necessidades e, interagindo com os outros homens, constroem sua própria história.

---

<sup>55</sup> “O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível” (MARX & ENGELS, 2011, p. 114).

Todo esse processo é, fundamentalmente, educação, mesmo nas condições do modo de produção capitalista, em que a possibilidade da relação trabalho e educação está desvinculada pelo processo de alienação,<sup>56</sup> no qual o trabalho é a própria negação do homem e de sua natureza. Nessa contradição se apresenta o sentido positivo do trabalho, que não seria apenas negação; pelo trabalho o homem traz, na sua subjetividade, a possibilidade da sua afirmação, da sua identidade e da emancipação humana.

A formação politécnica tem sua maior expressão na relação entre teoria e prática. Esta relação tem sua dimensão pedagógica, de prática educativa, a partir do instante em que a teoria orienta a ação, enquanto a atividade prática se origina dos fundamentos de todo o conhecimento. Por isso, o ensino, na formação politécnica, ultrapassa o domínio das técnicas; o seu domínio se concretiza no pensamento, em nível intelectual. O domínio dos instrumentos de trabalho, utilizados nas diferentes atividades, é fundamental para o trabalhador ter acesso aos conhecimentos, para a compreensão do instrumento utilizado, seja uma simples ferramenta, seja uma máquina, um fenômeno da natureza ou uma simples relação socialmente produzida.

Na formação politécnica,<sup>57</sup> a compreensão do uso dos recursos tecnológicos parte da base mais simples, desmembrando, em diversas etapas, os mecanismos mais complexos em seus princípios básicos, identificando as etapas de transmissão dos princípios gerais e dos conhecimentos científicos utilizados na construção do artefato produzido. Esse itinerário pressupõe um nível elevado de abstração e reflexão que concerne à elaboração de tecnologia, ultrapassa a pura aplicação imediata da técnica ou da simples operação mecânica e amplia a dimensão intelectual na atividade do trabalhador.

A base da formação politécnica se assenta nos princípios da dialética marxiana, pois a orientação dos fenômenos em estudo é que devem ser apreendidos em sua totalidade.

---

<sup>56</sup> “Mas o trabalho alienado não se reduz a esse aspecto subjetivo, apresentando também um conteúdo objetivo cujas características independem do modo subjetivo de senti-las, como ocorre com a pauperização material e espiritual do trabalhador, cujo mundo se desvaloriza na proporção direta da valorização do mundo das coisas por ele produzidas. Com efeito, objetivamente o trabalho alienado, ao mesmo tempo que produz também o próprio operário como mercadoria” (SAVIANI, 2004b, p. 34).

<sup>57</sup> “A formação politécnica, que foi defendida pelos escritores proletários, deve compensar os inconvenientes que se derivam da divisão do trabalho, que impede o alcance do conhecimento profundo de seu ofício aos seus aprendizes. Neste ponto, partiu-se sempre do que a burguesia entende por formação politécnica, o que produziu interpretações errôneas” (MARX & ENGELS, 2011, p. 140).

Ao estudar uma determinada realidade objetiva, analisa, metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios desta realidade, considerando, portanto, todas as noções antagônicas então em curso, mas cujo teor ninguém ainda sabia discernir. Após ter distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra-a na sua unidade, isto é, no conjunto do seu movimento (LEFÈBVRE, 1974, p. 34).

Algumas questões – a relação teoria e prática, trabalho intelectual e manual, ciência e existência, relação concreto e abstrato – podem orientar a formulação de uma proposta pedagógica de formação politécnica, mesmo que a literatura marxiana não apresente uma metodologia de ensino definida. No entanto, o desenvolvimento de uma proposta só tem sentido quando voltado para a superação da fragmentação, do individualismo e da dualidade estrutural, características do modo de produção capitalista.<sup>58</sup>

Nesse momento importante, em que o mundo do trabalho incorpora conhecimentos científico-tecnológicos, uma formação politécnica que orientasse a prática pedagógica teria, como consequência, a formação dos trabalhadores com o domínio dos fundamentos científicos, como assinala Saviani (2003, p. 140):

Politecnicia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abraça todos os ângulos

---

<sup>58</sup> “Para se educar, os jovens poderão recorrer rapidamente todo o sistema produtivo, a fim de que possam passar sucessivamente pelos diversos ramos da produção segundo as diversas necessidades sociais e suas próprias inclinações. Por ele, a educação os libertará do caráter unilateral que imprime a cada indivíduo a atual divisão do trabalho. Desta forma, a sociedade organizada, segundo o modo comunista, dará a seus membros oportunidades para desenvolverem tanto os seus sentidos como as suas aptidões. O resultado é que, necessariamente, desaparecerá toda a diferença de classe. Por isso, a sociedade organizada segundo o modo comunista é incompatível com a existência de classes sociais e oferece diretamente os meios para eliminar tais diferenças de classe” (MARX & ENGELS, 2011 p. 136).

da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna.

No entanto, para sustentar um sistema de ensino que correspondesse às exigências da reestruturação produtiva, a reforma da educação profissional preconiza a formação de trabalhadores de um novo tipo, traz uma nova pedagogia, denominada de *Pedagogia das Competências* orientada pelas novas formas de organização do trabalho para superar os limites da fragmentação taylorista-fordista, pela recomposição de unidades do processo de trabalho, e, por consequência, da formação atrelada ao posto de trabalho (KUENZER, 2004, p. 87).

Cabe ressaltar que formação de competências enfatiza o empobrecimento que incide sobre os fins educacionais, convertidos em meios para uma cada vez maior adaptação passiva dos indivíduos às exigências do capital. Uma nova pedagogia deve:

estender-se às próprias funções da educação, que indiscutivelmente não pode perder de vista a tarefa de preparar os indivíduos para a produção social, mas, da mesma forma, não pode perder de vista a tarefa de preparar os indivíduos para a produção de si mesmos como seres universais e livres, ou seja, preparados para a luta contra a produção social alienada (MARTINS, 2004, p. 70).

Nos tempos de hoje, em que a ciência é incorporada ao mundo produtivo, a formação politécnica pressupõe o domínio de conhecimentos técnico-científicos que permitiriam, aos trabalhadores, deterem os saberes necessários que ultrapassariam aqueles utilizados para o manuseio dos instrumentos de trabalho e das máquinas. Essa dimensão do processo educativo pode lhes proporcionar o entendimento da relação teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual, ensino e trabalho, para superar a dualidade no sistema educacional com base no modo de produção capitalista, cuja efetivação está nas mudanças radicais das relações de produção.

## Conclusões

A primeira condição para a investigação histórica da relação trabalho e educação é a definição do quadro teórico, que exige do pesquisador uma postura de contestação diante da realidade que a ele se expõe. A atualidade dos estudos de Marx e Engels nos possibilita atingir o objetivo de trazer à tona os mistérios encobertos pela lógica do capital e apreender as verdadeiras determinações do real. A teoria social marxiana torna-se imprescindível para a pesquisa que pretende desenvolver uma análise da realidade de maneira crítica e situada num determinado campo do conhecimento.

É evidente que a relação trabalho e educação só pode ser compreendida no processo histórico, que vê o homem como um ser prático e social, ou seja, numa práxis estabelecida pela união dialética entre teoria e prática, de um movimento interior de produção da realidade impulsionada pela contradição – já que trabalho e educação são práticas sociais constituídas historicamente, porque estão na gênese do modo como o homem produz sua existência, por isso são atributos, exclusivamente, da ação humana.

Considerando que a investigação da relação trabalho e educação, no campo da saúde, é parte de uma totalidade histórica e socialmente determinada, essa relação é, portanto, construída como produção social pela ação dos trabalhadores. Fica evidente, por isso, que somente o aprofundamento da pesquisa empírica, para além da aparência, nos permite desvendar os artifícios de exploração do modo de produção capitalista, ou seja, a estrutura e a dinâmica que envolvem os trabalhadores de nível médio no processo de trabalho em saúde. Uma investigação da situação da classe trabalhadora em qualquer setor do mundo do trabalho, por opção política, pela condição de classe, por questões culturais ou por qualquer outro motivo, tem um substrato comum de identificação com o investigador, tornando-o imbricado e comprometido – o observador é uma parte da observação.

É do “mirante” ou do “observatório”, ou seja, do ponto de vista mais alto, que os sujeitos da pesquisa – pesquisador e trabalhadores – demonstram a forma pela qual são criados os mecanismos de enfrentamento das situações que o modo capitalista de produção impõe aos trabalhadores. É desse lugar que foram sistematizadas algumas considerações que indicam como se estabelece a relação trabalho e educação no campo da saúde, tendo

como protagonistas os trabalhadores da saúde – técnicos em enfermagem e técnicos em análises clínicas –, por serem elementos essenciais na assistência à saúde da população.

A política da educação profissional brasileira está em constante em mudança, não pela razão de implementar uma formação integral dos trabalhadores, com o domínio dos conhecimentos técnico-científicos requeridos pelo mundo do trabalho, mas para corresponder às exigências do sistema produtivo. Então se verifica um sistema de ensino dual: o ensino técnico profissional, para aqueles que têm o seu caminho traçado para se empregarem no sistema produtivo; e o ensino superior, para os oriundos das classes sociais mais abastadas – uma política que vem desde os tempos da Colônia.

A condição de classe foi determinante no processo de análise da formação econômico-social da relação trabalho e educação, pois permitiu a compreensão de que o modo de produção, em cada momento histórico, define as condições sociais, econômicas e culturais de manifestação da existência humana. A relação trabalho e educação é derivada do modo como se produz e reproduz sua existência e sofre variações à medida que se estrutura a nova formação econômico-social. Entretanto, há contradições que se estabelecem entre os homens em condições históricas e sociais localizadas no seio da luta de classes.

Portanto, para essa investigação, só faz sentido a realidade do ponto de vista do trabalhador – sua fala preservada, em todos os sentidos, como uma forma de expressão da sua de visão de mundo, de sua concepção de educação e trabalho, de sua atuação no desempenho de sua função, num processo de trabalho segmentado e hierarquizado com o total predomínio do saber biomédico. Embora essa função só possa ser realizada com o envolvimento de vários profissionais, por meio do trabalho coletivo, o que prevalece é o domínio médico, que dirige, direta ou indiretamente, as atividades dos demais profissionais – consequência da divisão técnica do trabalho no espaço institucional.

A realidade do ponto de vista do trabalhador ultrapassa o domínio das habilidades técnicas e do manuseio da produção material. Demonstra pela linguagem a sua própria consciência como produto da sua ação social nos aspectos subjetivo e intersubjetivo: o primeiro é quando o trabalhador se reconhece como sujeito dos seus próprios atos, e o segundo, quando está na interação com os demais trabalhadores. No entanto, o que se percebe é que, na organização do processo de trabalho em saúde, baseada no modo de

produção capitalista, o trabalhador não tem a consciência de sua própria situação, perde a sua condição como sujeito de seus próprios atos, não se reconhece como sujeito produtivo. É o processo de alienação, que se manifesta em todos os setores da vida produtiva – nesse caso, especificamente, no setor da saúde.

A trajetória profissional dos trabalhadores demonstra que a inserção na carreira foi pela razão de ingressarem na vida profissional imediatamente, ao concluírem o curso técnico. Para eles, a educação tem uma funcionalidade, ao qualificar a sua força de trabalho para que disputem uma vaga no mercado de trabalho. Com isso, não percebem a relação perversa encoberta pelo capital, ao ter sempre à sua disposição trabalhadores disponíveis para que possa substituí-los, sempre que necessário, por trabalhadores com salários mais baixos, transformando o mercado de trabalho num verdadeiro campo de batalha. A relação capitalista gera uma violência na sociedade, que degrada as relações sociais e degenera o ser social pelo desejo de satisfação individual.

A categoria dos trabalhadores de nível médio em saúde apresenta um perfil com características que os identificam como membros da classe subalterna, com a predominância do gênero feminino, de um grupo majoritário que se declarou da cor ou raça branca, mas pelo olhar do investigador verificou-se que maioria é da cor ou raça negra. Oriundos de famílias que residem nos subúrbios da cidade, esses trabalhadores estão seguros de que a profissionalização lhes garantiu um emprego com estabilidade e bom salário. Mesmo reconhecendo a desvalorização dos técnicos de nível médio, não participam da vida sindical e estão inscritos nos conselhos de enfermagem por obrigação, pois sem o registro não podem exercer a profissão.

A educação dos trabalhadores, submetida à lógica do capital, corresponde, na formação dos técnicos de enfermagem, à prevalência da técnica, pela relação direta com os procedimentos dos cuidados, bem distante da compreensão da saúde como prática social que ultrapassa a formação profissional especializada. Os procedimentos dos cuidados vêm das necessidades humanas de saúde, que são ocorrências do modo como está organizado o processo de trabalho, o que nos leva a afirmar que é o processo de trabalho que determina a formação do trabalhador.

Já os técnicos em análises clínicas são todos formados em bancada, o que não significa que tiveram uma formação integral, pois o que prevalece no ensino de bancada

são os domínios das técnicas laboratoriais – condição primeira para a realização das tarefas no Laboratório de Análises Clínicas, totalmente automatizado com máquinas de última geração.

Cabe um destaque para a análise da relação trabalho e educação estabelecida no ato de realizar uma determinada tarefa num processo de trabalho automatizado, e outra por meio dos procedimentos do cuidado diretamente no indivíduo. A técnica está relacionada com uma ação prática, desvinculada do ato de pensar. Essa separação deteriora a capacidade criativa do trabalhador. A relação dos conhecimentos teóricos com a prática é dissociada do trabalho manual; sua preocupação se volta para a técnica que vai utilizar, não compreende que qualquer instrumento só pode transformar o objeto pelo trabalho humano.

A distinção entre trabalho manual e intelectual, tal como se apresenta no mundo produtivo, especialmente no setor saúde, é introduzida pelas mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão, que influenciaram a organização dos setores de serviços, submetidas à racionalidade do capital com suas devidas especificidades. Um exemplo está na rotina de trabalho, considerada pelos trabalhadores como forma de organizar passo a passo as tarefas do cotidiano, mesmo que seja cansativa. É importante ressaltar que a rotina não é oficial, não há uma diretriz que deve ser obedecida; são os trabalhadores, em comum acordo, que ordenam e classificam as tarefas.

Os trabalhadores sugeriram, na pesquisa, um sistema de rodízio entre eles e nos diversos setores da instituição, pelo fato de não haver integração entre esses setores. O interessante, nessa sugestão, é que mesmo com a desintegração do trabalhador pelo trabalho alienado, independentemente da forma com que esteja organizado o processo de trabalho, a busca para superá-la vem da necessidade de terem autonomia e conhecimento de outras áreas, ou seja, os trabalhadores gostariam de estar preparados para executar as tarefas mais complexas sem a intervenção do seu superior ou de outros profissionais.

Essa autonomia e esse conhecimento lhes dariam melhores condições técnicas associadas ao compromisso ético pela solidariedade orgânica que, na divisão social do trabalho, alimenta o sentimento de dependência recíproca entre os trabalhadores. Autonomia e conhecimento são indispensáveis para a escolha dos objetivos que atendam às necessidades humanas. Autonomia e conhecimento são dois fatores que caminham

sempre juntos, até a emancipação humana para superar a deterioração do homem nas relações de produção capitalista.

Um fator determinante, nesta investigação da relação trabalho e educação, foi a alteração do perfil dos trabalhadores com a introdução de novas tecnologias, segundo os profissionais do laboratório de análises clínicas. Para os trabalhadores formados em bancada, com o domínio das técnicas laboratoriais, não houve nenhuma alteração porque eles acumularam experiência durante muitos anos na prática do exame manual e, com isso, conseguiram “penetrar no interior da máquina” e entender todo o processo de análise por ela realizado. Já os trabalhadores recém-formados, sem experiência no trabalho de bancada, que chegam diretamente para o serviço e recebem treinamento para operarem as máquinas, são nomeados pelos trabalhadores mais experientes como apertadores de botão.

Para esta investigação, tais mudanças no perfil dos trabalhadores são consequência do “novo modelo de produção”, baseado na acumulação flexível, que exige um trabalhador polivalente e multifuncional, sem função parcial fragmentada e com uma visão ampla do processo de trabalho para julgar, intervir, resolver problemas e propor soluções imediatas. Mas a realidade do cotidiano do trabalho demonstra que esse novo modelo amplia a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual; aprofunda o processo de alienação ao impedir o trabalhador de “penetrar no interior da máquina”. Em outras palavras, oculta a real necessidade de se estabelecer a relação teoria e prática para dominar a operação de análise realizada pela máquina.

Envolvido pela ideologia da competência, o trabalhador busca, incessantemente, novos conhecimentos e novas habilidades técnicas que, na verdade, se tornam efêmeras diante das mudanças que ocorrem no processo de trabalho com a introdução das novas tecnologias. Por isso, acumular competências significa aumentar sua empregabilidade, pois o habilita a ocupar um posto de trabalho. Caso ele não consiga um posto, será o único responsável por sua condição de desempregado, pois o capital transfere para o trabalhador a responsabilidade por sua qualificação, pela obtenção de novos atributos para ser empregável ou para ter empregabilidade. Ser flexível é a condição para não ser um desempregado, já que todo momento a inovação tecnológica transforma os trabalhadores em mão de obra obsoleta e descartável, que deve ser substituída por uma mão de obra atualizada e com novas competências.

Essa lógica incentiva nos planos ideológico, político e subjetivo, a individualidade, que se transforma no mais alto grau do individualismo. Na busca incessante pela qualificação, o trabalhador crê que terá melhores salários, novos postos de trabalho e ascensão social com a profissionalização. A ideologia da competência o envolve num fetiche de tal modo que ele não consegue perceber a ganância do capital em aumentar o lucro com a exploração de sua força de trabalho. Esta é a relação mais perversa trazida pelo fetiche da individualidade entre os trabalhadores na disputa por um emprego.

O domínio de um saber tecnicamente destinado à produção não pode ser considerado o determinante principal da ação educativa, pois não corresponde exclusivamente ao mundo social. A vida não é um produto da técnica, mas do trabalho; a ação humana é que dá sentido à materialidade.

A Formação Politécnica define que os trabalhadores, diante do domínio da técnica, podem desvendar os caminhos para construir seu próprio destino, indo além das habilidades técnicas, do manuseio dos instrumentos de trabalho, da utilização de equipamentos. Para saber a origem dessas técnicas, os princípios científicos que orientam os processos produtivos, são pressupostos necessários para a compreensão do significado social do seu trabalho – condição primeira para a transformação social.

Ao finalizar este trabalho, outras variantes de investigação da relação trabalho e educação se oferecem ao pesquisador, mas uma questão merece destaque: é o processo de alienação que impede os trabalhadores de ultrapassarem o limite do domínio da técnica estabelecida pela relação trabalho e educação. Já que os trabalhadores criam mecanismos próprios para vencerem as adversidades no processo de trabalho em saúde, ao resolverem problemas imediatos, sem qualquer articulação com a vida social.

## Referências bibliográficas:

- ABBAGNANO, N. & VISALBERGHI, A. *História da pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- ANDERSON, P. O modo de produção escravista. In: PINSKY, J. *Modos de produção na Antiguidade*. São Paulo: Global, 1982. p. 99-111.
- ANTUNES, R. & ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, 25(87): 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 20/10/2012
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARROS, J. D. A. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BASTOS, A.P. B. L. *Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro*, Dissertação em Sociologia. Rio de Janeiro, RJ: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- BEER, M. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília, 1986. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf)>. Acesso em 18 de out. 2012.
- BRASIL/Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação Profissional. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento*. Brasília: SEFOR, 1995.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Parecer CEB n. 16/99. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Formação: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Saúde*. v. 1. Brasília: MS, 2001.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CARDOSO, A. M. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- CASTEL, R. *A metamorfose da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CASTRO, R. P. Empregabilidade. In: BRASIL, I. P. & LIMA, J. C. F. (Orgs.) *Dicionário de educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- DRUCK, G. & FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DURKHEIM, E. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do homem do macaco em homem. In: ANTUNES, R. *Dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-34.
- FERNANDES, F. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L. & FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. Parte IV, p. 168-193.
- Introdução. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GEORGES, I. *As novas configurações do trabalho: precarização e economia solidária*. Campinas, SP: impresso, 2008.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GUIMARÃES, N. G. Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(50): p.103/121,out. 2002.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2006.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R. & FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 128-137.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- JACCARD, P. *História social do trabalho*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. v. 1.
- KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- LEFÈVRE, H. *O marxismo*. São Paulo: Difel, 1974.

- LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LEITE, M. P. *As novas configurações do trabalho*. Campinas: impresso, 2008.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7ª edição, São Paulo, Cortez, 2000.
- LUZURIAGA, L. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- MACHADO, L. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- A educação e o desafio das novas tecnologias *In*: FERRETI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R. & FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 128-137.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- História da educação*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MANFREDI, S.M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.
- MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica pedagógica das competências. *In*: DUARTE, N. (Org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 53/73.
- MARX, K. *Formação econômica pré-capitalista*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- O capital*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro I, v. 1.
- Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, (Col. Os Pensadores).
- Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

- A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.
- Textos sobre educação e ensino*. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MÉSZARIOS, I. *A educação além do capital*. São Paulo, São Paulo, Boitempo, 2005.
- NETO, J. P. Relendo a teoria marxista da história. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. *História e história da educação*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 50-64.
- NORONHA, O. M. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2006.
- Abordagem histórica da relação trabalho e educação. *In*: I Encontro de Estudos e Pesquisas em História, Trabalho e Educação (HISTEDBR), Campinas, Unicamp, 2007.
- OLIVEIRA, C. R. *História do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- PASTORE, J. & VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Macron Books, 2000.
- PEDUZZI, M. Processo de trabalho em saúde. *In*: BRASIL, I. P. & LIMA, J. C. F. *Dicionário de educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.
- PINHEIRO, R. Cuidado em saúde. *In*: BRASIL, I. P. & LIMA, J. C. F. (Orgs.) *Dicionário de educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.
- PIRES, D. *Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.
- POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. *Educação e Sociedade*, 25(87): 383-399, maio-ago. 2004.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SARUP, M. *Marxismo e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R. & FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(1): p.131/151, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2003.
- Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004a.
- Perspectivas marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004b.
- História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- SILVA, C. P. G. *et al.* Gênese do serviço de enfermagem do Hospital Federal de Bonsucesso: contribuição da escola Ana Néri. Esc. Anna Nery: *online*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 82-87, jan./mar. 2012. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141481452012000100011&lng=es&nrm=1&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452012000100011&lng=es&nrm=1&tlng=pt)>. [verificar endereço eletrônico] Acesso em: 14 jun. 2012.
- SOLIS, S. Pensando o trabalho. In: HUHNE, L. M. *Fazer Filosofia*. Rio de Janeiro: Uapê, 1994. p. 214-278.
- TRAVASSOS, R. S. *A organização do processo de trabalho na escola: uma crítica do trabalho pedagógico na formação do trabalhador em saúde*. Dissertação em Educação. São Carlos, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2004.